

Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias



Vol. 38 / 2019
II Série



Centro de Humanidades



PIACERE

Jovem alado, de cabelos dourados e ondulados, onde se verão muitas flores e uma grinalda de mirto florida, circundada por pérolas. As asas serão de cores diferentes e na mão ele terá uma harpa e nas pernas usará botas douradas.

Os cabelos perfumados e encaracolados com arte são sinal de delicadeza e lascívia. Há muitos exemplos nas obras dos poetas onde, para mostrar que se têm banidos os prazeres, se diz que não se penteiem os cabelos, mas que estes sejam deixados negligentes e sem arte. As pedras preciosas e as flores servem e incitam ao prazer. A coroa de mirto mostra o mesmo por ser dedicada a Vénus e diz-se que quando se expôs ao julgamento de Páris, estava coroada com esta planta.

As asas mostram que o prazer é breve e foge e contudo pelos antigos procurado, *voluptas*. A harpa, pela doçura do som, diz-se que tem conformidade com Vénus e com as Graças que, como este, também aquela delícia os ânimos e diverte os espíritos. As botas douradas condizem com o prazer para mostrar que se tem o ouro em pouca conta se não serve para satisfazer os desejos.

Uma sereia mostra que, como engana os marinheiros com o canto, assim o prazer, com aparente doçura, arruína aqueles que o seguem.

Cesare Ripa, *Iconologia*, ed. Pádua, 1618.

Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias

(II Série) vol. 38 – 2019

Publicação anual do CHAM – Centro de Humanidades – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores (NOVA FCSH-UAc)

Indexada e referenciada em: CARHUS + 2018 | CIRC | ClassifICS | ERIH Plus | Index Islamicus | Latindex (catálogo v1.0) | MIAR | Qualis/Capes | SHERPA/RoMEO

Publicação interdisciplinar fazendo convergir as perspectivas da história, da filosofia, do pensamento político e dos estudos literários. Trata ideias e práticas políticas, religiosas, científicas, económicas, sociais, estéticas e filosóficas, nas suas formas de expressão e difusão, com destaque para a ligação entre o espaço português e o espaço ibérico, brasileiro e ibero-americano.

J. S. da Silva Dias (fundador 1982 e primeiro director) | José Esteves Pereira (director 1993-2015)

Directores: João Luís Lisboa; Luís Manuel A. V. Bernardo

Coordenação Editorial: Inês Cristóvão

Conselho Editorial: Adelino Cardoso (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Armelle St.Martin (Un. Manitoba, Canadá), Gonçalo Marcelo (FLUC), Isabel Araújo Branco (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Leonor Santa Bárbara (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Nicolas Manidakis (Un. Atenas), Nuno Domingos (ICS-ULisboa), Nunziatella Allessandrini (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Pedro Cardim (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Sébastien Rozeaux (EHESS Paris)

Conselho Consultivo: Aliocha Maldavsky (Un. Paris Ouest Nanterre), Andrea Carlino (Un. Genebra), Ângela Barreto Xavier (ICS-ULisboa), Antonio Castillo Gómez (Un. Alcalá), Colas Duflo (Un. Paris Ouest Nanterre), Fátima Nunes (UÉvora), Fernando Catroga (Un. Coimbra), Gabriella Silvestrini (UPO Vercelli), George H. Taylor (Un. Pittsburgh), Hans-Jürgen Lüsebrink (Un. Saarland), Márcia Abreu (UNICAMP),

Michaela Irimia (Un. Bucureste), Rochelle Pinto (CSCS, Bangalore), Roger Chartier (Collège de France), Roger Savage (UCLA), Teresa Cruz e Silva (Un. Maputo), Vanda Anastácio (ULisboa)

Referees deste número: António Andrade (Un. Aveiro), Emanuel Cameira (IHC-NOVA FCSH), Fabiano Cataldo (UNIRIO), Fernanda Maria Guedes de Campos (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Gisele Venâncio (Un. Federal Fluminense), Isabel Lustosa (Casa de Rui Barbosa), João Pedro Rosa Ferreira (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Maria de Fátima Nunes (Un. Évora), Nuno Domingos (ICS-ULisboa), Patrícia de Jesus Palma (CHAM, NOVA FCSH-UAc).

Gestão de Acesso Aberto e Metadados: Helder Mendes

Capa: Cesare Ripa, *Iconologia*, ed. Pádua, 1618

Direcção Gráfica: Edições Húmus

Editor: CHAM, NOVA FCSH-UAc / Edições Húmus
© CHAM e Húmus

Depósito legal n.º 97341/96 | ISSN: 0870-4546
URL deste número: <https://doi.org/10.4000/cultura.5428>

Preço deste número: 17 euros

Permutas e oferta de exemplares para recensão:
CHAM | Av. de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa |
Portugal | culturacham@fcsch.unl.pt
Para referência de números anteriores, consultar:
<https://journals.openedition.org/cultura/>

Publicação subsidiada ao abrigo do projecto estratégico do CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – UIDP/04666/2020.

Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Vol. 38 – 2019 / II Série

*Bibliotecas públicas, políticas culturais
e leitura pública: prospetiva, tensões
e dinâmicas sociais*

Coordenação científica

Paula Sequeiros, Débora Dias,

Nuno Medeiros e Cláudia Sousa Pereira



Índice

Apresentação. Bibliotecas públicas, políticas culturais e leitura pública: prospectiva, tensões e dinâmicas sociais <i>Nuno Medeiros, Paula Sequeiros, Cláudia Sousa Pereira e Débora Dias</i>	9
Dossiê Bibliotecas públicas, políticas culturais e leitura pública: prospectiva, tensões e dinâmicas sociais	
La proximidad y lo digital en la lectura pública: en El Fondo, una biblioteca de la ciudad <i>Paula Sequeiros</i>	15
Literatura ao Vivo. O caso dos livros-objeto e a ativação do conceito de <i>design</i> literário <i>Cláudia Sousa Pereira</i>	39
Um ecossistema desfavorável à perpetuação documental. Aniquilação, fragmentação, diluição e opacidade na constituição e patrimonialização dos acervos: o caso dos editores e livreiros <i>Nuno Medeiros</i>	59
“As bibliotecas sem muros”: a polissemia de um conceito e suas práticas <i>Débora Dias</i>	71
<i>Onde está o meu livreiro?</i> Reflexões sobre livrarias e leitura pública <i>Fátima Ribeiro de Medeiros</i>	83
Projeto “Álbum de Família” <i>Alexandre Freitas, Ângela Camolas e Teresa Sampaio</i>	95
Alfabetización crítica y lectura digital <i>Margarita Pérez Pulido</i>	105

Vária

O espírito da Expedição Langsdorff, diplomacia científica e a identidade cultural brasileira

R. P. Alencar e P. R. de Macedo-Soares

125

Apresentação

Bibliotecas públicas, políticas culturais e leitura pública: prospetiva, tensões e dinâmicas sociais

*Nuno Medeiros** | *Paula Sequeiros***
*Cláudia Sousa Pereira**** | *Débora Dias*****

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 38 (2019): 9-12. ISSN 0870-4546
URL: <https://journals.openedition.org/cultura/5449>

O lugar da biblioteca, uma das casas dos livros e da leitura, no âmbito das práticas sociais dos agentes que a utilizam e dos agentes que nela corporizam uma confrontação de visões políticas e de modelos profissionais, tem-se materializado em cenários e concretizado em ações onde se detetam tensões entre as tendências de mutação e as vias de permanência. São essas questões, de natureza oposta, e até paradoxal, cuja análise e reflexão se ambicionam com a edição deste dossiê temático “Bibliotecas públicas, políticas culturais e leitura pública”, tematizado no subtítulo “Prospetiva, tensões e dinâmicas sociais”. Esta publicação é também um resultado, revisto e aumentado, de intervenções e discussões apresentadas na segunda edição do congresso internacional com o mesmo título, que decorreu em Lisboa, em setembro de 2019. A Rede de Investigação Bibliotecas, Políticas, Leitura, por sua vez, dinamizou e estruturou esses encontros que se pretendem continuados.

Procurou-se perscrutar itinerários de entendimento das dimensões que pautam, histórica e processualmente, essas tensões e os modos diversos como afetam e são afetadas por dinâmicas sociais de complexidade crescente, agregando-se aqui artigos que procuram, em conjunto, relacionar a compreensão das realidades existentes com a formulação

* IHC, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal; ESTeSL/H&TRC, Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa, 1990-096 Lisboa, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5350-4294>. E-mail: nuno.medeiros@fcsh.unl.pt.

** Centro de Estudos Sociais, UC, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2069-5631>. E-mail: paulasequeiros@ces.uc.pt.

*** CIDEHUS, Universidade de Évora, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7298-3945>. Email: cpereira@uevora.pt.

**** CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3216-4344>. E-mail: deboradm@gmail.com.

prospetiva das possibilidades em horizonte. Textos que desafiam o esforço de captura analítica e de enunciação tipológica de categorias que operacionalizam a abordagem de uma realidade em forte mutação. Esse ensejo transformador confere à realidade que captura uma inegável natureza caleidoscópica, tornando a aproximação ao objeto num exercício capaz de apelar a – senão de exigir – planos de observação e metodologias assentes numa pluralidade disciplinar, cuja matriz é inevitavelmente baseada no cruzamento e na articulação de temas e modos de fazer ciência.

Abordar as múltiplas articulações entre as ideias e as práticas – igualmente múltiplas e das quais emergem traços pautados pela ambivalência e pela contradição, em que se fundam e tomam forma a biblioteca, a leitura e a política cultural, num pano de fundo público ou numa premissa orientada para o público – é assumir e acolher a noção e a necessidade de pensar e construir estas realidades como insuscetíveis de um entendimento acantonado, carecendo a sua análise de novas proposições teóricas, epistémicas, terminológicas. De maneiras diversas, é a esse arriscado e estimulante repto que os sete artigos aqui reunidos procuram responder.

Essas tentativas de resposta radicam assumidamente, e antes de mais, na edificação e tematização inequivocamente inscrita num desígnio de confronto da compreensão da realidade, tomando-a como processo e, dessa maneira, abdicando de visões hieráticas e cristalizadoras. Assim, as bibliotecas públicas ou de acesso público são espaços, ideias, contextos, uma variedade de práticas: políticas, editoriais, comunitárias. A trama formada pela intersecção destas dimensões encontra-se patente na reconfiguração a que a biblioteca, como espaço institucional para a leitura numa comunidade, se pode entregar, estabelecendo-se em ponto de confluência de processos variados. Tal é o caso da biblioteca de El Fondo, Santa Coloma de Gramenet, na região da Catalunha, estudada por Paula Sequeiros na sua estreita relação com agentes sociais locais. Encara-se a leitura como serviço em proximidade, cidadã mais que vicinal, com associações e movimentos sociais. Orientado para um trabalho em torno das desigualdades e da pluralidade das línguas, a articulação com os instrumentos digitais e a adequação das características desse serviço ao contexto é debatida.

Mas a biblioteca pública ou construída para fruição pública, disso mesmo vivendo, emerge como mosaico, formando realidades que se desafiam e – porque não assumi-lo – desmontam conceptualmente. A biblioteca é e pode ser a sua reinvenção, declinando-se numa pluralidade semântica traduzida materialmente em expressões diversas. Entra aqui o mundo múltiplo da biblioteca sem muros, explorado por Débora Dias como abstração planeada, como prática e como projeto, concretizado em arenas tão distintas como o colecionismo, a edição ou o espaço institucional de leitura.

A leitura posiciona-se neste movimento como elemento axial, um *locus* de reinvenção de liturgias, apropriações, mediações, profanações, forjando profissionais e agentes que se espera que conformem, suscitem e animem, obedecendo ao imperativo “socializar para ler e ler para socializar”. Assim sucede tanto na biblioteca como noutros espaços de recorte e configuração leitural, avultando como exemplo a livraria. Nos artigos de Fátima Ribeiro de Medeiros e de Cláudia Sousa Pereira são desbravadas práticas, discursos e lógicas de intervenção solidamente ancoradas em dinâmicas sociais, elas mesmo geradoras de tipos de trabalho e de agentes que lhes dão corpo.

Suportada num exercício de sistematização analítica inédito, Fátima Ribeiro de Medeiros desoculta o papel socializador do livreiro enquanto agente e da livraria enquanto instância de evidente adscrição mediadora, refletindo sobre os princípios de prescrição e sobre o papel global deste agente e deste lugar social na leitura, contribuindo para uma reapreciação do que se entende por leitura pública, ampliando o conceito e os seus matizes. Cláudia Sousa Pereira adentra criticamente as racionalidades de escolha subjacentes a práticas de mediação informal da leitura literária em contexto de biblioteca, centrando-se no conceito de *design literário* – materializado de forma mais óbvia no que se designa como livro-objeto, cinésico, de leitura manipulável e sensorial – como pressuposto de uma valorização dos códigos não verbais no desenvolvimento do gosto e das competências de leitura.

A missão, ou missões, das bibliotecas complexifica-se por ser construída a partir de várias perspectivas, mas também porque as prospectivas a interpelam sinalizando igualmente a sua permanente mudança. É esse o escopo do artigo de Margarita Pérez Pulido. A prospectiva, como desígnio e pretexto, não se estriba, porém, apenas nas mudanças sociais traduzidas nas práticas em torno da tecnologia, como se poderia pensar. A prospectiva é aqui percebida e sugerida enquanto possibilidade e itinerário não remível a procedimentos formulaicos e de timbre quantitativo assente em modelos estatísticos, mas de escopo mais amplo e capaz de abarcar dimensões hermenêuticas baseadas, por exemplo, no fornecimento de dados de registo e memória.

Os dados que se apresentam neste dossiê, ainda que sob perspectivas várias, são essenciais a uma projeção futura de conhecimento inexequível fora de um compromisso em torno da compilação, do acervo, da salvaguarda, enfim, da construção. Sem construção não se engendram ecossistemas favorecedores de estudos futuros, de estimativas alicerçadas na memória, na voz, no documento. Este ambiente é essencial para gizar e garantir condições para o conhecimento que é preparado e configurado hoje com uma posterioridade e um reconhecimento cuja matriz é o passado. E é disso que trata Nuno Medeiros, que explora o que denomina ecossistema social de produção e sobrevivência dos acervos

documentais e materiais de editores e de livreiros, da maior relevância para a investigação em torno da construção da cultura impressa. O autor alerta, por isso, para a necessidade de patrimonializar essas imprescindíveis fontes arquivísticas, cujo carácter insubstituível produz efeitos no saber e na pesquisa passíveis de serem constituídos.

A constituição de conhecimento de tipologia académica ou científica não é, todavia, o único fundamento da relevância de uma agenda de patrimonialização de narrativas imateriais e de documentos. Alexandre Freitas, Ângela Camolas e Teresa Sampaio apresentam o Projeto “Álbum de Família”, sediado no concelho de Palmela e desenvolvido no âmbito da biblioteca, do arquivo e do museu municipais. Neste artigo demonstra-se que compulсар materiais de registo memorialístico das gentes de uma comunidade, ampliando a recolha e nela implicando a população, não cumpre só o desígnio do registo, fixação e elaboração da memória coletiva, servindo igualmente propósitos de promoção da identidade coletiva no seio de um território e da sua coesão social.

Dos sete contributos que compõem este dossiê, fica evidente que a definição e a corporização de políticas e práticas incidindo nas bibliotecas, no livro e na leitura correspondem a objetos de investigação e reflexão crítica, gerando uma análise estribada no estudo e concomitantemente autorizadora de um olhar sobre o presente – ou sobre o passado – como parâmetros prospetivos de um porvir que já se destapa, ou cuja senda pode ser ambicionada. Prospetivar é, portanto, perspetivar o presente e as vias como a intervenção não linear, nem sequer necessariamente harmoniosa, desse presente autorizam vislumbres de futuro, apontando caminhos como aqueles que ocorrem num ambiente crescentemente digital e no qual a tecnologia se entrelaça com as possibilidades críticas de uma aprendizagem ao longo da vida, reconfiguradora até da ideia mais formal de alfabetização e dialogando com categorias como literacia.

**Dossiê | Bibliotecas públicas,
políticas culturais e leitura
pública: prospecção, tensões e
dinâmicas sociais**

La proximidad y lo digital en la lectura pública: en El Fondo, una biblioteca de la ciudad*

Paula Sequeiros**

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 38 (2019): 15-37. ISSN 0870-4546

DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.5469>

Resumen

En varios países las bibliotecas públicas se han deparado con desinversión y depreciación de sus servicios. En Cataluña existen bibliotecas que reportan incrementos en la oferta de lectura, de equipamientos y de servicios digitales. Se analizó la biblioteca de El Fondo, Santa Coloma de Gramenet, para comprender cómo se concretaron sus políticas públicas de lectura y se integró el digital para una comunidad cultural y lingüísticamente diversa. Se observaron las prácticas de lectura, se entrevistaron a profesionales locales y agentes de supervisión de las redes de bibliotecas de Barcelona, se tomó en cuenta la historia local y de las redes de la región. Las características distintivas incluyeron orientación hacia la lectura como servicio público de proximidad, las medidas dirigidas a las desigualdades sociales locales a la par de cuestionar la adecuación de las soluciones digitales al entorno social y cultural.

Palabras clave: bibliotecas públicas, servicios digitales, prácticas de lectura, Cataluña, Santa Coloma de Gramenet.

Abstract

In several countries, public libraries have been disinvested and their services have been depreciated. Catalan public libraries report increases in the supply of reading services and equipment. The public library of El Fondo, Santa Coloma de Gramenet, was analyzed to understand how reading policies and the digital were concretized and delivered to a cultural and linguistic diverse community. We observed the reading practices, we interviewed local professionals as well supervision members of the libraries networks of the Barcelona region. Distinctive features included an orientation towards reading as a proximity public service,

* Artículo desarrollado dentro del ámbito de investigación del pos-doctorado "A biblioteca no tempo: bibliotecas dos paradigmas do impresso, do oral e do digital" (SFRH/BPD/82215/2011), financiado por la Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.

** Centro de Estudos Sociais, UC, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2069-5631>. E-mail: paulasequeiros@ces.uc.pt.

measures aimed at the local social inequalities as well as questioning the adequacy of the digital solutions to the social and cultural context.

Keywords: public libraries, digital services, reading practices, Catalonia, Santa Coloma de Gramenet.

Interrogantes y diseño de la investigación

Las bibliotecas públicas de varios países europeos se han deparado con la cuestión de sobre cuál es su papel en la sociedad y muchas han sido objeto de medidas que comprometen el servicio de lectura pública. En la línea del avance de la globalización neoliberal, este proceso requiere la conjugación de varias dimensiones para ser comprendido: la declarada crisis financiera, la retirada del estado central y local de los servicios públicos, la precarización del trabajo y la discontinuación de proyectos culturales, la depreciación conservadora del trabajo intelectual y de los ocios no mercantiles, la concentración editorial y el control cultural propiciados por concretizaciones de lo digital, la desvinculación y el aislamiento urbanos agudizados por el contexto de crisis. Este marco recesivo alimenta la depreciación de la lectura pública. Son sobre todo preocupantes las decisiones políticas que han resultado en cierres, desinversiones en personal, en materiales de lectura, en horarios de apertura, en prestación de servicios y en su cobro. Diversas publicaciones refieren lo sucedido en Reino Unido (Ellis 2012; Flood 2015; Goulding 2013), en España (Fernández 2014; Gómez-Hernández, Hernández-Sánchez y Merlo-Vega 2014), en Grecia (Giannakopoulos, Koulouris y Kokkinos 2014), en Dinamarca (Svendsen 2013). Nos han quedado los registros de protestas populares y profesionales, y nos han quedado también las propuestas reformadoras de estos últimos para el rediseño de servicios y lógicas presupuestales (Flood 2015; Castillo Fernández, Gómez Hernández y Quílez Simón 2010; Straumsheim 2016).

Existen, a pesar de todo, bibliotecas públicas en las que las ofertas de servicios, de espacios, de medios de lectura, no coinciden con esa tendencia regresiva. Se conocen relatos, como algunos casos de la *Xarxa de Biblioteques Municipals* de la provincia de Barcelona, que refieren mejorías tanto en la frecuencia y popularidad de la lectura como en la provisión de servicios en los que se ha incorporado lo digital (Redacción 2017).

Para comprender en qué difería su política para la lectura pública, diseminada en la comunicación social, estuve visitando y observando algunas de las bibliotecas de esta provincia. A través un abordaje cualitativo, conversé y entrevisté algunas y algunos profesionales, así como responsables técnicos y de supervisión política de bibliotecas de Barcelona, y consulté también documentación, presente y histórica, sobre políticas

bibliotecarias. Durante aproximadamente un mes, y en un periodo marcado por el referéndum sobre la autodeterminación de Cataluña convocado por la Generalitat para el 1 de octubre de 2017, permanecí en Santa Coloma de Gramenet. Por las razones que desarrollaré, me centré en la biblioteca del barrio de El Fondo.

A continuación, pretendo presentar una descripción densa y profundidad de la realidad que investigué. Describo de forma sucinta las redes de bibliotecas de la región, su organización e interrelación institucional porque, siendo singulares no son ampliamente conocidas. Considero fundamental comprender la inserción en el territorio de la biblioteca seleccionada, el entramado de las redes de bibliotecas y su evolución histórica, para contextual y relacionamente entender la especificidad del caso estudiado. Esbozo así un encuadre político e histórico que alimente la comprensión del análisis que hago de los usos y prácticas en la biblioteca y que soporte las conclusiones finales.

Las redes bibliotecarias de Barcelona, en el municipio y en la provincia

Es frecuente oír a los habitantes referirse difusamente a Barcelona, extendiendo el nombre a áreas urbanas envolventes que con ella mantienen una relación intensa. En la administración de las bibliotecas existen también entidades que se extienden y sobreponen en sus designaciones y atribuciones.

A nivel municipal, las *Biblioteques de Barcelona*, BB, red bajo la administración del *Ajuntament*, se destinan a más de 1,6 millones de residentes. A nivel provincial, Barcelona es una región administrativa que engloba a 311 municipios y a unos 5,5 millones de habitantes. La *Diputació* (Consejo Provincial) de Barcelona engloba a 130 de estos municipios. La Red de Bibliotecas Municipales, *Xarxa de Biblioteques Municipals*, XBM, es la red coordinada por el *Servei de Biblioteques* de la *Diputació*. En el ámbito de la Generalitat, un *Servei de Biblioteques* coordina los servicios digitales, de catalogación, manutención y logística bibliotecaria, así como algunas bibliotecas de titularidad de la Comunidad Autónoma.

Bibliotecas de Barcelona

Las BB (Bibliotecas de Barcelona) diseñaron en 1988 un plan de desarrollo común, a implementar entre 1998 y 2010. En 2001 un consorcio entre el *Ajuntament* y la *Diputació* interconectó las BB y las XBM.

Según Bailac y Muñoz (2011), las ventajas de este Plan quedaron patentes en ese periodo de 12 años: la posesión del carnet de lector/a pasó a más del 45% de la población; aumentó de 18 BB de titularidad pública en la red en 1997, a 40 en 2010; disponibilidad de

Wi-Fi en todas; espacio multimedia en aproximadamente la mitad de ellas; registro total de 20 mil visitas diarias.

El Plan para el decenio siguiente, vigente en este momento, estableció una nueva tipología de equipamientos, en función de las zonas urbanas de inserción, y definió un conjunto de servicios asociado a cada tipo. La provisión de acceso al conocimiento, la formación ciudadana y una “sensibilidad especial al contexto tecnológico y digital” con base en equipamientos “muy conectados a la ciudad” son los objetivos centrales publicitados. La conjugación de una mayor diversidad cultural y de origen nacional de los lectores, por un lado, con la crisis económica, por otro, habrían llevado a garantizar que las bibliotecas formasen parte de un servicio público “básico” y “de proximidad”. Para tal asumieron tres funciones centrales: capacitar en tecnologías para promover el uso de la información y su transformación en conocimiento; asegurar el acceso a información y productos comercializados (literatura, música, audiovisuales), evitando la “segmentación y la fractura” digital de orden económico; integrar lo impreso y lo digital en un único espacio o equipamiento (Bailac y Muñoz 2011).

Los servicios de las BB han sido de los más apreciados en el área cultural por la población (Institut Municipal de Cultura 2016). Las bibliotecas de la XBM recibieron también una puntuación muy positiva (Diputació de Barcelona 2013).

La Red de Bibliotecas Municipales

La XBM (Xarxa de Biblioteques Municipals, Red de Bibliotecas Municipales) agrega 225 bibliotecas y 10 bibliobuses. Cada municipio tiene o se espera que tenga, una biblioteca local central y bibliotecas filiales. A las localidades más rurales se les atiende mediante bibliotecas móviles. En el discurso oficial, la *Xarxa* se propone asegurar “un acceso igualitario a la cultura” (Diputació de Barcelona 2018). Este *Servei de Biblioteques* de la *Diputació* establece normas comunes para la prestación de servicios y realiza los siguientes: acceso a la información, apoyo a la formación, promoción de la lectura y desarrollo de actividades culturales; creación de espacios de relación; apoyo al desarrollo personal; servicios para niños y jóvenes. Anuncia además medidas para garantizar que grupos minoritarios –en especial lingüísticos, con minusvalías o aislamiento territorial– no queden excluidos. Responsables de la XBM vienen enfatizando la interconexión con el territorio y con la población, abogando también por especializaciones y complementariedades de nexo territorial (Omella, Permanyer y Reyes 2002).

Con funcionalidades centralizadas, la XBM emite un carnet único para la provincia y proporciona préstamo inter-bibliotecario. Asegura un catálogo bibliográfico común:

Aladí (Diputació de Barcelona 2018), las adquisiciones y el tratamiento previo (plastificación, en el caso de los libros). Mediante una lista de propuestas del *Servei*, las bibliotecas agendan eventos culturales y promocionales de la lectura. En este momento, dependiendo de los acuerdos con cada municipio, la contratación de las bibliotecarias más cualificadas y dirigentes compete al *Servei* que las destina rotativamente a los diferentes establecimientos.

Antecedentes históricos de las Redes

Habiéndome dado cuenta de particularidades en la genealogía de las bibliotecas actuales, y habiendo escuchado narrativas de algunas profesionales sobre la singularidad de la experiencia catalana, dentro del conjunto del Estado, “nuestras bibliotecas vienen de muy lejos” –entendí que se imponía consultar su historia, de la cual pongo de relieve en algunos apuntes.

A lo largo de la segunda mitad del siglo XIX se crearon en Cataluña las bibliotecas denominadas “populares” con la voluntad de proporcionar, a la vez que alguna instrucción, una “lectura redentora” (Comas 2001, 17) a una clase obrera emergente. Sectores sociales más progresistas, en la estela de los ideales revolucionarios de Francia, proclamaban la enseñanza pública y la lectura para una educación integral del pueblo. Ya los sectores más conservadores, en particular el de la iglesia católica resentida por la pérdida de privilegios, temían la difusión de la capacidad de leer y de los medios de lectura (p. 24). Algunos intelectuales produjeron “escritos expresamente” para el proletariado, cuya educación, entendían, debería ser “más sólida que brillante” y no alimentar “desmesuradas e injustas pretensiones” (p. 25). Otros agentes, además, daban voz al pánico social alegando que las lecturas en grupo de periódicos propagaban “doctrinas disolventes”, contra las prácticas religiosas, los propietarios y los gobiernos y que “predicaban el socialismo y el comunismo” (p. 32). En lo que respecta a la lectura pública, las primeras bibliotecas populares surgidas a partir de 1869, de iniciativa municipal o asociativa, se presentaban revestidas de un “paternalismo educativo” (p. 2), orientando hacia los *buenos libros*, de “lectura amena” y queriendo obviar a los que “inflaman pasiones” (p. 33) entre el pueblo. Esta polémica sobre la prescripción de *buena lectura* se extendería, además, a principios del siglo siguiente. Veremos resurgir, bajo otra forma, en apreciaciones públicas a propósito de servicios con popularidad en la Biblioteca de El Fondo, como referiré.

Antecedentes próximas de las bibliotecas públicas, son las surgidas, entre 1914 y 1923, de la política desarrollista y catalanista del gobierno de la *Mancomunitat* (1914-1925) (Canalias 2015). La conocida divisa del primer presidente, Prat de la Riba, era: “Que no haya

ni un solo Ayuntamiento de Cataluña que deje de tener, aparte de los servicios de policía, su escuela, su biblioteca, su teléfono y su carretera” (citado en Safont 2018).

En este contexto se inició, en 1910, un debate entre políticos e intelectuales que desembocaría en la creación de un sistema de bibliotecas que articulaba la Biblioteca de Cataluña –patrimonial, central–, abierta en 1914, con un conjunto de bibliotecas populares, creadas a partir de 1915, en comarcas más allá de Barcelona. Una preocupación fuerte era la representación del catalán en las colecciones. Otras contribuciones para este proceso, precoces en el panorama europeo, fueron la apertura de una escuela de bibliotecarias en 1916. En Cataluña, tras el repunte de la industria y de las obras públicas en las décadas anteriores, se consolidará una clase media con cualificación técnica y diferenciación social en cuyas prácticas culturales distintivas se incluían la lectura intensa y la asistencia a bibliotecas.

Estas se inventariaban en el discurso oficial como servicio esencial. Para Canalias (2015), de ellas se esperaba también que cambiasen las disposiciones culturales del lector de provincias para que, a diferencia de lo típico en bares o salas de cine, “no jugasen, no hablasen a gritos, no fumasen y no entrasen con la cabeza cubierta” (Farnés, citado en Canalias 2015, 11). Su lectorado era fundamentalmente masculino, aunque algunas mujeres jóvenes de la pequeña y mediana burguesía las frecuentasen también. Se suma a esto que la nueva profesionalidad de las bibliotecarias, declinada en lo femenino, la lectura y las palestras dirigidas a mujeres habrán proporcionado algún reconocimiento de género a través del uso público de estos espacios de lectura por y con mujeres.

Polémica fue la configuración orgánica diferenciada, partiendo de diferentes perspectivas sociales y políticas, adoptando uno de estos dos modelos: o una red amplia de bibliotecas populares, de barrio, dirigidas más a la clase obrera y con finalidades educativas; o una red restringida, para la investigación técnico-científica y para los grupos sociales más escolarizados, basada en las bibliotecas de los Ateneos existentes en varias ciudades y en la biblioteca de la *Universitat de Barcelona* (Comas 2001). En este marco, el Estado central sacó un Decreto Real para las Bibliotecas Populares en 1912 que acabó por no concretizarse. Algunos sectores de la burguesía conservadora asumirán ese papel, adoptando el modelo restrictivo aunque, a pesar de todo, distinto del predicado por Pio IX y por sociedades católicas temerosas de la “maldad del libro y de la lectura indiscriminada” (p. 54). A partir de 1915 el proceso se instiga por un texto programático de la *Mancomunitat* sobre bibliotecas populares y por la publicación de concursos para su creación o remodelación. A esto se añade que tal dinámica se entrelaza con la del movimiento ateneísta de componente burgués, orientado a la “pedagogización de las clases subalternas y la irradiación de intereses de las élites dominantes”, movimiento del que sabemos que contó con

la adhesión de parte de la clase obrera cualificada y que puntualmente fue de iniciativa obrera (Arnabat y Ferré 2017, 37).

En paralelo, la industria editorial se fue consolidando, beneficiándose de la extensión de la alfabetización y acompañando las preocupaciones de elevación moral y cultural referidas.

Bajo la alzada de Primo de Rivera, esta política cultural y el asociativismo encontraron serios obstáculos (Duch, Arnabat y Ferré 2015). A pesar de todo, con el advenimiento de la dictadura franquista, las bibliotecas persistieron en diferentes configuraciones sociales y culturales. Se trató, según Estivill (2013), de un proyecto debilitado e interrumpido pero no eliminado.

Si las bibliotecas contaron con apoyos, frecuentemente citados, de intelectuales destacados y de políticos, nótese que constituyeron también una demanda popular, esa menos relatada. Valorizadas por movimientos de moradores, políticos y trabajadores, a la par de las demandas por vivienda y educación, estos agentes colectivos tomaron iniciativas para la creación de bibliotecas de barrio desde mediados de los años 60 y hasta los 80 (Antxustegi-Etxearte 2014, 122; Bordetas 2012, 250-354).

Otra cuestión a tener en cuenta es que, si la lectura de las clases populares era objeto de control, algunos antifascistas no dejarán de aprovechar las oportunidades y los lugares públicos de lectura como experiencias de frescura en un “desierto”:

Imagino que mis vivencias de contacto con sectores de la pequeña burguesía barcelonesa hicieran que me cuestionara mis raíces obreras y suburbanas y mi reacción identitaria desencadenó unas ganas de “hacer cosas en el barrio”. Los encuentros en el bar Tòfol con compañeros y compañeras de la *Facultat de Lletres* para preparar junto algunas asignaturas. La relación con otros antiguos compañeros del *Institut Santa Eulàlia*, entre los que estaba Sanromà, como lectores y socios de la Biblioteca Popular, que substituía a la Biblioteca Móvil de la *Diputació de Barcelona*, con el fin de intentar hacer un débil activismo cultural, fue también una expresión de nuestras ganas de propagar la semilla de la cultura en el desierto del analfabetismo que habíamos tanteado durante años. (Pujadas 2001, 198-199)

La ciudad de Santa Coloma de Gramenet

En un territorio con 7 km², de los cuales solo 4 son urbanizables, Santa Coloma tendrá hoy alrededor de 119 mil habitantes y una alta densidad de ocupación –más de 17 mil personas por km²; en 2015 la densidad de población media era de 113 en la Unión Europea.

Destino de migración interna y externa en las últimas décadas, la población estacional ronda hoy más de 100 mil. En El Fondo, barrio de los más populosos, residen por encima

de 16 mil migrantes. La población de origen extranjero, mayoritariamente china y marroquí, constituye aproximadamente un quinto del total y reside en gran parte en este barrio. Las actividades económicas preponderantes en la ciudad son el comercio, la restauración y la hostelería (59,6%), otros servicios (15,75%), industria (7,6%) y actividades financieras (7%) (Ajuntament de Santa Coloma Gramenet 2016). Desde 1994 la Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED) se estableció en Santa Coloma. En 2014 la *Universitat de Barcelona* abrió un campus dedicado a la alimentación.

El municipio pertenece a la comarca de El Barcelonés y se inscribe en el área metropolitana de Barcelona, al nordeste de la grande ciudad y con más de un millón y medio de personas.

Localidad rural y destino de veraneo para familias pudientes hasta finales del siglo XIX, ganó trazos de ciudad dormitorio con el avance de la industrialización en la región de Barcelona y con las sucesivas oleadas migratorias internas, creciendo intensa y constantemente hasta la primera mitad del siglo XX.

En la década de 1910-1920, la ciudad sufre modificaciones estructurales. En particular, un puente sobre el río Besós abrió conexión rápida con Barcelona, incentivando el crecimiento inmobiliario basado en el sueño de tener allí cerca una “casita con jardincito” y urbanizando el territorio montañoso (Olivé 1974). La población siguió creciendo con la inmigración demandada por la expansión económica de los años 20, principalmente por las obras de la Exposición Internacional de 1929 y del metro de Barcelona (Cuesta 2014).

Santa Coloma pasó, en una década, de casi 3000 habitantes, en 1920, a unos 13 mil. Con oscilaciones de por medio, se inicia un crecimiento intensivo en la década de los 50 con la migración procedente sobre todo del sur de España. En 1975 alcanza 137 mil habitantes, y a partir de los años 80 manifiesta algún descenso.

La estructura de la ciudad se fue alterando con estos “ríos de gente”, en torrente hacia Can Zam, en flujo continuo hacia El Fondo, hasta casi alcanzar todo el término. Esto configuró los primeros barrios suburbanos, generalizándose la autoconstrucción y el *barraquismo*. Reframos que los beneficios del capital local de industrializar la ciudad encontraron oposición por parte del régimen franquista, para evitar que, en un área creciente-mente obrera, se enraizase una proletarización subversiva, según un informe policial de 1974 (Bordetas 2012).

A pesar de todo, en la década de los 70, Santa Coloma ya se calificaba como parte del “cinturón rojo” (Ealham 2007, 60) que rodeaba al núcleo urbano de Barcelona (Bordetas 2012).

Las luchas populares en esta ciudad, desde finales de los 60 y hasta los 70, dejaron marcas profundas en la memoria social y en la ocupación del territorio. Aunque no industrializado intensivamente, el carácter social y político de los trabajadores ahí residentes

imprimió las resistencias a la suburbanización descalificante, empobrecedora de la ciudadanía y constreñidora de las prácticas culturales y de convivencia en el contexto del tardofranquismo.

“Hacer ciudad y hacer pueblo”

Esas resistencias fueron protagonizadas, en particular, por asociaciones de moradores y por un grupo de antifranquistas que las diseminó públicamente en la revista Grama (1969-1996). Grama registró detalladamente el proceso de transformación de la ciudad y de sus gentes, alimentando el trabajo de memoria presente (Antxustegi-Etxearte 2014). Continuada por la revista Fórum Grama (1996-2006), y con recomposición asociativa migró hacia la Web en 2016. El Sitio se encuentra suspendido en el momento en el que escribo.

Los graves problemas sociales de la suburbanización de Santa Coloma ganaron fama, atrayendo a un amplio abanico de activistas sociales. Afluyeron figuras de la intelectualidad opositora, de la militancia partidaria y sindical, del cristianismo progresista. Un grupo de capellanes, consejeros de la Juventud Obrera Católica, se desplazaría a parroquias colomenses y, animados por las ideas de la teología de la liberación, las encabezaría de forma concertada en 1965. De entre ellos sobresalió Jaume P. Sayrach, capellán de El Fondo, dinamizador social y periodista, quien prestó apoyo a uno de los primeros centros sociales (Antxustegi-Etxearte 2014). Entre la intelectualidad se destacaron figuras radicales como Xavier Valls y María José Olivé, arquitecto y geógrafa que se opusieron, a lo largo de dos años, al plan metropolitano de urbanización oficial, favorecedor de la especulación sobre el terreno y sobre lo construido, al que contrapropusieron un Plan Popular.

Nótese que desde los años 70 y durante décadas, diversos agentes sociales de Santa Coloma, con diferencias ideológicas y de composición social, intervinieron en acciones y frentes comunes por una ciudad buena para vivir, por la educación, por la participación ciudadana y por el debate político (Davis 2014; Antxustegi-Etxearte 2014). La policía política informaba al poder central en el año 1975:

un grupo activista, ubicado en la Parroquia del Hondo [Fondo] [...] integrado principalmente por asistentes a clases nocturnas, y entre los que se encuentran la casi totalidad de los corresponsales de los periódicos barceloneses [...], los cuales celebran seminarios de estudios de sociología política, inspirados en la doctrina marxista [...].

Son a su vez los instigadores de núcleos que se sitúan en las zonas periféricas de la población, SANTA ROSA, MOTO-CROS y SINGUERLÍN, bajo los auspicios de las Parroquias allí existentes. (citado en Bordetas 2012, 545)

Valls y Olivé organizaron asambleas populares y desarrollaron núcleos locales de planeamiento en articulación con asociaciones de moradores, consultando arquitectos, geógrafos, asistentes sociales, trabajadores de la construcción y profesores locales. Finalizado en 1978, el Plan Popular reivindicaba la calidad de vida para la ciudad como un todo. Se centró, por un lado, en la ampliación y valorización del espacio público, apropiado en buena parte por planes parciales de urbanización e intervenciones ilegales. Alternativamente propuso el asfaltado de las calles todavía con vertederos a cielo abierto, jardines, conexión viaria eficaz con Barcelona. Por otro lado, el Plan se centró en las carencias de servicios y equipamientos públicos –un centro de salud, transportes públicos interurbanos, escuelas– y se crearon además, o se revitalizaron espacios de ocio y cultura –centros cívicos, parques infantiles, un museo, zona fluvial. La ocupación, recuperación y gestión populares fue un proceso usado en solares y masías, parcelas de terreno abandonadas y áreas naturales descuidadas (Antxustegi-Etxearte 2014; Bordetas 2011; Bordetas 2012; Davis 2014). *Hacer ciudad y hacer pueblo*, era la divisa asociada al Plan Popular (Bordetas 2012).

Tendríamos que aclarar un hecho y es que el suburbio, más que un hecho estético (es sucio, feo, incómodo), es un hecho ético (es injusto): por lo tanto cualquier planteamiento que no parta de este supuesto será necesariamente limitado” afirmó Xavier Valls en 1970. (citado en Antxustegi-Etxearte 2014, 55)

A partir de la década de los 80, Santa Coloma de Gramenet ganó vida propia. Los habitantes que habían dejado el centro metropolitano barcelonés, la alimentaron, en una nueva oleada migratoria motivada por la vivienda. Se mantuvo, aun así, conectada a Barcelona en la economía, en los desplazamientos al trabajo, en la complementariedad de algunos servicios públicos, en grandes festejos y eventos culturales.

En el campo educativo y ya en 1975, profesoras formadas por la *Escola de Mestres Rosa Sensat* (Barcelona), van a Santa Coloma con la intención de promover la reforma de la enseñanza pública. El Movimiento de la Escuela Pública, que integraban, pugnaba por escuelas no represoras, de formación holística y estímulo a la creación artística, y por una enseñanza laica, racional y científica. La *Escola* desarrolló, como principios básicos, el compromiso social y la organización democrática de la vida de los establecimientos (Davis 2014). En 1980, en el *Casal del Mestre* fijaría su sede una asociación continuadora.

El movimiento anti-OTAN y por el desarme fue otra área donde activistas colomenses marcaron la delantera (Davis 2014).

Este vigoroso asociativismo se organizó frecuentemente a nivel de cada barrio, marcando además la sociabilidad y los espacios urbanos. En los 14 Centros Cívicos de la

ciudad están alojados algunos de los 290 grupos culturales, de moradores y habitacionales, deportivos, de padres y madres de estudiantes, de mujeres, juveniles e infantiles, de salud y de la tercera edad, etc.¹.

La Biblioteca Central de Santa Coloma de Gramenet mantiene un archivo de panfletos y de prensa local relativo a las comisiones de moradores colomenses (Davis 2014).

Estas prácticas de democracia e intervención populares soportadas por las organizaciones de moradoras y moradores se constituyeron, por la intensidad, extensión y persistencia “como uno de los grandes espacios de empoderamiento, de autonomía y de toma de conciencia política de las clases populares –entre ellas, las mujeres y los jóvenes” como analiza Bordetas (2011, 6). Muchas de las reivindicaciones se concretizaron y varios de aquellos espacios, edificios y servicios se mantienen activos y alimentados por la población. La cultura asociativa y política permanece y se va transformando, revelándose durante la organización del referéndum, en la huelga general y en las protestas subsecuentes.

En las conversaciones mantenidas con miembros de asociaciones, resaltaron memorias de aquellas décadas, invocadas con fluidez y frecuencia. En ese clima de desobediencia, de luchas políticas acaloradas y de fuerte rememoración “en movimiento”, se sentían continuadores de las tareas de su organización furtiva y de movilización pública. Referían sus disposiciones como inseridas en un continuo de generaciones, dispuestos a movilizarse en situaciones adversas, o sea, propiciadoras de una cultura política común que se nutría de las “contra-memorias” (Della Porta 2018). La confrontación autonómica era frecuentemente verbalizada como una continuidad del antifranquismo catalán, lo que algunas ancianas corporizaran, como quedó registrado en reportajes televisivos sobre la intervención policial en el transcurso de la votación.

Escuché narrar otro episodio, de memoria amarga, acerca de un conflicto, de hacía más de diez años, sobre una mezquita situada a pie de calle, en un edificio de viviendas. Varios agentes sociales y políticos intervinieron: grupos Okupa, a favor de que permaneciera allí, la responsable municipal, que proponía una resolución administrativa, la policía local, ahora respondiendo a las quejas de vecinos adversos, ahora desobstruyendo la entrada a la mezquita. Los responsables religiosos cedieron a cambiar de sitio el lugar de culto para el extrarradio de la ciudad. El conflicto adquirió una notoriedad pública que, por diversos motivos, incomodaba a los diferentes agentes implicados (Moreras 2008).

Estas memorias de la ciudad se estaban utilizando, en aquellos días críticos, como una “panoplia” a partir de la cual los y las agentes sociales escogían “diferentes piezas

¹ Cf. <https://www.gramenet.cat/participacio/entitats/>

para construir líneas de acción” (Swidler citado en Della Porta 2018, 277). El trabajo de memoria se hacía activamente, desde diferentes perspectivas, produciendo diversas (re) significaciones. Señalar además que, bajo la consigna recurrente “Las calles siempre serán nuestras”, las protestas contra la intervención policial y la posición del gobierno central, la huelga general del 3 de octubre, convirtieron las calles en ágora del debate político y de confluencia de grupos sociales. Miembros de la PAH, Plataforma de Afectados por la Hipoteca, por ejemplo, casi todos inmigrantes, interpelaban a la población para que escucharan su lucha y sus avances.

Instituciones y prácticas culturales y de convivencia

En la ciudad comprimida, la vida cultural de raíz asociativa o estatal local se muestra: existen grupos escénicos, que incluyen la actuación de aficionados, con espectáculos regulares; la programación del teatro municipal aborda las desigualdades sociales –feminismo, migraciones, minusvalías–, contiene piezas de humor y actuaciones de payasos; cada una de las bibliotecas mantiene varios clubes de lectura, en crecimiento; se conservan las prácticas de excursionismo y campismo en diferentes grupos etarios.

Amigos que hice al integrar sus encuentros semanales por la noche en la taberna, me hablan de un asociativismo reciente más débil, lamentan las dificultades sentidas por la revista Grama. La historia de la ciudad, más allá del referéndum, era el principal asunto social de conversación. De esas conversaciones me traje más curiosidades y cuestiones sobre la vida local y también algunas repostas.

Tabernas, bares de tapas y cervecerías alimentan, en el doble sentido, los encuentros regulares de las pausas para comer y a la salida del trabajo, congregando a mucha gente alrededor de las mesas. Las mesas de una churrería próxima a la Biblioteca de El Fondo son intensamente buscadas, especialmente los domingos por la mañana, por familias y grandes grupos –es sitio reputado por la buena comida y animación durante diferentes horas del día y de la noche. Los cuatro mercados municipales, los mercadillos de calle diarios, rotativamente asentados en cada barrio del centro, tiendas y servicio de restauración a pie de calle, terrazas pequeñas o extendidas por las arterias y plazas ajardinadas centrales, producen un tránsito a pie y una vida constante en las calles. Andar, detenerse a conversar, los aromas y los colores de las comidas y de los productos expuestos constituyen un bazar permanente en varias calles secundarias. En El Fondo hay manzanas consecutivas delineadas por los alfabetos orientales y árabe de los anuncios. Comercio, comida y puntos de encuentro se entrelazan.

La Biblioteca de El Fondo

Las cuestiones iniciales de estas búsquedas se dirigían a entender cómo estaría una biblioteca pública integrando los servicios digitales y cómo estarían siendo apreciados estos por la población a la que deberían destinarse. La elección de un caso en la red provincial recayó sobre la Biblioteca de El Fondo, por las características socio-demográficas de Santa Coloma de Gramenet, por las características populares de aquel barrio y por la singularidad de los servicios asociados a lo digital.

Antes de pasar al caso principal, dejo registro de unas notas sobre el momento de mis observaciones: en primer lugar, desde junio de 2015, el ejecutivo municipal anunciaba recurrentemente una política dirigida prioritariamente a las desigualdades sociales; en segundo, deparado con el referéndum, el gobierno central anunció recortes en las transferencias financieras para Cataluña, lo que iba llevando a cabo; en tercero, con equipos de personal reducidos, en las bibliotecas que inquirí se trabajaba de forma notoriamente intensiva para cumplir los objetivos organizativos y políticos, que iban desde la apertura y reorganización de establecimientos, intervenciones en las festividades locales, lanzamiento o incremento de servicios, agendamiento de sesiones públicas, atendimento personal detallado, hasta al reporte periódico a la tutela.

Dejo también registro de mis visitas, aunque breves, a otras tres bibliotecas integradas en las BB y en la XBM para disponer de referentes con los que comparar las ofertas, tanto especializadas como generalistas.

Visité Les Corts – Miquel Llongueras (BB y XBM) en el centro de Barcelona, adyacente a un grande estadio de fútbol y a complejos deportivos, en un edificio con algunas decenas de años, en una zona connotada con la clase media. La colección se había especializado recientemente en juegos, deportes y entretenimiento.

La Biblioteca de Volpelleres – Miquel Batllori (XBM), en Sant Cugat del Vallès, se localiza en un área residencial asociada a una cualificación académica alta, a 14 km al norte del centro de Barcelona. Abrió en 2015 con un amplio edificio propio, en las proximidades de recintos universitarios. Encuadrada en el proyecto *BiblioLab* del Servei de la Diputació (Gerència de Serveis de Biblioteques de la Diputació de Barcelona 2017), Volpelleres fue equipada con un espacio dedicado a un *Library Living Lab* para promover el aprendizaje y la experimentación de nuevas tecnologías con niños y adolescentes. Durante mi estancia allí el *BiblioLab* no tuvo actividades agendadas. Posteriormente me informaron de que su “modelo de gobierno”, que implicaba a diversas entidades, estaba siendo repensado para aumentar la asistencia a las sesiones y la regularidad de la programación. Ambas bibliotecas ofrecían apoyo al aprendizaje acreditado en TIC, la ACTIC (Generalitat de Catalunya 2016; 2017).

Visité también la biblioteca Francesca Bonnemaison (BB y XBM), en el casco antiguo de Barcelona, en un edificio que aloja además al *Institut de Cultura*. “Toda mujer vale más / cuando letras aprende” es la divisa que corona el hueco de las escaleras, recortada por la luz que atraviesa la claraboya. En 1910, la entonces denominada Biblioteca Popular de la Mujer, fue creada para formar profesional y culturalmente a jóvenes obreras. Mantiene la especialización en cuestiones de las mujeres y se extendió a la de género, integrando una red de actividades de diseminación y de apoyo a la investigación. Las bibliotecarias manifestaron satisfacción con que la Bonnemaison hubiera ampliado el ámbito de las colecciones y por haberse abierto a un uso público generalista, en una zona donde hay mucha demanda por parte de un lectorado de composición social diversa.

Santa Coloma dispone de cuatro bibliotecas públicas: la Central –al lado del edificio del Ayuntamiento–, la Can Peixauet –ocupando una antigua casa rural en el extremo nordeste–, la de Singuerlín, Salvador Cabré –en zona densamente habitada– y la de El Fondo.

Inaugurada en 2014, la Biblioteca se encuentra encajada en un edificio multifuncional, junto con un mercado municipal, un supermercado y una guardería². El cuerpo arquitectónico poliédrico se conecta a la ciudad de forma inusual: si subir y bajar es una rutina colomense, la entrada a esta biblioteca de tres pisos, se hace mediante una escalera mecánica exterior o rampa a partir de una calle asfaltada inferior, o también desde otro piso superior a partir de un pasadizo que conecta con una de las plazas centrales. Contrastando con el permanente bullicio exterior, el interior de la Biblioteca proporciona áreas de tranquilidad, casi-silencio. Esta “atmosfera de lectura” (Sequeiros 2011) será ciertamente un bien escaso y apreciado en barrios con menor calidad constructiva y exiguas áreas habitacionales.

El espacio *Cuines del Món*, Cocinas del Mundo, es un proyecto central dentro de la Biblioteca, que ha atraído la atención dentro y fuera de la XBM, materializado en cocina profesionalmente equipada, sala-auditorio y sub-colección especializada. Lo gestiona una comisión que integra, además de al municipio, a una asociación de comerciantes –en buena parte de origen inmigrante–, una escuela de enseñanza superior y una escuela profesional (Bardají y Chavarria 2017). Es digno de subrayar que la Biblioteca abrió al público tras algunos meses de presentación del proyecto, de audiencias a las asociaciones locales por parte de la bibliotecaria responsable y en la secuencia de su participación en reuniones de estas entidades. Una joven de una comunidad de lengua extranjera con peso en la ciudad integraba el equipo de personal.

² Sobre el edificio ver: <http://www.diba.cat/documents/16060163/25606928/SANTA+COLOMA+DE+GRAMENET-Biblioteca+del+Fondo./295f829a-3132-4f24-a936-1be1ce564cac>

¿Cómo hacer que hablen entre sí a gente tan diferente, sin lengua común de entendimiento? Mariona Chavarria responde enseguida a su propia pregunta (Gerència de Serveis de Biblioteques de la Diputació de Barcelona 2017): “No vamos a acabar con el racismo”, pero se pueden crear espacios y momentos de convivencia que permitan superar ‘la desconfianza’ entre culturas y etnias” recurriendo a la comida. Y prosigue: “La idea no es nueva, de manera alguna”, pero “si la razón de ser de los *Labs* es poner a las personas a hacer cosas y a aprender en conjunto”, entendió entonces la directora de la Biblioteca que una cocina en la biblioteca tendría sentido, asociada al concepto de *BiblioLab*. Este es un programa de la XBM, del mandato 2016-2019 de la *Diputació*, destinado a promover el “acceso al conocimiento a través de la experimentación y de métodos innovadores y creativos en un ambiente colaborativo abierto a la ciudadanía”. El concepto se aplica a proyectos “puramente científicos y tecnológicos, pero también sociales (nutrición, agricultura, astronomía, naturaleza, etc.), artísticos (música, bellas artes u oficios) y a proyectos relacionados con la lectura y la escritura, la esencia de las bibliotecas”.

Las *Cuines* se han basado en el modelo de las *Human Libraries* (Chavarria 2017). Análogamente, en las *Living Libraries* “los Libros son individuos de la comunidad local” (Gamtsó, Mannon y Whipple 2017). Estas Bibliotecas Vivas se diseminaron por Europa, Australia y los EEUU a principios de los años 2000. Siguiendo atentamente el hilo, concluí que, muy probablemente, estas se inspiraron, a su vez, en experiencias desarrolladas en América Latina donde los saberes indígenas, corporizados en ancianos y personas sabias, pusieron en funcionamiento los llamados *libros vivientes*, o sea contadores de historias, narradores y/o ejecutantes del arte *performance*. Daniel Canosa (2005) analizó detalladamente esas experiencias de aprendizaje multicultural y bilingüe que se iniciaron entre los años 80 y 90 en diversas localidades argentinas.

Transmitir y beneficiarse de los saberes populares, basados en el arte, en la oralidad, en el *performance*, en la experiencia vivida o transmitida como tradición, sin intermediarios, sino cara a cara, es el fundamento de las *bibliotecas humanas* referidas más recientemente. En Europa se difundieron a través de activistas sociales de Dinamarca con sesiones temáticas en bibliotecas y dirigidas a salvar las barreras sociales –de género y de orientación sexual, raza, lengua. Ahí, la narración en primera persona de experiencias de exclusión, por un voluntario perteneciente a un grupo estigmatizado –con la frecuente intervención de asociaciones y movimientos sociales–, facilitaría la superación de estereotipos sobre el Otro, por la consulta abierta a la persona-libro en privado o no.

En El Fondo, las sesiones de talleres de las *Cuines del Món*, ya sea para adultos o para niños, juntan a hablantes de varias lenguas, de origen cultural y social diversificado, confiando en el lenguaje no verbal de los actos culinarios, en el aprendizaje basado en

el saber-hacer y en la convivencia asociada a la comida que acaba por consumirse allí mismo. Las propuestas de temas/platos provienen de la vecindad de los alrededores, de otros servicios municipales o de la propia Biblioteca (Chavarria 2017). Una o un invitado enseña a preparar un plato tradicional de su comunidad de origen. Ocasionalmente se organizan sesiones conducidas por *chefs* de renombre o profesionales de la nutrición. Las *Cuines* se diseminan por la Web de la *Diputació*/XBM, donde se fijan enlaces a la bibliografía relacionada contenida en las bibliotecas adyacentes o en las redes sociales.

Este proyecto fue comentado en un periódico y, a modo de sinécdoque orientada a la reducción al absurdo, la cualificación de “pervertida” se extiende a toda la biblioteca que, por no cultivar la dignidad de una Biblioteca de Alexandria, se asemejaría a una “Casa de citas”. Más allá de elitismo, un ostensivo sexismo: si en aquel espacio se aprende a cocinar, y “leer, nadie va a leer”, entrará gente “en tropel” para cursitos de “manicura” o de “conducir” o “asesoramiento matrimonial”. La regresión a un pánico moralista sobre la frecuencia popular o femenina de la biblioteca pública, registrado en alguna prensa de finales del siglo XIX, nos cuestiona sobre el significado social que ha tenido un proyecto a pequeña escala, divulgado en la Web y prensa escrita, para suscitar tal reacción y una latente nostalgia de la segregación espacial y cultural –por eso aquí dejo la nota³.

El resto de servicios, en El Fondo, se asemejan a los prestados en otros centros de la Red: consulta y préstamo de libros, periódicos y audiovisuales, sala infanto-juvenil para lectura y trabajos escolares, apoyo a la alfabetización digital, orientación para otras bibliotecas (Chavarria 2017). De mis visitas, retuve la afluencia regular de niños, a veces allí dejados por familiares mayores, y el apoyo que recibían en los trabajos escolares. El acceso a Internet, los periódicos, eran motivo de visita para usuarios adultos y ancianos. Las redes de la propia ciudad y de la *Diputació* complementan la oferta en el barrio, los clubes de lectura cuentan con mucha participación y crecen en número, el boletín de la Red promueve las actividades culturales, recreativas, deportivas, de turismo, disponibles en su ámbito territorial.

En Santa Coloma oí por boca de varios residentes el aprecio de la importancia social de las bibliotecas públicas y de la convivencia entre diferentes culturas, razas y nacionalidades, a la par con la consciencia de las tensiones reales o posibles. Algunas responsables de bibliotecas con las que dialogué revelaron, curiosamente, insatisfacción con los resultados presentes que las estaría animando a extender y proseguir con los servicios prestados.

A continuación, algunas notas específicas sobre la lectura de lo digital en El Fondo.

³ Cf. https://cat.elpais.com/cat/2017/09/07/cultura/1504812649_382936.html

La lectura y lo digital en una biblioteca popular

Las prácticas de lectura pública en El Fondo, como en realidad en buena parte de las bibliotecas públicas, se desarrollaron en y desde el paradigma de lo impreso y muy pocas son las bibliotecas públicas radicadas solamente en el paradigma de lo digital. Desde décadas recientes, existen productos y servicios que comenzaron a ser añadidos a los convencionales, lo que ha dado lugar a prácticas mezcladas, *i.e.*, dirigidas a diferentes tipos de medios impresos, audiovisuales y digitales, y frecuentemente acumulativas, *i.e.*, corporizadas por una misma persona lectora. En este trabajo, las prácticas de lectura deben ser entendidas como *híbridas*, desde distintos tipos de soporte –físicos o electrónicos, y de materiales de lectura, del mismo modo en el que permanecen híbridas las bibliotecas públicas que comúnmente usamos (Brophy 2007). Así, una parte de los usos de Internet quedará incluida en aquel término, al igual que la lectura de libros y revistas digitales o digitalizados. El término *biblioteca digital* se emplea corrientemente para designar a las colecciones digitales –como si se tratara de una sección o sala– disponibles para el lectorado de las bibliotecas, en presencia o a distancia, para que puedan descargarse en dispositivos específicos el material seleccionado o lo lean en transmisión continua (*streaming*).

Las adquisiciones de recursos digitales en bibliotecas se hacen, en general, en paquetes de colecciones y con condiciones de acceso a la lectura, firmadas contractualmente –se adquieren licencias, no la propiedad; acabada la licencia desaparecen los libros. Se volverán temas candentes, a nivel internacional, los precios elevados de las licencias, la complejidad jurídica de su gestión, las negociaciones sobre derechos digitales en cada zona económica –y entre otros los autorales patrimoniales, el número de lecturas por licencia–, la privacidad de quien lee (Caldwell-Stone 2012), la interoperabilidad de los formatos digitales. Cuestiones económicas y tecnológicas, sobre todo, han llevado a que las adquisiciones institucionales para bibliotecas se procesen por los poderes nacional y/o locales consorciados, también en España (Alonso, Cordon y Gómez 2015).

La eBiblio es una colección digital disponible en bibliotecas de España desde 2014 por consorcio con editoras con producción digital, lo que ha venido a englobar a representantes de las Comunidades Autónomas –excepto el País Vasco que mantiene plataforma propia. La plataforma integra más de 8000 libros, una centena de audiolibros y unas decenas de revistas. La promoción del mercado editorial digital español es uno de los objetivos. La composición de los paquetes de colecciones fue consecuencia inicialmente de la decisión que el Ministerio de Cultura centralizó. Otras licencias se negociaron extra-consorcio, a pesar de la desventaja financiera, para responder a las políticas locales de lectura (García

2016). Las obras se pueden descargar en las bibliotecas adherentes, incluyendo a Santa Coloma de Gramenet, en las condicionantes de acceso negociadas. Más de la mitad de los préstamos se hacen a partir de Cataluña y de la Comunidad de Madrid (Subdirección General de Coordinación Bibliotecaria 2017).

En lo que respecta al uso efectivo de los libros y revistas digitales, la posibilidad de tratarlo estadísticamente por red local es reciente y los resultados no son todavía conocidos por el público. Existía solo la noción de que se harían algunas descargas por las y por los lectores de la biblioteca de Gramenet. En línea con algunas críticas de las evaluaciones oficiales, la responsable expresó dudas sobre la adecuación de las colecciones contratadas al lectorado local, sobre todo por el bajo número de títulos en catalán, de materiales para el estudio o para el aprendizaje de lenguas extranjeras, que allí son objeto de demanda regular.

Lo digital en esta biblioteca de frecuencia popular se usa sobre todo a partir de servicios difundidos desde hace varias décadas; es el caso de la Web y del correo electrónico. Creadas una capacidad y una familiaridad en el medio laboral, escolar y doméstico, las y los usuarios finales desarrollaron formas de apropiación tecnológica en diferentes áreas de su vida social las que reforzaron la popularidad de tales prácticas, convirtiendo a Internet en un espacio público (Feenberg 2017). Servicios más sofisticados, menos familiares, que requieren la propiedad o el préstamo bibliotecario de dispositivos de lectura electrónica tendrán, con probabilidad, menos demanda en El Fondo. Además, y como he referido, los contenidos de eBiblio, con las limitaciones actuales, podrán no corresponder ni a las disposiciones ni a las capacidades lectoras de los usuarios.

Realicé un abordaje tópico a algunos interrogantes en los que, en esta investigación, no he podido profundizar. Para responder a la cuestión de los usos efectivos, de sus formas y significados asignados, y para abrir las puertas a las reconfiguraciones alternativas y democráticas, se requiere un posterior abordaje en profundidad y cualitativo. En la incisiva formulación de Feenberg (2017, 7), “a veces el problema no es el mal que la tecnología hace, sino el bien que podría hacer, solo con que fuera reconfigurada”.

Reflexiones finales

Ser ciudad lectora es una faceta más de la ciudadanía colomense, donde se inscriben experiencias populares de lectura pública. Al valorizar la experimentación, la internacionalidad, los saberes movibles del trabajo de reproducción cotidiano y otros saberes populares, esta biblioteca permite ensayar una proximidad polisémica: vecinal, mezcla social y cultural, co-presencia respetuosa.

La Biblioteca de El Fondo es un lugar en el que resuena la historia de la ciudad y de sus movimientos sociales y políticos recientes. La relación con su lectorado se conjuga con la práctica de actividades culturales de proximidad e incluye propuestas de una oferta cultural popular.

Santa Coloma de Gramenet es un caso de ciudad donde se experimenta lo que podría denominarse no como biblioteca del futuro sino, con más rigor, como la concretización de la promesa democrática, más que centenaria, *en el fondo*, de la biblioteca pública. Las soluciones encontradas son simples y diseminadas sin pretensión elitista, tecnófila. La incorporación de lo digital no se perfila como prioridad, la tónica se coloca en la familiaridad con su uso en contextos de aprendizaje y de información para un cotidiano local interconectado. La idea subyacente aparenta haber hecho un recorrido internacional a través de continentes, invocando a la pretensión occidental moderna de la circulación de la erudición, pero subvirtiéndole la ruta del Sur al Norte global. La orientación hacia las personas comunes, la atención especial a las y los que se ven privados de una ciudadanía plena por vivir en situaciones de clara desigualdad social, es un abordaje prioritario en la oferta del servicio de lectura pública. Habrá todavía margen, seguramente, para desarrollar servicios, en el ámbito de las *Cuines* o en otros, que posicionen a quienes leen no solo como grupo o persona lectora sino también como productora y comentadora de materiales en lecto-escritas ampliadas y sustentadas por la dimensión pública de la biblioteca.

Alguna insatisfacción con los resultados alcanzados, inclusive en otras bibliotecas de las redes barcelonesas, deberá ser entendida como consecuencia de una mirada crítica por parte de agentes culturales con sensibilidad social, responsables del impacto político de las experiencias en progreso, aunque modesto en una escala cuantitativa.

Existen apropiaciones de lo digital y experiencias de adopción por parte de bibliotecas públicas que merecen ser acompañadas por la relevancia y el alcance social de los servicios que prestan.

La demanda de bibliotecas que alíen la ciudad a la lectura pública y la democracia a lo digital se ha vuelto más visible en las décadas recientes, demanda que hay que cuidar con desvelo de cara a cambios que puedan depreciar y agravar las vidas de trabajo.

Bibliografía

- Ajuntament de Santa Coloma Gramenet. 2016. Estadístiques 2015. https://www.gramenet.cat/fileadmin/Files/Ajuntament/anuari_estadistic/Anuari_2015.pdf.
- ALONSO ARÉVALO, Julio, Antonio Cordón García y Raquel Gómez Díaz. 2015. *E-books en bibliotecas: gestion, tratamiento y aplicaciones*. Buenos Aires: Alfagrama.

- ANTXUSTEGI-ETXEARTE, Odei. 2014. *De suburbi a ciutat: el Pla Popular de Santa Coloma de Gramenet*. Santa Coloma de Gramenet: Fòrum-Grama.
- ARNABAT, Ramon, y Xavier Ferré. 2017. "El desenvolupament de l'ateneisme al Principat". In *Política i cultura: l'ateneisme en la Catalunya contemporània*, ed. G. C. Cattini y X. Febrés, 15–37. Barcelona: Diputació de Barcelona.
- BAILAC, Assumpta, y Mercè Muñoz, ed. 2011. *Biblioteques de Barcelona: 10 anys +*. Barcelona: Biblioteques de Barcelona. http://www.bcn.cat/biblioteques/docs/bib10anys_cat.pdf.
- BARDAJÍ, Ana, y Mariona Chavarría. 2017. "El 'Espai Cuines del Món': color, aroma y sabor de barrio en la biblioteca". In *VIII Congreso Nacional de Bibliotecas Públicas. Espacio físico y virtual*, 121–133. Toledo: Subdir. Gen. de Documentación y Publicaciones. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6027194>.
- BORDETAS JIMÉNEZ, Ivan. 2011. "Las asociaciones de vecinos son la mejor escuela de formación de ciudadanos conscientes: el moviment veïnal durant el tardofranquisme i la transició". *Plecs d'història Local* 141: 5–7. <https://www.raco.cat/index.php/Plecs/article/view/283065/370929>.
- BORDETAS JIMÉNEZ, Ivan. 2012. "Nosotros somos los que hemos hecho esta ciudad: autoorganización y movilización vecinal durante el tardofranquismo y el proceso de cambio político". Tesis doctoral. Universitat Autònoma de Barcelona, Dep. d'Història Moderna i Contemporània. <http://www.tdx.cat/handle/10803/96186>.
- BROPHY, Peter. 2007. *The library in the twenty-first century*. London: Facet Publishing.
- CALDWELL-STONE, Deborah. 2012. "A digital dilemma: ebooks and users' rights". *American Libraries Magazine*. <https://americanlibrariesmagazine.org/2012/05/29/a-digital-dilemma-ebooks-and-users-rights/>.
- CANALIAS, Laura. 2015. "La red de bibliotecas populares de la Mancomunitat de Catalunya: un espejo de y para la mesocracia local". In *Pensar con la historia desde el siglo XXI: actas del XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*, 4289–4305. Madrid: UAM.
- CANOSA, Daniel. 2005. *Servicios bibliotecarios a comunidades indígenas* [pre-print]. Buenos Aires. MS. <http://eprints.rclis.org/11290/>.
- CASTILLO FERNÁNDEZ, Javier, José-Antonio Gómez Hernández y Pedro Quílez Simón, ed. 2010. *La biblioteca pública frente a la recesión: acción social y educativa*. Madrid: ANABAD; Murcia: Tres Fronteras. <http://eprints.rclis.org/15479/>.
- CHAVARRIA, Mariona. 2017. "Una cocina en la biblioteca: el espai Cuines del Món de la Biblioteca del Fondo" (Santa Coloma de Gramenet). *BiD* 38. <http://bid.ub.edu/es/38/chavarría.htm>.
- COMAS I GUELL, Montserrat. 2001. *Lectura i biblioteques populars a Catalunya*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat.

- CUESTA, José Miguel. 2014. "El moviment veïnal al Barcelonès Nord (1954-1987)". Tesis de Doctorado. Universitat Autònoma de Barcelona, Dep. d'Història Moderna i Contemporània. <https://ddd.uab.cat/record/127169>.
- DAVIS, Andrea Rebecca. 2014. "Santa Coloma de Gramenet: the transformation of leftwing popular politics in Spain (1968-1986)". PhD Dissertation. University of California, San Diego. <https://escholarship.org/uc/item/7t53c8gb>.
- DELLA PORTA, Donatella. 2018. *Legacies and memories in movements: justice and democracy in Southern Europe*. New York: Oxford University Press.
- Diputació de Barcelona. 2013. *Principals resultats del conjunt d'estudis d'usuaris de biblioteques de municipis de més de 30.000 habitants*. Barcelona: Diputació. http://www.diba.cat/documents/16060163/33955494/g+2012_satisfaccio_usuaris2.pdf/8eb022cb-a29b-4b81-aa91-71b4b57e27f1.
- Diputació de Barcelona. 2018. *Qui som. Biblioteca virtual*. Barcelona: Diputació. <http://bibliotecavirtual.diba.cat/qui-som>.
- DUCH, Montserrat, Ramon Arnabat y Xavier Ferré, ed. 2015. *Sociabilitats a la Catalunya contemporània: temps i espais en conflicte*. Barcelona: Abadia de Montserrat.
- EALHAM, Chris. 2007. "Una 'geografía imaginada': ideología, espacio urbano y protesta en la creación del 'barrio chino' de Barcelona, c. 1835-1936". *Historia social* 59: 55-76. <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2471536>.
- ELLIS, Mark. 2012. "End of story: Two libraries disappearing every week under Tory-led Coalition cuts". *Mirror* 12 (March). <http://www.mirror.co.uk/news/uk-news/britains-libraries-disappearing-at-a-rate-of-two-758525>.
- ESTIVILL RIUS, Assumpció. 2013. "Las bibliotecas populares de Barcelona como espacios de socialización durante el segundo franquismo, 1957-1975". *BiD* 30. <http://bid.ub.edu/es/30/estivill.htm>.
- FEENBERG, Andrew. 2017. *Technosystem: the social life of reason*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- FERNÁNDEZ, Ana. 2014. "Bibliotecas Públicas ante la crisis económica en España y la ciudadanía". Trabajo fin de grado. Universidad Carlos III de Madrid. <http://fundacionbibliotecasocial.org/content/uploads/2014/12/TFG-Ana-Fernandez-Vara1.pdf>.
- FLOOD, Alison. 2015. "Librarians take legal battle against library closures to government". *The Guardian*. December 17. <http://www.theguardian.com/books/2015/dec/17/librarians-take-legal-fight-against-library-closures-to-government>.
- GAMTSO, Caroline White, M. Mannon y S. Whipple. 2017. "The New Hampshire Human Library Project: breaking barriers and building bridges by engaging communities of learners". In *The Experiential Library*, ed. P. McDonnell, 187-201. Cambridge, MA: Chandos.

- GARCÍA MARTÍNEZ, Eva. 2016. "El préstamo de libros electrónicos en las bibliotecas públicas: eBiblio: la experiencia de eBiblio Castilla y León, Universo Abierto". TFM, Máster en Sistemas de Información Digital. Universidade de Salamanca. <https://universoabierto.org/2016/06/17/el-prestamo-de-libros-electronicos-en-las-bibliotecas-publicas-ebiblio-la-experiencia-de-ebiblio-castilla-y-leon/>.
- Generalitat de Catalunya. 2016. *Contenidos ACTIC: Orden 2016*. Barcelona: Generalitat. actic.gencat.cat/web/.content/01_informacio/documents/arxiu/Contenidos-ACTIC-orden-2016.pdf.
- Generalitat de Catalunya. 2017. *Educació d'adults: formació bàsica*. Barcelona: Generalitat. gencat.cat/ensenyament/eac/pdf/APA_CA.pdf.
- Gerència de Serveis de Biblioteques de la Diputació de Barcelona. [2017] BiblioLab. Barcelona: Diputació. <https://www.diba.cat/es/web/biblioteques/bibliolab/>.
- GIANNAKOPOULOS, Georgios, Alexandros Koulouris y Dionysis Kokkinos. 2014. "Libraries in crisis: a glimpse over Greece and Cyprus". *Procedia, Social and Behavioral Sciences* 147 (Supplement C): 411–417. <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042814040324>.
- GÓMEZ-HERNÁNDEZ, José-Antonio, Hilario Hernández-Sánchez y José-Antonio Merlo-Vega. ed. 2014. "Los profesionales de la información en España, tres años después". *Anuario ThinkEPI* 8: 39-44.
- GOULDING, Anne. 2013. "The Big Society and English public libraries: where are we now?". *New Library World* 114 (11/12): 478–493. <http://www.emeraldinsight.com/doi/full/10.1108/NLW-05-2013-0047>.
- Institut Municipal de Cultura. 2016. *Enquesta Òmnibus Municipal: presentació de resultats del 29 de setembre al 18 d'octubre de 2016*. Barcelona: IMC. http://barcelonadadescultura.bcn.cat/wp-content/uploads/2017/05/2016_Omnibus_Setembre_Informe_Cultura.pdf.
- MORERAS, Jordi. 2008. "Hoy han hablado en la tele, de la mezquita del barrio: los medios de comunicación en el contexto de los conflictos en torno a los oratorios musulmanes en Cataluña". In *Inmigración, discurso y medios de comunicación*, ed. M. Martínez, 127-142. Alicante: Instituto Alicantino de Cultura Juan Gil-Albert.
- OLIVÉ, María José. 1974. "Crecimiento urbano y conflictualidad en la aglomeración barcelonesa: el caso de Santa Coloma de Gramenet". *Revista de geografía* 8: 99–129. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2856500>.
- OMELLA I CLAPAROLS, Ester, Jordi Permanyer y Lourdes Reyes. 2002. "Els plans municipals de biblioteques: contextualització i situació a Catalunya". *BiD* 8. <http://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/16823>.
- PUJADAS MUÑOZ, Joan Josep. 2001. "A propòsit de l'Hospitalet: ciutadania, hibridacions culturals i processos de relocalització". *Quaderns d'estudi* 17: 197–216. <http://www.raco.cat/index.php/QuadernsCELH/article/view/206207>.

- Redacción, Sant Cugat del Vallès. 2017. "La Diputación de Barcelona lanza 'BiblioLab', el nuevo modelo para las bibliotecas públicas". *La Vanguardia* (12 Mayo). <https://www.lavanguardia.com/local/barcelona/20170512/422522445172/diputacio-de-barcelonabibliolab-nuevo-modelo-bibliotecas.html>.
- SAFONT, Joan. 2018. *Greuges i desgreuges: el debat Catalunya-Espanya a la premsa del primer catalanisme a l'actualitat*. Barcelona: Ara Llibres.
- SEQUEIROS, Paula. 2011. "The social weaving of a reading atmosphere". *Journal of Librarianship and Information Science* 43 (4): 261–270, doi 10.1177/0961000611425823. <http://eprints.rclis.org/18015/>.
- STRAUMSHEIM, Carl. 2016. "Libraries lose a quarter of staff as hundreds close". *BBC News*, (29 March). <http://www.bbc.com/news/uk-england-35707956>.
- Subdirección General de Coordinación Bibliotecaria. 2017. *eBiblio: préstamo de libros electrónicos en bibliotecas públicas*. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. <http://www.culturay-deporte.gob.es/cultura/bibliotecas/novedades/destacados/ebiblio.html>.
- SVENDSEN, Gunnar Lind Haase. 2013. "Public libraries as breeding grounds for bonding, bridging and institutional social capital: the case of branch libraries in rural Denmark". *Sociologia Ruralis* (53): 52–73.

Literatura ao Vivo. O caso dos livros-objeto e a ativação do conceito de *design* literário

Cláudia Sousa Pereira*

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 38 (2019): 39-57. ISSN 0870-4546

DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.5471>

Resumo

As bibliotecas são também lugares de formação de mediadores informais de leitura literária. Este texto propõe um conceito que melhor ajude os que nelas trabalham a escolher as obras literárias que se leem e dão a ler: o *design* literário. Concentramo-nos nas obras que se reúnem no subsistema literário infantojuvenil (LIJ), em particular nos livros que subalternizam o código verbal, mantendo o valor que interessa para desenvolver o gosto e as competências para a leitura de literatura: é o livro-objeto, o que desafia os limites da investigação em estudos literários, mas que julgamos importante para discutir a *literariedade* na sociedade contemporânea que se pretenda democrática no acesso à leitura literária para além do consumo de livros. Esta perspetiva pode ser considerada uma desvalorização do literário pela valorização do utilitário, o que contrariaremos.

Palavras-chave: mediação de leitura literária, literatura para a infância, livro-objeto, promoção do livro e da leitura, *design* literário.

Abstract

Libraries are environments of formation for informal mediators of literary reading. This text proposes a concept that helps those who work in them to choose the literary works to read and to suggest: literary design. We focus on the works that are gathered in the literary subsystem of Children's Literature (CL), particularly in the books that subordinate the verbal code maintaining the value that matters for developing the taste and the skills for the literary reading: the book-object, which challenges the limits of research in literary studies, but that we believe are important to discuss literariness in the contemporary society that is intended to be democratic in the access to literary reading beyond the consumption of books. This perspective can be considered a devaluation of the literary for valuation of utilitarian, what we will counter.

Keywords: literary reading mediation, children's literature, movable book, book and reading promotion, literary design.

* CIDEHUS — Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora, Portugal. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7298-3945>. Email: cpereira@uevora.pt.

Campo de estudo: enquadramentos iniciais

Parte do título deste texto – *Literatura ao Vivo* – resulta de considerarmos a hipótese de que, na sociedade em que vivemos, o espetáculo domina. Sociedade ocidental, contemporânea, evidente para o cidadão comum que se movimenta e convive num meio minimamente urbano, mesmo que não cosmopolita. As características deste aspeto da vida em sociedade, que se descobrem em diferentes áreas da atividade humana, mostram-se através dos meios de comunicação que têm no público massificado o modelo sobre o qual se constroem, muitas vezes, senão a maioria, não coincidindo com a realidade dos seus espectadores. A experiência pelo público de outras realidades mediadas parece tender a tornar-se a própria realidade experimentada, com todas as ilusões provocadas e as consequências que delas advêm.

A discussão não é nova, e foram, para nós, os estudos de Marshall McLuhan (1911-1980) e Walter Ong (1912-2003), a que agora regressámos, que primeiro e melhor responderam ao impacto que a transformação – quer nos objetos, quer nos sujeitos (recetores e emissores) das formas e meios de comunicação – implicou nas dinâmicas sociais que nos trouxeram até hoje. Nos dois autores, as experiências que os objetos e a comunicação (que é estabelecida entre eles e os que os produzem ou consomem) assentam no uso dos sentidos. Falamos sobretudo da visão e da audição, que, ao longo da história da Humanidade, têm oscilado no *podium* da popularidade ou do sucesso, afetando consequentemente, quer a produção, quer o consumo dos objetos ou produtos, que valorizam ora uma, ora outra.

Esta espécie de concurso de sensações, como de resto qualquer concurso, pressupõe que o ato de criação se molde e possa ficar condicionado ao objetivo de servir mais a utilização do objeto criado. Deseja-se que também o faça melhor, numa discussão que ultrapassa as questões de quantidade e atinge as muito mais complexas questões éticas, que também deveriam ajudar a distinguir o que é melhor. Foi ao procurarmos respostas para a potencialização de objetos que considerámos difícil serem usufruídos por mais pessoas, e percorrendo este sentido, que encontrámos noutro pensador, o filósofo do *design* Vilém Flusser (1920-1991), o conceito de *design* literário, que permite dar resposta a parte das nossas dificuldades em resolver a equação “mais e melhor” no campo tão aberto, chamemos-lhe assim, do livro e da leitura literária.

Os estudos literários têm, como qualquer domínio científico, a sua história e percurso de teorias que se entrelaçam ou rechaçam, que se complementam em fatores que acumulam ou subtraem argumentos e provas, tudo fortemente condicionado pelas ditas dinâmicas sociais, que, à semelhança de tantas outras atividades humanas e sociais, ora são

recurso, ora são finalidade. Entre a reatividade e a proatividade, extremos que criam o ambiente para a mudança, há um conjunto de práticas e objetos, ou práticas com objetos, que se prolongam por períodos variáveis na linha do tempo e constituem padrões que, enquanto estudiosos, nos apressamos a catalogar e sistematizar, de forma a organizarmos o que criamos e consumimos. Esta imagem, quase industrial, que parece tão longe daquela em que os amadores de literatura possam crer, trouxe-nos, nos estudos literários, ao conceito de literatura como sistema. É Itamar Even-Zohar, com aquilo a que em 1970 começou por designar *polysystem hypothesis*, quem ainda melhor sustenta, em nossa opinião, a importância da perspectiva dinâmica no tratamento do campo de estudos a que chamam ainda, com pouca especificidade e cuidado, literatura.

Num esclarecedor artigo intitulado “Polysystem Theory”, que publica em 1979 na revista *Poetics Today*, Even-Zohar justifica esta perspectiva a ser considerada nos estudos literários. O princípio que o move é: “The idea that semiotic phenomena, i.e., sign-governed human patterns of communication (e.g., culture, language, literature, society) should be regarded as systems rather than conglomerates of disparate elements, has become one of the leading ideas of our time in most sciences of man” (Even-Zohar 1979, 288). É precisamente através deste “poder e saber fazer” da comunicação humana onde escolhe colocar-se e que é também por definição a semiótica, que este princípio dá sentido aos estudos literários tal como ainda hoje também nós os perspetivamos ¹. É que, depois de recolher e colecionar dados e factos literários, os estudos de uma história da literatura, importava-nos colocá-los ao serviço da sociedade, distinguindo a leitura literária, por especificação, de outras leituras.

A nossa investigação, que serve sobretudo à formação de mediadores de leitura literária, pretende afinal encontrar ferramentas que permitam a formação de melhores leitores de literatura, encontrando-se assim, numa parte que queremos considerar importante, com algumas das missões da biblioteca pública contemporânea. Ao longo da investigação que realizamos desde 1994, momento em que nos afastámos da perspectiva filológica, fomos focalizando o nosso interesse, não apenas no texto literário, como tradicionalmente se define o próprio campo dos estudos literários, e não apenas na filologia, mas no leitor do texto literário. Não foram alheios a essa opção o pensamento e obra de Umberto Eco, por

¹ E continua: “Thus, the positivistic collection of data, taken bona fide on empiricist grounds and analysed on the basis of their material substance, has been replaced by a functional approach based on the analysis of relations. Viewed as systems, it became possible to describe and explain how the various semiotic aggregates operate. Subsequently the way was opened to achieve what has been regarded throughout the development of modern science as the latter’s supreme goal: the detection of those rules governing the diversity and complexity of phenomena rather than their registration and classification” (Even-Zohar 1979, 288).

um lado, e o contacto com os livros que os autores, em primeira instância, mas não única, dedicavam a um leitor-modelo. A par da literatura infantojuvenil, subsistema literário que aqui nos interessa, também a chamada “literatura de massas”, concretizada a maior parte das vezes nos apelativos e rentáveis *best-sellers*, nos tomou algum tempo de pesquisa.

Foi, pois, neste recetrar do nosso percurso de investigação e docência que nos encontramos com o serviço público prestado pelas bibliotecas. Durante vários anos, a Biblioteca Pública de Évora serviu-nos, ora de laboratório, ora de observatório. Nela experimentámos sobretudo a reação de leitores a obras que propúnhamos para leitura e, simultaneamente, a sugestões de leitura dos utilizadores com que partilhávamos discussões. Nenhum destes processos se pode dizer que tenha seguido propriamente um método científico, embora haja um texto (Pereira e Calixto, 2010) que publicámos em parceria com quem fez investigação na área das Ciências da Informação e Documentação que reflete esses “tempos de laboratório”. E a atual frequência de atividades em torno da leitura literária tem-nos permitido acompanhar, para além da formalidade da sala de aula nas Universidades, as dinâmicas que esta vai tomando em função de diversas variáveis. Falamos do género, período ou nacionalidade das obras literárias, bem como dos seus leitores e dos contextos de leitura.

Para já, e uma vez enquadrado o texto que iniciámos, resta-nos deixar então bem claro o que entendemos por leitura literária. Usaremos as palavras que a académica recém-desaparecida Graça Paulino, reconhecida especialista na área, nos deixou:

“O pacto entre leitor e texto inclui, necessariamente, a dimensão imaginária, em que se destaca a linguagem como foco de atenção, pois através dela se inventam outros mundos, em que nascem seres diversos, com suas ações, pensamentos, emoções.

A linguagem se mostra não apenas um meio de comunicação, mas um objeto de admiração, como espaço da criatividade. Misturada à vida social, a leitura literária merece atenção da comunidade, por constituir uma prática capaz de questionar o mundo já organizado, propondo outras direções de vida e de convivência cultural.”²

Estas palavras realçam a leitura no espaço social, ponto focal deste artigo desenvolvido no âmbito dos estudos literários, mas para além das “intimidades” que um texto ou obra literária revela nesta área disciplinar, e de que trataremos em seguida.

² <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/leitura-literaria>.

Da imaterialidade do texto literário à materialidade das práticas de promoção da leitura literária

Arte verbal. Em duas palavras talvez seja esta a definição mais simples para o significado de “literatura”. Simples em quantidade de palavras usadas para a definir, porque a complexidade que começa e é óbvia na palavra “arte” tende a estender-se ao adjetivo “verbal” desde meados do século passado, na história e teoria da literatura, disciplinas enquadradoras de qualquer ciência, mesmo a que se debruça sobre a arte, tal como a que aprofunda qualquer técnica. Falamos do século XX porque foi quando “o literário” se libertou, em parte, do bonito mas redutor conceito das *Belles Lettres*³. Os estudos culturais e os estudos comparatistas vieram conceptualizar e efetivar a relação que a arte verbal sempre teve com as outras artes. Os termos desta comparação existiam já desde a Antiguidade no discurso teórico e preceptivo, mas estudar literatura implicava uma quase exclusiva focalização do estudioso, pelo menos na academia, no texto verbal.

Desde o estudo de variantes ou versões para a fixação, o mais correta e precisa possível, de um texto-alfa à última vontade do autor na leitura de um manuscrito rasurado a editar e estudar postumamente, passando por leituras historicistas, formalistas, estruturalistas ou psicanalíticas, o texto verbal foi sempre, naturalmente, o *core* dos estudos literários. Na segunda metade do século XX, com os primeiros passos na democratização do acesso aos bens artísticos através dos meios de comunicação desejavelmente de massas, esta área de estudos foi procurando compatibilizar uma especificidade que o conceito de arte verbal continua a encerrar em si mesma com uma rede de atos e produtos de outras artes cuja génese partilham, no que diz respeito a pelo menos três (os que aqui nos convocam, pois serão muitos mais) princípios: criatividade, comunicação e prazer.

Esta democratização começou por dirigir-se aos recetores de algo que uma certa elite, a dos artistas chamemos-lhe assim, conservou para si no ato exclusivo da criação artística. Curiosamente, fomos assistindo ao estender-se desta democratização pela fluidificação dos limites que uma “educação pela arte” foi tornando mais elásticos, muitas vezes até subalternizando, na nossa opinião, a tão ou mais importante “educação para a arte”. Não entendemos esta última como o mecânico acumular de conhecimentos factuais (nomes, datas, títulos, nacionalidades, correntes ou tendências...) que, para muitos, constitui ainda a única forma de erudição, mas sim o propiciar do contacto com o

³ Referimo-nos ao conceito desenvolvido ao estilo da enciclopédia e tal como definido, por exemplo, no <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/belles-lettres>: “works of literature that are beautiful and pleasing in an artistic way, rather than being very serious or full of information”.

conhecimento que permite o uso da argumentação sustentada na formação da opinião que justifica o gosto⁴.

Esta abertura do campo de estudos ganha apoio na teoria do polissistema que acima referimos e de que é autor Itamar Even-Zohar. Concebendo a literatura como parte da atividade cultural, Even-Zohar concebe-a como sistema que interage com múltiplos elementos e fatores para que se constitua enquanto tal. O autor parte do esquema comunicacional desenhado por Roman Jakobson, em 1960. Neste esquema, relacionam-se e articulam-se seis componentes essenciais à concretização da comunicação, numa espécie de “chave sextavada” que abre o texto ao uso humano: contexto, emissor, mensagem, destinatário, canal de contacto e código. Cada um destes elementos desencadeia uma função específica da linguagem; é difícil encontrar numa mensagem exclusivamente uma das seis funções respetivas, mas há funções predominantes: emotiva, apelativa, denotativa, fática, metalinguística e poética.

A partir do esquema de Jakobson, Even-Zohar criou um outro esquema, relacionando aqueles elementos com outras áreas da comunicação no sistema cultural, que não só a verbal e muito moldada pela prática de consumo da sociedade, e organizou os elementos naquilo a que chamou um polissistema literário: instituição (contexto), repertório (código), produtor (emissor), consumidor (recetor), mercado (contacto; canal) e produto (mensagem). Para além da linguagem verbal, enquanto ferramenta e com a especificidade que a literatura molda de acordo com múltiplas variáveis, importava que a linguagem verbal literária contribuísse também para os sentidos que as representações culturais do Mundo e da Humanidade procuram e criam, colocando hipóteses e propondo leituras que indicassem respostas.

Recorrendo à expressão “*uses of literature*”, termo inglês mais eufemístico do que “utilidade da literatura”, prosseguimos as nossas reflexões, desta feita apoiadas nos princípios desenvolvidos por um filósofo do *design*, Vilém Flusser. Este *designer* viveu sempre preocupado com a importância e o impacto da comunicação das ações humanas nas reações dos indivíduos e na organização da sociedade, alertando-nos para a intencionalidade que qualquer mensagem comunicada assume, mais ou menos explicitamente. Estes alertas convocam-nos para a necessidade de sabermos “ler” um mundo que é, segundo Flusser, um mundo codificado que se nos revela, no sentido bíblico de tornar a velar ou esconder, através de mais linguagens do que a verbal. É o mundo da criação humana artística:

⁴ Segundo Bernardes e Mateus (2013, 32), com quem concordamos em muitos aspetos e que adiante voltaremos a referir um pouco mais demoradamente, são “cinco [as] componentes essenciais da cultura literária (língua, retórica, contextos, ideias, estética)”, e certamente ao longo do tempo cada uma delas terá tido maior influência no método de abordagem de autores e obras.

emotiva, apelativa, fática e poética. Ficarão de fora, nestas funções que recuperamos de Jakobson, a metalinguística e a denotativa: a primeira por ser mais ensimesmada, a outra por representar uma espécie de valor médio ou de referência a partir do qual se assegura o entendimento mínimo do significado dos sinais do código, chamemos-lhes assim, ainda que de forma vagamente imprecisa. Aliás, no termo inglês *design* encontramos precisamente um sinónimo de desígnio ou intenção, como o próprio Flusser realça.

Há nestas reflexões a vontade de concretizar – materializando – os conceitos, para o bom uso da imaterialidade de que a literatura se constrói (emoções e sensações, representadas), o que passará por distinguir os quatro caminhos que neles se podem percorrer para usufruir – usar e fruir – de um objeto de arte. São esses percursos: o estético (que distingue o belo), o ético (que apresenta, representando, os exemplos a defender ou seguir), o político (que reclama a ação em benefício (ou com impacto) do coletivo em que o objeto circula) e o lúdico (no sentido de jogo, de adivinha, de descodificação ou, simultaneamente e nos muitos casos na LIJ, de prazer puro). Pedindo emprestado o título de uma pequena e curiosa obra de outro *designer*, Peter Mendelsund (2019), trata-se de descobrir “o que vemos quando lemos”.

Aproximando-nos já do subsistema da LIJ de que nos ocupamos, comecemos por este último percurso, o do prazer que se pode obter na leitura de um livro, tantas vezes refém dos momentos de evasão e distração. Todos os que são leitores amadurecidos de obras canónicas da literatura, sobretudo de época ou nacionalidade mais distantes, sabem bem o que de concentração se exige para se alcançar a distração. Aliás, o simples ato de ler implica precisamente concentração, como outras atividades em que somos neófitos. Só a prática, com a repetição e constância ao longo do tempo, nos treina para que a concentração seja quase automática e se passe desde logo ao reconhecimento do prazer que dela se pode retirar.

Promover a leitura literária, como se pode fazer nas bibliotecas públicas e não apenas na sala de aulas, e como acontece em tantas outras atividades que desejamos atraentes, pode ter no prazer, de forma aparentemente contraditória, o princípio e o fim do percurso. Porque se é já leitor literário ou porque a leitura não é uma atividade habitual, a biblioteca pode tornar-se o ambiente social privilegiado a frequentar, embora, obviamente, com atividades e serviços bem distintos, até com a mesma obra literária como denominador comum. Para isso é preciso, no mínimo, que o prazer seja um dos desígnios dessas atividades, ao contrário do que acontece em grande parte na sala de aula. E será consensual, para quem as promova, que um leitor que comece a lê-lo desde que nasce será sempre um potencial “sócio cativo” destas casas do livro. Os espaços para utilização de bibliotecas públicas por famílias com bebés é já uma realidade razoavelmente encarada do lado

institucional. Verifica-se nos edifícios, mas também nas coleções e, acima de tudo, nas atividades propostas e/ou realizadas.

O primeiro contacto do ser humano com o livro faz-se exclusivamente pela ativação dos cinco sentidos, também primeiro modo de interagir com o mundo que nos fica para sempre, enquanto seres vivos, nas reações mais primárias. O livro é mesmo só um objeto, usá-lo é apenas retirar dele algum prazer sensorial: morder, mexer, ser atraído pelas cores e brilhos, ou brincar ao esconde-esconde com tudo o que se pode abrir e fechar, ou ouvir por parte de quem partilha a sua manipulação, uma voz amada ou uma melodia encantatória, seja ela para embalar, seja ela o fisiológico espirrar, exemplo quase inexplicável de diversão para os bebés.

Onde é que os estudos literários são chamados a propósito destes objetos? Diremos, para já, que estes livros são o exemplo mais concreto do que a literatura pode oferecer ao seu leitor. Da arquitetura do livro à engenharia do papel, também o *design* literário estará presente num livro-objeto. As reservas que colocamos existem na mesma proporção em que existem muitos livros que se arrumam na prateleira de uma livraria sob a etiqueta *Literatura* e cuja literariedade, aferida pelos que estudam literatura, pode ser posta em causa.

Se a arquitetura e a engenharia surgem como elementos mais espetaculares quando se lê um livro-objeto, o *design* literário pode esconder-se em detalhes menos óbvios, ou nada evidentes na ausência de texto verbal. É nesta obscuridade da matéria literária⁵ que nascem os desafios de quem estuda literatura e tem como agenda ganhar adeptos para a mesma. Voltamos, pois, aos quatro caminhos que se cruzam para darem origem às quatro condições que permitem definir e como tal ajudar à avaliação de uma obra artística, no caso em apreço, o livro. Numa perspetiva de “pôr a funcionar” o livro, que é o que fazem quer os professores de literatura, quer os bibliotecários que se ocupam da promoção da leitura literária, o desígnio ou intenção é que este seja apreciado pelos quatro valores que, na linguagem literária, são ativados também pela utilização de figuras de estilo. Falamos, de novo, do valor estético, do ético, do político e do lúdico. Estes são ingredientes que só o saborear assíduo e variado de muitos exemplares de muitas criações se distinguirão cada um por si. O todo, que é o que de facto promove e constitui a leitura que aqui nos traz, é o valor literário.

Sem linguagem verbal, como num livro-objeto sem palavras, estas substituem-se na intenção de subentender ou dizer de outra forma para além do óbvio, numa perspetiva que não a da mera comunicação de factos ou descrição de evidências. A linguagem

⁵ Nesta expressão usamos o título de uma importante obra de teoria da literatura de Manuel Frias Martins, *Matéria Negra* (Martins 1996).

literária – com todos os “sotaques”, regionalismos, nacionalidades, com a marca do tempo em que se pronuncia – transforma sensações e emoções (de um autor que as cria para construir um mundo textual) em palavras que se transformam depois noutras sensações e emoções quando recebidas pelo leitor. No livro-objeto sem palavras, os códigos de outras linguagens artísticas entram no lugar da linguagem verbal e cumpre aos seus leitores atribuírem-lhe conceitos que são palavras e que responderão a perguntas dependentes da linguagem verbal. Trata-se, não de uma tradução, mas de uma transmutação, como bem nos explica Umberto Eco no seu *Dire quasi la stessa cosa* (2003), obra onde acentua o que se perde ou ganha quando se transforma um objeto nascido numa determinada linguagem noutra linguagem. E isso é o que acontece quando se lê com um pré-leitor (de palavras) um livro-objeto, numa atividade que poderá ser sempre de “literatura ao vivo” – assim o objeto que é um livro tenha esse valor literário resultante dos tais “ingredientes” essenciais.

O espaço da biblioteca pública e a leitura literária: a relação do livro-objeto com a literatura

É, pois, com o livro-objeto da LIJ, seja ele *pop-up*, livro-acordeão, livro-carrossel, *mix-and-match*, ou outro, que trataremos o fazer-acontecer “literatura ao vivo” na promoção do livro e da leitura, no sentido de propor ao mediador uma abordagem próxima da leitura literária. Pensamos naqueles que trabalham fora de programas de sistemas de educação nacionais, os que têm como objetivo impor competências a adquirir, pela não desprezível necessidade de padronizar a aquisição de conhecimentos de forma equilibrada com vista à proporcional igualdade de oportunidades de todos aprenderem o mesmo. Com efeito, as bibliotecas públicas, independentemente da existência de bibliotecas escolares ou das práticas pedagógicas que em creche e jardim de infância se realizam nos chamados “cantinhos da leitura”, podem proporcionar a especificidade que o literário acrescenta, para além da óbvia promoção do livro e da leitura.

A afluência do público infantil à biblioteca pública depende quase exclusivamente da boa vontade de educadores, professores e famílias, já que não está decretada como a escolaridade obrigatória. Seria importante que, a par dessa boa vontade, houvesse igual consciência de que a biblioteca pública é um espaço de usufruto da comunidade em torno da leitura e que, por muitas e variadas atividades que ali possam acontecer, essas terão sempre, ou também deveriam ter, o livro e a leitura como pontos centrípetos. O espaço das bibliotecas é usualmente pensado nesse uso, muito embora por vezes possa parecer que outros valores ou intenções se sobrepõem a esse uso, o que faz com que queiramos perceber sempre melhor as explicações de quem projetou o uso desses

espaços. Concentremo-nos no espaço infantil, em particular no que acolhe os pré-leitores, onde o chão ganha uma importância que tende a diminuir à medida que a nossa cabeça vai ficando mais longe dele. A primeira aproximação à leitura do mundo que nos rodeia mediada por um objeto poderá ainda não ter a forma de um livro. Pode até aproximar-se do antigo rolo.

Na nossa experiência de formação de futuros educadores de infância, costumamos usar o exemplo dos tapetes pedagógicos ou tapetes sensoriais, nesta “história do livro infantil”. São o objeto ideal para o bebé fazer as suas primeiras leituras autónomas, se não pensarmos nele como uma espécie de poltrona, mas como o objeto que se lê mesmo. É do conhecimento geral, depois de a ciência o ter comprovado e aprofundado, que os bebés percebem e respondem a estímulos desde a fase intrauterina, e que essas serão as atividades mais importantes das suas vidas logo após o nascimento: são as suas referências, é o que conhecem do mundo, o código que descodificam. No sentido de continuar a incentivar essas competências, oferecem-se oportunidades seguras para que o bebé descubra no mundo mais e outras realidades que reconheça a partir desse seu pequeno repertório, como o tapete de atividades permite fazer. Esse brinquedo consiste, basicamente, num tapete acolchoado, alguns com arcos projetados para terem outros objetos igualmente estimulantes, uma espécie de móveis que atraem visual e/ou auditivamente. Os tapetes são coloridos, têm diferentes texturas e emitem sons. O objetivo é óbvio e fácil de atingir se deixado, com tempo e exemplo, ao uso do bebé: estimular o desenvolvimento por meio de atividades sensoriais, aquelas em que as crianças podem explorar o mundo através dos cinco sentidos. Estas são atividades muito importantes (que os livros infantis prolongam a partir das fases em que o bebé, nas suas capacidades motoras, se torna preênsil), pois permitem que os neurónios criem conexões em todo o cérebro. Se com o tapete basta pousar o bebé sobre o mesmo, com o livro o adulto tem de ensinar o gesto de folhear, passando as páginas e fazendo-o mexer-se.

Quando da aquisição deste tipo de material didático, os especialistas aconselham ter atenção a algumas características, para além do certificado de segurança para o uso por bebés. De entre os conselhos consultados, fizemos uma seleção de três sugestões que nos permitem dar mais facilmente o passo que relaciona este objeto com o livro. Assim, as recomendações passam pelas seguintes condições: o espaço disponível para estender os tapetes, já que os há em modelos estreitos e longos, quadrados ou compactos; o material de que são feitos e que deve ser não só confortável, como lavável para ser usado muitas vezes; a versatilidade, que permite que, nos tapetes que têm múltiplas atividades, estas possam ser realizadas enquanto o bebé está nas mais diferentes posições. Estas três características – espaço, material e versatilidade - transpostas para a escolha de uma coleção

de livros-objeto, não apenas para estas idades, mas encarados como livros que subalternizam o código verbal, estimulando a leitura dos outros códigos que utilizam, poder-se-iam transmutar em: 1) o gosto do adulto mediador; 2) as características materiais que facilitam a manipulação do livro ou constituem o desafio da sua utilização; 3) a diversidade de abordagens a uma mesma temática e a possibilidade de as alargar, explorando-as a partir das preferências já demonstradas pelos pequenos utilizadores. Com efeito, podemos em cada um destes três pontos ou características perceber como a arquitetura do livro e a engenharia do papel se encontram com o *design* literário, conceito que propomos como sendo pensado para que estes livros-objeto sejam parte do subsistema da LIJ e sejam, pois, *corpus* dos estudos literários. Ter-se-á em conta nestes objetos, antes de serem dados aos seus destinatários, que na forma cumpre também a função, neste caso de formação do leitor literário. E já voltaremos, depois de atentarmos mais um pouco em cada uma das características do livro-objeto, aos tapetes sensoriais e à sua relação com a literatura.

O gosto do mediador é a característica que melhor serve uma explicação generalista de inclusão da LIJ no mesmo polissistema literário⁶ que inclui Shakespeare, Cervantes, Camões, Goethe, Petrarca, Dumas, Tolstoi, Whitman, Jorge Amado, Pessoa, Saramago ou Mishima, por exemplo. A movimentação que as obras literárias e os autores fazem das periferias para o centro, ou vice-versa, de um sistema literário dinâmico que os traz para a ribalta dos incontornáveis, ou os faz arrumarem-se nas prateleiras mais inacessíveis aos leitores, depende de inúmeras instâncias e instituições, contextos histórico-sociais, em que outros atores e mediadores entre a obra e o seu leitor, para além do autor e do leitor, condicionam a sua receção. Esse gosto serve, por vezes, várias agendas que valorizam ora um ora outro dos quatro valores de uma obra literária, e se vertem nela como “materiais” usados na obra.

Esses “materiais” realçarão o que se pode avaliar na obra, esse desafio à nossa opinião sobre ela. A valorização estética nos livros-objeto transparece na espetacularidade das formas, nos artifícios das figuras, na utilização das cores ou de outros materiais que estimulam os sentidos para chegar aos sentimentos que reagem às sensações. A valorização ética, e também a política, já que por vezes se trata de uma variável de escala, tende a (pre)ocupar-se sobretudo com a temática, ou com a atenção sobre um só assunto ou personagem. E a valorização do lúdico pode considerar apenas o entreter do leitor, nem tarefas que signifiquem descobrir, por si e autonomamente, algo de escondido ou aparentemente inacessível à partida: a destreza em abrir o livro e folhear as primeiras páginas.

⁶ Relembramos os elementos do esquema da comunicação de Jakobson transformado por Even-Zohar: instituição (contexto), repertório (código), produtor (emissor), consumidor (recetor), mercado (contacto; canal) e produto (mensagem).

Finalmente, a diversidade permite que o horizonte de expectativa do pequeno leitor se alargue, numa escalada de competências que, passo a passo e com confiança, conduz à compreensão do que de novo no mundo lhe vai sendo proposto. É dessa variedade que a escolha nasce, caso contrário a unanimidade faz tropeçar o pluralismo. Se uma das leis que mais natural e facilmente o ser humano cumpre é a do menor esforço, a variedade bem aproveitada, uma vez ultrapassada a dúvida algo ansiosa da escolha, promove uma sistematização de critérios mais ágil e proporciona a organização de argumentos que sustentem a primeira, e afinal última, questão do gosto.

Regressando, então, à relação tapete-livro, esta interessa-nos na formação do mediador de leitura literária para colocar também a questão do binómio distração-concentração. Sendo hoje evidente para os pedagogos a imprescindibilidade do brincar no desenvolvimento psicossocial do ser humano, a simples observação de um bebé (sem problemas que podem ser de várias ordens e condicionantes das capacidades requeridas) a manipular o tapete sobre o qual o deitam prova a capacidade de concentração que a atividade da leitura também exige. Esta capacidade depende quer do nível de paciência ou persistência do seu carácter, quer do ambiente que o condiciona a tranquilamente persistir concentrado na sua tarefa, a maior parte das vezes não sem a atenção ativa do adulto presente, e de que dependerá o prazer obtido de tal atividade.

Nesses tapetes há até, normalmente, uma atividade, para os já mais experientes, que consiste em levantar um pedaço de pano recortado, que, uma vez assim “folheado”, dá acesso a uma espécie de espelho onde o bebé se pode ver refletido. E não são apenas a motricidade, o tato ou a visão que são exercitados. O adulto, se atento ao assunto, pode ajudar o bebé nesse espreitar para dentro do livro (onde o brincador-leitor se revê, refletido) e passar a fazer ele próprio parte do universo representado naquele tapete. Quantas vezes os leitores compulsivos de ficção não se encontram dentro do universo romaneado com as suas próprias realidades? E quantas vezes não é isso mesmo que ali procuram? E é assim que podemos afirmar que o desenho desse universo através da linguagem literária vai ditar, precisamente, a qualidade do *design* literário usado.

A identificação dos leitores com o que se representa nos livros (personagens e situações, sobretudo) normalmente esconde a importância do código verbal na constituição de um repertório que, totalmente dependente da palavra e dos conceitos, só através da palavra existe. Um código verbal transformado em produtos concretos⁷. Essa análise, que

⁷ As atividades carnavalescas ou de *cosplay* também elas são o resultado dessa espécie de curto-circuito que permite uma “identificação sem porquês” de quem foi influenciado pela mensagem, sem descobrir, ou saber explicar, que código o programou para tal. Imitam-se personagens saídas da palavra, por vezes para além do que essas personagens significam no contexto da obra de onde saem.

pode ser feita *a posteriori* e que normalmente descobre poéticas várias, pode também fazer parte de agendas que, precetivamente, condicionam a receção destes objetos culturais de que os livros e a literatura são parte. Nesse lidar com a semiótica, cumpre aos estudos literários, e usando o jargão da teoria dos polissistemas, analisar o funcionamento dos códigos e a consciencialização dos processos que levam à construção ou criação das mensagens ou produtos. E isso passa também, numa fase inicial do aprender a ler literariamente, pela capacitação gradual dos recetores para diagnosticarem o porquê do seu gosto e, afinal, conhecerem a sua adesão ao consumo desses produtos.

No ensino da leitura literária, e não da literatura, o objetivo não será nunca possível de alcançar sem a atividade da leitura integral e atenta do próprio texto. Quantas vezes só depois de mais do que uma leitura de um texto, ou da sua leitura em voz alta, conseguimos entendê-lo. E talvez seja a primeira das várias formas como o entenderemos. No livro-objeto, para além da manipulação física do livro, a busca de sentidos e significados obriga-nos, a nós leitores curiosos e dispostos a tornarmo-nos leitores literários, a estar atentos e a manter a curiosidade até ao fechar da contracapa. Às vezes até precisamos de o folhear de trás para a frente, ou de o virar de pernas para o ar, para lhe encontrarmos um sentido e lhe lermos os significados propostos, intencionalmente ou não. Se a arquitetura e a engenharia do livro são a arte que permite essa manipulação, espécie de leitura em voz alta, o *design* literário permite-nos tangermos a imaterialidade que também define a arte verbal. “Ao vivo”, ou seja, em grupo, trocando opiniões, com a *performance* do texto que se transforma em partitura de uma sessão de leitura em voz alta, essa imaterialidade pode tornar-se mais acessível e concretizável. O mesmo ocorre com todas as exclamações, perguntas, observações, pequenas histórias que (como *links*, para usarmos linguagem atualíssima) surgem com o saltar ou o deslizar do papel de um livro-objeto.

Propostas a propósito do livro-objeto e do pré-leitor

Para além de se constituírem como área científica no que designámos acima como a tradição das *Belles Lettres*, os estudos literários são cada vez mais chamados a contribuir noutras áreas das ciências humanas e sociais. E já não só apenas para intervir em situações em que o livro é o objeto de interesse profissional, onde encontramos sobretudo editoras, livrarias e bibliotecas, mas onde a palavra, em forma de arte com intenção assumida e com vista à comunicação, tem lugar. Por outro lado, a LIJ continua muito ligada às ciências de educação que, por sua vez e para além do sistema oficial de educação, mantém relações com outras atividades que implicam a formação de profissionais, onde ensinar

a ensinar é um campo que requer competências e conhecimentos específicos. Nestas áreas, a preocupação é sobretudo com as competências da leitura *tout-court* ou em que o livro e/ou o texto literário serve, demasiadas vezes, de instrumento para o tratamento de outras matérias⁸.

Mas a LIJ, desde finais do século XX, quando começa a constituir-se como subsistema literário e a ter lugar nos planos de estudos do ensino superior, tem vindo a perceber a necessidade de estabelecer também um diálogo muito mais frequente e intenso com as outras artes. O trabalho com o livro-objeto vem confirmar essa necessidade que já era evidente nos estudos sobre o álbum. Em Portugal, foi no ano de 2017 que surgiu a primeira compilação de textos sobre o livro-objeto, resultante de um encontro de investigadoras na Universidade de Aveiro, em 2016, impulsionado por Ana Margarida Ramos. O livro *Aproximações ao livro-objeto: das potencialidades criativas às propostas de leitura* marca a inauguração de um caminho que, na forma de linha de investigação seguida por cada uma das investigadoras, já teve mais três reuniões do grupo inicial, que entretanto se alargou, atravessando a fronteira por duas vezes, para Huesca (2017)⁹ e Orense (2018), tendo voltado em 2019 a Portugal (Braga). Os vários capítulos propõem bibliografias com estudos internacionais, em que as diferentes questões que o livro-objeto pode convocar são colocadas e discutidas, pelo que não faremos aqui uma revisão do estado da arte. Ficar-nos-emos por mais alguns conselhos que se podem juntar aos outros que, desde Natércia Rocha e José António Gomes, em lugares que as instituições que precederam a atual Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas e os programas que constituíram até ao atual Plano Nacional de Leitura já divulgam.

Os conselhos que apresentamos assentam em dois pressupostos sem os quais seria inútil os nossos benévolos leitores lerem esta parte do texto. O primeiro é de que os atuais pré-leitores dispõem de objetos culturais para além do livro que têm características com as quais é difícil competir e cuja qualidade, em alguns casos, não pode ser considerado inferior. E quando não se podem vencer... O segundo pressuposto, podendo parecer evidente ao ponto de ser omitido em qualquer manual de formação de mediadores de leitura, é absolutamente necessário: trata-se de ler integralmente o livro que se propõe mediar, mesmo o texto que não pareça verbalmente de “digestão fácil”, prestando atenção a todos os possíveis detalhes que passem despercebidos à primeira vista ou pareçam

⁸ Quando a matéria é literatura, outras abordagens específicas são ainda assim diferentes das que aqui propomos e ligam-se muito ao ensino da própria língua, o que, sendo absolutamente fundamental, se afasta da nossa perspetiva. Leia-se, sobre esta especificidade do “ensino de”, o estudo de José Augusto Bernardes e Rui Afonso Mateus (2013).

⁹ Do encontro em Huesca, Universidad de Zaragoza, resultou também uma publicação (Tabernero 2019).

invisíveis a olho nu. Este segundo pressuposto equivaleria, no campo literário sem delimitações, à leitura integral da obra que se ensina.

José Augusto Bernardes e Rui Afonso Mateus resumem o que o mediador, que o professor de literatura tem de ser, deve fazer:

Frequentar glossários, escandir versos, identificar figuras de retórica e outros processos técnico-formais, conhecer a história factual e os pressupostos ideológicos de um texto ou de um autor, integrar uma obra num movimento ou escola, relacionando-a com um quadro, um filme ou uma peça musical, eis as atividades que defendemos para balizar a cultura literária de um professor de Literatura no século XXI. (Bernardes e Mateus 2013, 115)

Estamos aqui a pensar noutro tipo de mediador – o do livro-objeto – que, ainda assim, queira promover o gosto da leitura literária, de resto primeiro passo para que, mais tarde, estas atividades do professor de literatura façam mais sentido. Mas a ação deste mediador de um livro-objeto para um pré-leitor tem muito a ganhar se na preparação da sua atividade tiver em conta e dominar minimamente as cinco componentes elencadas por Bernardes e Mateus, que permitem que se tenha cultura literária, mesmo que transpostas, no caso deste tipo de obras, para outros códigos que não o linguístico ou verbal¹⁰. Desta forma, importará ao mediador pensar nestes livros-objeto tendo em conta a língua, a retórica, os contextos, as ideias e a estética. Estas componentes transformam-se, na nossa opinião, nos elementos norteadores para o desenvolvimento do *design* literário de um livro-objeto.

Sumariamente, se o mediador tiver consciência de que organiza a sua atividade de promoção da leitura, mesmo com um livro sem palavras e “escrito” com formas animadas, com a intenção de começar a formar no pré-leitor o gosto pelo literário, esse mediador ganhará em pensar a sua atividade com as orientações seguintes:

1. o uso que fará da língua ao acompanhar a manipulação do livro-objeto transforma-se nas legendas que transmutam o sensorial em racional: pensemos na lógica da entoação que acompanha o sentido que nas palavras se traduzem em espanto, medo, deslumbramento, queixume, alegria, etc., e que, se os pré-leitores forem mais crescidos, se pode já verter num vocabulário acessível, desafiador, divertido, etc.;
2. quando o mediador prepara a sua atividade, pode procurar no próprio livro-objeto, e até em função do público que o espera, a retórica que melhor se adequa à sua

¹⁰ Aliás, no caso de bebês, nem o uso da palavra dita pelo mediador a propósito do objeto que se manipula fará algum sentido ao pré-leitor, a menos que seja pronunciada pela voz a que afetivamente está vinculado.

performance; esta, afinal, ficará algures entre a sessão do contador de histórias, que guarda na sua memória todas as páginas do livro que conta e que, em função da reação da plateia, escolhe contá-lo de uma outra forma, e a atuação do ator de uma leitura encenada que, pauta na mão, interpreta com a sua leitura em voz alta o texto de acordo com os sentidos que lhe deu e quer dar a quem o ouve;

3. já os contextos, neste âmbito, prendem-se com a maturidade do leitor e o uso a ser feito do livro pelo mediador, de forma a que, por um lado, a criança entenda o que se lhe mostra e, por outro lado, se alargue o seu horizonte de expectativa, trazendo-lhe novidade; para lá da intenção da obra, implícita ou eventualmente explícita¹¹, a avaliação dos contextos pelo mediador passa pela escolha do tipo de livro-objeto, e até mesmo por informação adicional sobre a editora, a coleção, os autores-ilustradores, o que fará com que encontre aquilo que possa interessar mais o pequeno pré-leitor (seja o desafio do novo ou o consolo do já sabido, por exemplo);
4. as ideias que normalmente as abordagens didáticas da LIJ concentram na questão axiológica da educação para os valores são no livro-objeto muito voltadas para a experiência sensorial como produtora de emoção e sentimento; mais do que a reflexão, estas ideias permitem, em primeira instância e como num laboratório de experimentação, a sensação de que, quanto mais vívida, mais impressionante e cativante se torna. As ideias, no sentido de conceitos ou de valores, podem surgir posteriormente no leitor infantil, mas essas outras leituras deverão ser sempre previsíveis, pelo mediador adulto; no livro-objeto, as ideias materializam-se nas opções que o livro faz das sensações e emoções que a sua manipulação exercita, e ao manipulador é deixada a possibilidade de escolher aquela que prefere, mais uma vez porque lhe é surpreendentemente nova ou confortavelmente familiar. O *design* literário, nessa intenção que se verterá na arquitetura e na engenharia do objeto, saberá ser aplicado pelo criador e aproveitado pelo seu melhor mediador;
5. finalmente, a questão da estética apresenta-se, no uso do livro-objeto que inicia a promoção da leitura literária, como a pedra de toque da materialização da leitura literária, já que, de facto, ela concentra num exemplar que se predispõe a uma leitura performativa, ao vivo portanto, um relacionamento da palavra e da sua sonoridade quando dita em voz alta, mesmo não estando lá escrita. Isso acontece com a contemplação do que nasce da imagem das ilustrações tridimensionais, com o contacto do

¹¹ Sabemos que muitas editoras, normalmente na contracapa, dão sugestões de leitura do livro aos leitores. No caso da LIJ, algumas até têm o cuidado de dizer que são mesmo só sugestões, deixando ao mediador espaço para utilizar a arquitetura do livro, ou a engenharia do papel, ou o *design* literário, em função das potencialidades de que certamente disporão para escolher a melhor abordagem.

movimento e do tato que, por definição, o dominam. A dimensão estética da cultura literária concretiza-se na experiência – que se pode tornar prazerosa, depois da persistência que a torna familiar – de sensações, emoções e reações, sobre as quais, mais cedo ou mais tarde, poderemos vir a produzir um discurso racional, argumentando a níveis diversos: ou pedindo para repetir, ou usando como referência (um livro igual àquele...), e que posteriormente ajudarão a criança a definir-se como leitor que prefere “isto ou aquilo”.

Aqui chegados, para resumir e concluir, cumpre-nos dar, então, uma mão-cheia de sugestões:

- 1.º o livro e a leitura são o centro da atividade com livro-objeto para pré-leitores e famílias; tudo o que a eles se possa acrescentar é um brinde que vem premiar esta atividade, mas que podia acontecer com outra qualquer;
- 2.º o mediador que fizer a leitura ao vivo do livro-objeto estará a competir com o colo da mãe, as cócegas do pai ou os desenhos animados da TV, por exemplo, pelo que o livro tem de ser mesmo muito atraente e a leitura, estando à sua altura, deve fazer com que, no final feliz, seja o livro que o espectador quer voltar a ver/ler;
- 3.º o livro-objeto deve ser surpreendente, sem ser demasiado difícil de manipular (manipular é lê-lo), ou demasiado “precioso” para ser devorado quando o pré-leitor se lhe atirar para o ler sozinho (se for um livro em que a criança não possa mexer, não lhe vai servir de muito a não ser de bibelot; e se não for para mexer nos livros, então não vale a pena ir à biblioteca pública para ler; por isso importa escolher um livro em função da previsível capacidade da criança para o manipular);
- 4.º é sempre uma boa oportunidade haver quantidade e variedade de livros para a mesma faixa etária e do mesmo tipo daquele que é o centro da *performance* de “Literatura ao Vivo” no espaço em que se realiza a atividade;
- 5.º para além das características que antes elencámos, o livro deve ter uma coerência transmutável do objeto material para a leitura performativa: relação da capa com o interior (que anuncia a temática ou o género literário), relação estabelecível de página para página (que cumpra as categorias de tempo e espaço da narrativa ou a coerência temática), material adequado para a manipulação (como os caracteres tipográficos e a mancha na página dos livros não livro-objeto), um final que proponha uma surpresa extra e uma vontade de recomeçar para repetir o prazer, ou que abra o apetite para outros livros logo a seguir.

Conclusões: pensar para usar o conceito de *design* literário

Para concluirmos, importa atar as pontas soltas que fomos desfiando até aqui, a propósito da promoção da leitura literária em espaço público informal. Propusemos abordagens a um tipo de livro específico: aquele que (quase) não dá espaço nas páginas ao texto verbal, atraindo mediador e pré-leitor pelas suas arquitetura e engenharia que o animam e levam a que a manipulação seja tão aprazível e recompensadora como o folhear, página a página, capítulo a capítulo, a obra que, adultos leitores, devoramos. São abordagens que se assemelham a outras atividades de promoção do livro e da leitura, mas que podem acrescentar, ao incluir o adjetivo “literário”, elementos que coincidem com o perfil dos potenciais utilizadores da biblioteca pública e outras casas de livros. Desta forma, distinguem-se de outros objetos culturais contemporâneos dedicados ao público infantojuvenil, que não merecem ser ignorados, como os produtos rivais feitos para o ecrã.

Importa-nos defender a leitura literária, conscientes das especificidades que exigem um nível mais avançado do jogo da leitura, para leitores mais experientes, e ao mesmo tempo contrariar esse preconceito. É mesmo de pequenino que se pode fazer crescer um leitor literário. Mas importa-nos recuperar características que, na promoção do livro e da leitura, parecem querer edulcorar os requisitos para ler literatura, já que esta não é só divertida e leve, ou um passatempo. E é no objeto que contém muito mais do que isto que o mediador pode ajudar a ultrapassar o que de difícil e exigente pode haver em ler literatura.

O livro-objeto, arrumado nas estantes dos mais pequenos pré-leitores, é o exemplo que nos serve, e que pode servir o mediador de leitura na sua atividade profissional e quotidiana, a ultrapassar os desafios da leitura literária: a concretização da imaterialidade cultural que a literatura é e que ali se materializa, permitindo que os sentidos levem ao sentido, e que a expressão de sensações e emoções ativadas pela obra literária se transformem em reações emocionais e sejam sentidas ou pensadas pelo leitor que se forma como leitor literário.

Importa ainda perceber como o conceito de *design* literário, que ativámos a propósito do exemplo do livro-objeto, pode ajudar o mediador de leitura a complementar a sua missão de promoção do livro e da leitura com a especificidade da leitura literária. Como afirmámos acima, o conceito de *design literário* acrescenta, ou limita (não contraditoriamente), as questões sobre literatura que, fora dos estudos literários, possam ser colocadas, discutidas e respondidas (também não contraditoriamente) pelos estudos literários. Chegamos a esta proposta, não apenas porque os próprios estudos literários tomaram um caminho que os aproximou da postura interdisciplinar que a sociedade contemporânea reclamou às ciências sociais e humanas, mas porque a especificidade dos estudos literários requer

que estes se mantenham num campo próprio. Mesmo interagindo com o campo da pedagogia ou da psicologia infantil, a perspectiva dos estudos literários não deve ser confundível na abordagem da literatura que é publicada a pensar no leitor criança.

Sendo parte de um modelo complexo e plural do sistema, quase constelar, que é a atividade cultural, criadora e consumidora de arte, o polissistema literário, concebido enquanto tal, padroniza comportamentos que regulam – explicando tensões, propondo prospetivas, refletindo dinâmicas sociais – o próprio campo literário. E sempre que ao mediador de leitura importe pensar a literatura como o campo em que semeia, rega e colhe os frutos do seu trabalho, o conceito de *design* literário poderá ajudar na escolha do objeto e a conceber a sua ação para aproximar esse objeto livro do leitor. E que o leitor volte sempre ao lugar onde encontre esse e outros livros, seja o colo da mãe ou a estante da biblioteca pública.

Referências bibliográficas

- BERNARDES, José Augusto, e Rui Afonso Mateus. 2013. *Literatura e Ensino do Português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- ECO, Umberto. 2003. *Dizer Quase a Mesma Coisa – Sobre a tradução*. Lisboa: Difel.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. 1979. "Polysystem theory". *Poetics Today* 1: 287-310.
- FLUSSER, Vilém. 2010. *O Mundo Codificado: Por uma filosofia do design e da comunicação*. 2.^a edição. São Paulo: Cosac & Naif.
- MCLUHAN, Marshall. (1962) 2011. *The Gutenberg Galaxy*. Toronto: University of Toronto Press.
- MARTINS, Manuel Frias. 1996. *Matéria Negra. Uma teoria da literatura e da crítica literária*. Lisboa: Cosmos.
- MENDELSUND, Peter. 2019. *O que Vemos quando Lemos*. Amadora: Elsinore 20|20 Editora.
- ONG, Walter J. 1982. *Orality and Literacy – The technologizing of the word*. London / New York: Routledge.
- PAULINO, Graça. "Leitura literária". Glossário CEALE. <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/leitura-literaria>.
- PEREIRA, Cláudia Sousa, e José António Calixto. 2010. "Évora cidade de Leitura". In *Para além da Branca de Neve*, org. José António Calixto, 133-148. Lisboa: Edições Colibri.
- RAMOS, Ana Margarida, org. 2017. *Aproximações ao Livro-Objeto. Das potencialidades criativas às propostas de leitura*. Porto: Tropelias & Companhia.
- TABERNERO, Rosa, ed. 2019. *El objeto libro en el universo infantil: la materialidad en la construcción del discurso*. Zaragoza: Prensas Universitarias.

Um ecossistema desfavorável à perpetuação documental. Aniquilação, fragmentação, diluição e opacidade na constituição e patrimonialização dos acervos: o caso dos editores e livreiros

Nuno Medeiros*

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 38 (2019): 59-69. ISSN 0870-4546

DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.5473>

Resumo: Este artigo procura ser uma incursão introdutória num dos problemas mais prementes para quem se propõe estudar e conhecer os processos como a cultura impressa se engendra e como, através dos seus itinerários de circulação e apropriação, ela corresponde e correspondeu a uma das fórmulas de enunciação e circunscrição do mundo na modernidade. Esse problema surge como consequência do reconhecimento da relevância dos acervos documentais e materiais de editores e livreiros para o estudo e análise do processo sócio-histórico de construção da cultura impressa. Aborda-se e explora-se o difícil ecossistema social de produção e sobrevivência desses acervos, num contexto nacional e internacional de actividade e de enquadramento institucional desfavorável à constituição, preservação e patrimonialização dessas fontes fundamentais para o conhecimento da cultura impressa.

Palavras-chave: acervos documentais, editoras, livrarias, patrimonialização, Portugal.

Abstract: This article is an introductory perusal of one of the most pressing problems that anyone dealing with the study of the processes generating print culture has to face and of the ways – through its circulation and appropriation itineraries – such print culture corresponds and has corresponded to one of the formulae that have enunciated and configured of the world in modernity. Such problem emerges as a consequence of acknowledging the relevance of publishers and booksellers' archives and collections to the study of print culture as a socio-historical process. The article explores the difficult social ecosystem framing the production and survival of those collections, inscribed in a national and international context unfavorable to the constitution, preservation and heritagization of such rich sources.

Keywords: documentary collections, publishing houses, bookshops, heritagization, Portugal.

* IHC, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal; ESTeSL/H&TRC, Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa, Instituto Politécnico de Lisboa, 1990-096 Lisboa, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5350-4294>. E-mail: nuno.medeiros@fcsh.unl.pt.

No quadro de uma reflexão sobre o património decorrente da actividade cultural associada à elaboração e formulação da cultura escrita, sobretudo da que é tornada pública e que encontra nessa publicitação a sua razão de ser, os agentes profissionais ligados à produção e disseminação do impresso – e, cada vez mais, do impresso digital – surgem como objecto eles próprios de conhecimento. Entre tais agentes emergem os editores e livreiros como actores centrais na mediação e prescrição da interpretação social do mundo expressa no livro, tornados – e às editoras e livrarias que edificaram – personagens imprescindíveis na decifração dos processos constitutivos da cultura impressa ou tipográfica¹ e do seu papel enunciativo na modernidade (Lane 1980; Chartier 1991; Leblanc 1998; Miller 2006; Thompson 2010; Medeiros 2012; 2015).

O intuito de explorar as formas como essa cultura veiculada pelo livro é elaborada e reelaborada, isto é, o propósito de estudar o livro e conhecer os processos que conduzem à sua existência e circulação, tem enfrentado obstáculos empíricos de transposição difícil e mesmo impossível, traduzidos frequentemente em barreiras no acesso tanto a dados estatísticos como a fontes documentais, bibliográficas e memorabilia (podendo, dentro desta última categoria, proceder-se à enumeração de objectos e elementos de forte potencial heurístico como *placards* publicitários, estantes, mobiliário diverso, pedras litográficas, máquinas e até conjuntos arquitectónicos). Quanto ao contacto com – e consulta a – acervos documentais, não é difícil encontrar exemplos que ilustrem limitações e mesmo impossibilidades de acesso colocados por alguns detentores dos materiais arquivísticos a quem procure pesquisar. Essas dificuldades e carências, facilmente aferíveis através de uma imersão no terreno (incluindo testemunhos dos próprios livreiros e editores), referem-se tanto à pouca inclinação de muitos editores e livreiros em abrir à investigação os seus arquivos históricos (aqui brevemente definidos como os espólios documentais sem uso corrente) como essencialmente ao estado de abandono, dispersão ou simples inexistência de espólios e acervos de organizações editoriais e livreiras que possibilitem empiricamente estudos concretos e análises comparativas. Interessa neste artigo, por isso, indagar os processos subjacentes à realidade que permite aos documentos ou às peças perdurarem fisicamente, de maneira a suportarem operações posteriores de geração de conhecimento, impossível de outro modo (Coles 1989; Millar 2009; Brunetti 2011; Mollier 2016). Se as tecnologias de documentação na sua filosofia e na sua *praxis* remetem para preocupações de estabilidade química do que está preservado, aqui importa levantar questões em torno das circunstâncias que podem potenciar ou prejudicar, quando não impedir, a própria existência de materiais.

¹ Cultura impressa é aqui concebida como metáfora conceptual agregando morfologia variada, que inclui o livro impresso, mas também o digital ou o áudio-livro.

Não é demais recordar que se verifica uma plêiade de factores que contribuem para a destruição e dissipação arquivísticas (Mariani 1995). Numa análise que aspire a ultrapassar o patamar de uma certa compulsão de culpabilização imediata, sobrevém à observação menos rápida um feixe de obstáculos cuja transposição se encontra fortemente dependente das características ligadas às formas e contextos específicos em que as actividades que deixam lastro documental se exercem. Em termos históricos, não era raro que o registo e o acervo possuissem um jaez casual, com os arquivos eventualmente constituídos a não terem à partida salvaguarda, dado o predomínio de uma actividade assente por vezes numa única pessoa ou tributária exclusiva da decisão de somente um indivíduo. Por outro lado, a efemeridade é amplamente devedora da despesa inerente à conservação, incomportável para muitas entidades para as quais um certo tipo de documento possa ter esgotado a sua função de registo necessário, remetendo esta tensão para o carácter imediato ou diferido do uso de um arquivo (Tortorelli 1995).

É útil igualmente lembrar as dificuldades enfrentadas no exercício da gestão de documentos de diverso jaez e dimensão num quadro geral de “crescimento exponencial da produção documental e do estrangulamento das operações de controlo dessa massa documental, em acumulação permanente” (Garcia 1997, 149). A realidade de um incremento de geração documental sem freio, ligado a processos políticos e sociais de burocratização e formalização das sociedades modernas e contemporâneas, desembocou já no século XX na emergência do conceito de ciclo de vida documental como resposta à proliferação e ao risco de entropia nela envolvido. De acordo com este conceito, os documentos possuem um trajecto cujas fases correspondem a vários momentos da vida de um documento. O primeiro momento corresponderia à organização, manutenção e uso activos dos documentos produzidos por uma entidade. O segundo momento significaria o armazenamento documental por um período posterior, frequentemente ditado por lei ou por necessidade comercial ou institucional. O último momento referir-se-ia à opção entre a incorporação num arquivo histórico ou a destruição dos documentos. A conservação passa a ser definida pela escolha dos documentos que sobrevivem e pelos critérios da mesma. Como noutras entidades e instituições, mesmo quando existe um arquivo histórico produzido pela actividade de conservação de uma casa editora, a sua subsistência não se funda necessariamente em critérios e aspirações de preservação de timbre patrimonialista, até porque o eixo de valorização tende a passar pela instância autoral, o que se traduz frequentemente na prestação de maior atenção conservadora a documentos relativos à relação com os escritores, elevados à condição de personagens dominantes, em detrimento de muitas peças consideradas menores ou até desprovidas de validade no seu eventual contributo para a narrativa do percurso de uma empresa editorial e do trajecto biográfico do seu ou dos seus editores.

Como se viu, não é só ao campo editorial que se devem assacar responsabilidades pela desvalorização da manutenção de um arquivo, que implica espaço, esforço logístico e de armazenamento, condições materiais e laborais e ainda vontade para persistir numa acção cuja duração pode ser de muitas décadas, atravessando mandatos de gestão e até proprietários. Há toda uma paisagem social que não concorre para essa valorização, assimilando o papel de agentes como o editor a sujeitos cuja razão é venal e exclusivamente justificada pela função de produção material do objecto livro, pelo menos quando contraposto o papel da edição de um livro ao da sua escrita. Se dúvidas remanescerem, proceda-se a um inquérito de formulação simples, suscitando-se uma série de perguntas relativas à situação portuguesa. Quantos espólios documentais de escritores estão depositados em instituições cuja custódia garante a sua unidade, preservação, disponibilização e estudo? E quantos espólios de editores estarão em circunstâncias semelhantes? Os motivos para o cenário de ampla desolação na prática de patrimonialização dos arquivos editoriais e livreiros são, então, vários, e nem todos decorrentes da actividade dos próprios editores e livreiros.

A panorâmica dos espólios destes dois relevantes agentes de construção e circulação da cultura impressa, o editor e o livreiro, apresenta-se, então, em Portugal com muitas fragilidades. O cenário é desolador, decorrendo evidentemente de um conjunto de factores internos ao próprio campo, decorrentes das práticas e representações dos indivíduos que corporizam a actividade, mas também externos ao sector, de natureza institucional. Um número não despreciando destes factores é de natureza mais geral e surge alinhado com o que acontece genericamente com os acervos empresariais (Mendes 2001-2002), nomeadamente os editoriais e livreiros, noutras realidades nacionais, dada a pouca apetência dos guardiães da cultura escrita em guardar os seus arquivos e objectos ou em torná-los acessíveis (Darnton 1983; Tebbel 1987; Raven 2007). Uma outra série de causas explicativas deste ecossistema muito pouco propício à perpetuação da vida material de documentos e peças refere-se a atributos mais locais, sentindo-se o seu efeito com particular intensidade na realidade portuguesa, traduzindo-se na ausência de espaços e tradições institucionais de preservação e de estudo deste tipo de materiais relativos a este tipo de actividade (Medeiros 2013; 2018).

A situação portuguesa não é, por enquanto, comparável ao que se vem fazendo noutros países, mesmo se contraposta à situação brasileira, que neste aspecto estará a entrar num patamar de maior fôlego. Apesar de um conjunto de avanços significativos recentes (Cameira 2018; Medeiros 2018), os estudos sobre fundos editoriais contemporâneos ainda não existem entre nós de modo sedimentado. Não obstante os avanços bibliográficos dos últimos anos, o século XX português na edição é muito pouco conhecido, existindo até

ao momento muito poucas análises de fundo efectuadas a partir de espólios (Melo 2015; Medeiros 2018). Os trabalhos têm sido esparsos e objecto de preocupação pouco concertada. No que se reporta aos arquivos de editores, e à sua elevação institucional a património reconhecido que urge salvar e organizar, oferecendo a possibilidade de acesso à comunidade, o cenário é ainda mais sombrio, sendo este um dos maiores obstáculos ao conhecimento em profundidade sobre a realidade cultural portuguesa nas dimensões tipográficas e de circulação do livro impresso (Melo 2012; 2013; Medeiros e Melo 2013). Não é demais salientar, quase como um mantra académico, a evidente relação que entrelaça o avanço e o aprofundamento da pesquisa em torno do conhecimento sociológico, historiográfico ou antropológico do campo do livro com o desenvolvimento institucional de estruturas e o aparecimento de vontades para a conservação e disponibilização do património documental e não documental dos editores, sobretudo de acervos arquivísticos (Tortorelli 1998; Cesana 2006).

Como sentencia Artur Anselmo, não parecemos ser “uma comunidade habituada ao respeito da memória cultural e do património” (Anselmo 1997, 19). Essa circunstância explicaria, no entendimento do autor, “a escassez de documentação primária e secundária. Pensemos em registos notariais e alfandegários que se perderam, pensemos no descaso com que foram tratados os caixotins das tipografias extintas, pensemos na destruição das xilogravuras, pensemos na presteza com que se deitaram ao lixo os arquivos dos nossos editores desaparecidos, tudo sacrificado a um pseudo-reformismo de pacotilha” (Anselmo 1997, 19). Não foram concretizadas até agora estruturas que funcionem e que tenham capacidade de acolhimento e tratamento documental que se disponham a recolher, conservar e disponibilizar os arquivos históricos de empresas do livro (sejam editoras, livrarias, distribuidoras ou mesmo tipografias e gráficas). A sensibilidade de instituições ou individualidades com potencial mecenático de apoio financeiro, logístico ou até imobiliário ainda é parca, bastante parca, para não dizer menos, e não existem canais e formas consolidadas ou sequer estabelecidas para que os detentores de espólios e arquivos possam gerar uma cooperação activa: financeira, logística, de conhecimento e experiência, de recursos humanos, disseminadora e divulgadora. As universidades não parecem estar globalmente disponíveis nem ter capacidade de depósito e tratamento. A Biblioteca Nacional de Portugal e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo não se afiguram ainda como soluções assumidas através de uma política coerente de acolhimento perfilhada pela tutela. Não espanta, por isso, que, “quando uma editora (ou uma livraria antiga, ou um alfarrabista, ou...) fecha portas [...], fica em perigo o seu rico arquivo: por espartilho entre vários donos (perdendo a sua coerência), por falta de condições adequadas de preservação da documentação, por interdição do seu acesso público (mesmo que condicionado)” (Melo 2012, 180).

Não é que se possa afirmar que os editores e livreiros não se preocupem com a memória. Existe efectivamente, sobretudo internacionalmente, uma profusão de livros sobre editores e casas editoriais e até livrarias patrocinados e promovidos pelos próprios ou por descendentes seus. Acontece que uma parte significativa destas publicações é de carácter auto-elogioso ou ego-histórico (Mollier 1996), constituindo sobretudo um depósito muito interessante sobre as dimensões de composição de memória e de auto-representação dos livreiros e editores, e não tanto uma fonte passível de ser tomada como única e fiável em si mesma. Dir-se-ia que esse lastro de trabalhos editados corresponde frequentemente mais a obras dos editores do que a obras sobre os editores (ou livreiros, quando é esse o caso).

Saliente-se que o assunto é complexo e irredutível à atribuição de culpa ou à responsabilização automática deste ou daquele actor institucional ou empresarial específico ou tomado na sua generalidade. A constituição e a manutenção de colecções documentais, por vezes de dimensão considerável, são portadoras em si mesmas de desafios, dificuldades e inclusive riscos para as organizações e para as pessoas a quem esses conjuntos de documentação pertencem, ou seja, aos produtores e proprietários dos acervos.

Surge neste quadro de dificuldades um paradoxo que potencialmente pode conduzir a um crescente e sério embaraço no estudo actual e futuro da actividade editorial nos últimos 40 a 50 anos. Isto é, o mesmo meio século que testemunha a explosão informativa e a multiplicação de fontes passíveis de fornecer dados da mais variada natureza é simultaneamente o período em que o registo em papel de cartas, recados, anotações ou telegramas cede aceleradamente lugar ao telefonema (insusceptível de produzir registo), primeiro, e às comunicações de base digital, depois, transformando-se a forma de se fazer o negócio editorial, que tende a deixar rasto documental diferente e frequentemente menor. David Finkelstein, Sarah Bromage e Alistair McCleery detectam com clareza esta alteração relativamente ao sector editorial escocês: “Ao mesmo tempo que existem em diversos arquivos por toda a Escócia depósitos relevantes de documentos e material impresso relativos ao sector em períodos anteriores, verificam-se grandes lacunas no conhecimento da actividade no século XX” (2002, 193).

Emerge deste leque de desafios, dificuldades, riscos e paradoxos uma nova sucessão de perguntas resultantes dos próprios processos quotidianos de constituição de agregados documentais quando se pensa em arquivos editoriais (e, por extensão, livreiros), especialmente num contexto de desmaterialização crescente das trocas de comunicação e de presença cada vez maior de processos informáticos na produção de documentos (Olschki 1995; Medeiros 2013). Com a quantidade de correspondência recebida e documentação produzida, o que se preserva no arquivo e o que se destrói? E o que é insusceptível de

constar de um arquivo, como os telefonemas a tornarem-se a regra, substituindo o intercâmbio epistolar anterior, pelo menos até ao advento da correspondência electrónica? Ou seja, como desenhar e preencher um arquivo histórico? Como escolher a documentação de “mérito”, que se deve guardar, e aquela destinada à efemeridade? Estas perguntas sinalizam problemas na relação da memória com a definição de identidade. Com efeito, o arquivo não corresponde a um agregado inerte de documentos, mas consoma-se “como um espaço social”, construído como um facto “produzido pela ação humana e definido a partir das práticas e dos interesses específicos daqueles que podemos chamar de guardiões do arquivo” (Sorá 2015, 17).

Há, nessa medida, uma problemática do documento como património na sua própria génese, problemática essa derivada das transformações que o papel e o artefacto material de registo sofrem no âmbito da valia que lhes é outorgada e da classificação valorativa que lhes é adscrita ao longo do seu trajecto, trajecto esse que metamorfoseia essa papelada e essa traquitana em elementos simbolicamente apreciados. E essa problemática do trajecto documental até à potencial aquisição do estatuto patrimonializador reside na impossibilidade de todo o oceano de resíduos de registo da actividade de uma casa editorial ou livreira, ou de uma família de livreiros ou editores, poder ganhar um valor novo atribuído, diverso do valor anterior que cada documento possuía. A problemática do trajecto documental remete de modo óbvio e imediato para a dimensão classificativa e selectiva do acto de manter materiais e elementos arquivísticos, dimensão fundada em processos de hierarquização simbólica e de legitimação de tipos e fontes de informação. As dificuldades de sobrevivência da matéria de memória documental e os riscos da sua rarefacção não são desprezíveis, estando ligados a variáveis administrativas, de gestão e de categorização (logo, de opção) relacionadas com a possibilidade de reconstruir a vida e a estrutura das entidades editoriais e livrarias nos seus processos de trabalho e de prescrição cultural.

Para além das vicissitudes presentes na constituição e manutenção dos espólios arquivísticos e acervos materiais durante a própria actividade das organizações editoriais e livrarias, coloca-se a questão da sobrevivência desses espólios e acervos a essa actividade, quando as entidades encerram portas ou quando mudam de mãos. Posicionando a análise sob um ângulo internacional, sublinhe-se que as próprias tradições institucionais de salvaguarda, quando existem, não são idênticas, e o assunto tem sido objecto de discussão, tanto no universo anglo-saxónico (especialmente nos Estados Unidos da América, onde é possível encontrar um número já razoável de arquivos históricos de editores, mas muito menos de livreiros, bem depositados essencialmente em universidades e fundações), como em países da Europa continental (avultando casos significativos como o francês

IMEC, Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine, ou o italiano Fondazione Arnoldo e Alberto Mondadori) ou mesmo da América Latina, com destaque para algumas experiências brasileiras interessantes e com evidentes possibilidades de expansão (Medeiros 2018), como o Centro de Memória e Pesquisa Histórica da UNIFESP, Universidade Federal de São Paulo (Rodrigues, Miranda e Toledo 2015).

Por outro lado, e como atrás se sugeriu, a própria natureza da actividade dos livreiros e, sobretudo, dos editores apresentava-se até há algum tempo – e frequentemente ainda se apresenta – como um empecilho ao desejo da compreensão do mundo do livro. As práticas editoriais, orientadas geneticamente para a disseminação do saber nas suas múltiplas emanações, traduzem-se paradoxalmente neste ponto fundamental em limitações objectivas ao conhecimento, tolhido por uma ética fortemente arraigada de segredo como alma do negócio, construindo assim o editor uma imagem de si baseada no faro e nas capacidades quase oraculares de previsão ou de configuração do gosto do público leitor e de descoberta do próximo êxito de vendas ou autor de referência (Medeiros 2009). Daqui resulta uma prática opaca a todos quantos se aventurem a cartografar o universo editorial e livreiro. Refira-se que actualmente, com a proliferação de cursos de formação permanente, graduada e pós-graduada para editores, técnicos de edição e livreiros, o panorama internacional, mas também o português (apesar de todas as suas debilidades e atavismos estruturais), parecem começar a sofrer alterações cada vez mais indisfarçáveis – apesar de incertas nas suas consequências de médio e longo prazo – no sentido de uma certa abertura e transparência quanto a procedimentos e erudição.

A evidente necessidade de salvaguarda de espólios e da sua transformação em arquivos e depósitos materiais organizados e consultáveis, cujo conteúdo seja disponibilizado ao público, obriga à colocação de questões como a que este artigo procurou muito sucinatamente colocar. Trata-se de questões essenciais para a articulação do debate e da reflexão com a prática de defesa e de viabilização de fórmulas de preservação e, portanto, de patrimonialização de agregados documentais preciosos para o conhecimento dos modos como a actividade de publicar e fazer circular o livro contribuiu para as circunstâncias e recortes culturais das sociedades modernas. Reconhecer a complexidade contextual que se coloca à sobrevivência dos registos, perceber a natureza texturada dos seus próprios processos de constituição, entender o potencial discursivo dos materiais como fonte de conhecimento e explorar esse potencial colocando-o ao serviço não só do saber e da pesquisa, mas também da possibilidade e viabilidade da defesa e protecção desses agregados de informação vital e irrepetível, são dimensões de uma agenda necessária e de que aqui se procurou dar nota panorâmica.

Bibliografia

- ANSELMO, Artur. 1997. *Estudos de História do Livro*. Lisboa: Guimarães Editores.
- BRUNETTI, Dimitri, org. 2011. *Gli Archivi Storici delle Case Editrici*. Turim: Centro Studi Piemontesi.
- CAMEIRA, Emanuel. 2018. "A &etc de Vitor Silva Tavares: narrativa histórico-sociológica". Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/34078>.
- CESANA, Roberta. 2006. "La memoria bibliografica: storia dell'editoria e archivi editoriali". *Bibliologia: an international journal of bibliography, library science, history of typography and the book* 1 (1): 173-196. <https://doi.org/10.1400/53255>.
- CHARTIER, Roger. 1991. "Postface". In *Histoire de l'Édition Française*. Vol. 4, *Le livre concurrenté: 1900-1950*, dir. Roger Chartier & Henri-Jean Martin, 621-641. Paris: Promodis e Fayard.
- COLES, Laura Millar. 1989. *Archival Gold. Managing and preserving publisher's records*. Vancouver: Canadian Centre for Studies in Publishing.
- DARNTON, Robert. 1983. "What is the history of books?". In *Books and Society in History*, ed. Kenneth Carpenter, 3-26. Nova Iorque e Londres: R. R. Bowker.
- FINKELSTEIN, David, Sarah Bromage e Alistair McCleery. 2002. "Scottish Archive of Print and Publishing History Records". *Learned Publishing* 15 (3): 193-197. <https://eresearch.qmu.ac.uk/handle/20.500.12289/210>.
- GARCIA, Madalena. 1997. "A informação arquivística contemporânea: breves considerações". *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional* 1: 149-155.
- LANE, Michael. 1980. *Books and Publishers: commerce against culture in Postwar Britain*. Lexington e Toronto: Lexington Books.
- LEBLANC, Frédérique. 1998. *Libraire: un métier*. Paris: L'Harmattan.
- MARIANI, Gianni. s.d. [1995]. "L'archivio storico della Fondazione Arnoldo e Alberto Mondadori". In *Fonti e Studi di Storia dell'Editoria*, dir. Gianfranco Tortorelli, 63-79. S.l. [Bolonha]: Edizioni Baiesi.
- MEDEIROS, Nuno. 2009. "Cavalheiros, mercadores ou centauros? Traços de actividade e sentido de si dos editores". In *Comunidades de Leitura. Cinco estudos de sociologia da cultura*, AAVV, 23-61. Lisboa: Colibri.
- MEDEIROS, Nuno. 2012. "Notas sobre o mundo social do livro: a construção do editor e da edição". *Revista Angolana de Sociologia* 9: 33-48. <https://doi.org/10.4000/ras.412>.
- MEDEIROS, Nuno. 2013. "Conservar, conhecer e patrimonializar arquivos editoriais e livreiros. Um caso português: o projecto Romano Torres". *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição* 3: 219-225.

- MEDEIROS, Nuno. 2015. "A edição de livros como formulação do mundo: ideias e casos". *Revista Brasileira de História da Mídia* 4 (2): 31-42. <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.4220154157>.
- MEDEIROS, Nuno. 2018. "D'O Recreio à Livraria Romano Torres: edição para o grande consumo no Portugal contemporâneo". Tese de doutoramento, Universidade NOVA de Lisboa. <https://doi.org/10.13140/rg.2.2.31776.43528>, <https://run.unl.pt/handle/10362/43954>.
- MEDEIROS, Nuno, e Daniel Melo. 2013. "Os livreiros e o seu património': introdução problematizante". *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* 32: 319-329. <https://doi.org/10.4000/cultura.2107>.
- MELO, Daniel. 2012. "O património da edição contemporânea portuguesa: estado da questão". *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* 30: 173-190. <https://doi.org/10.4000/cultura.1673>.
- MELO, Daniel. 2013. "As editoras portuguesas e o seu património em debate: intróito problematizante às intervenções dos 2.º e 3.º encontros". *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* 31: 321-345. <https://doi.org/10.4000/cultura.1911>.
- MELO, Daniel, org. 2015. *História e Património da Edição – a Romano Torres*. Vila Nova de Famalicão e Lisboa: Húmus/Centro de História d'Aquém e d'Além Mar.
- MENDES, José Amado. 2001-2002. "Arquivos empresariais: história, memória e cultura de empresa". *Revista Portuguesa de História* XXXV: 379-388.
- MILLAR, Laura. 2009. *The Story Behind the Book: preserving authors' and publishers' archives*. Vancouver: Canadian Centre for Studies in Publishing Press.
- MILLER, Laura J. 2006. *Reluctant Capitalists. Bookselling and the culture of consumption*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- MOLLIER, Jean-Yves. 1996. "L'histoire de l'édition, une histoire à vocation globalisante". *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* 43 (2): 329-348. <https://doi.org/10.3406/rhmc.1996.1820>.
- MOLLIER, Jean-Yves. 2016. "Sources and methods in the history of the book, publishing and reading". In *The Cultural Revolution of the Nineteenth Century: theatre, the book-trade and reading in the transatlantic world*, ed. Márcia Abreu e Ana Cláudia Suriani Silva, 27-43. Londres e Nova Iorque: I.B. Tauris.
- OLSCHKI, Alessandro. s.d. [1995]. "Degli archivi editoriali". In *Fonti e Studi di Storia dell'Editoria*, dir. Gianfranco Tortorelli, 119-123. S.l. [Bolonha]: Edizioni Baiesi.
- RAVEN, James. 2007. *The Business of Books: booksellers and the English book trade 1450-1850*. New Haven/Conn.: Yale University Press.
- RODRIGUES, Jaime, Marcia Eckert Miranda e Maria Rita Toledo. 2015. "O acervo da Companhia Editora Nacional: negociação, organização e potencial para pesquisa histórica". *Revista de Fontes* 2 (3): 61-69. <https://doi.org/10.34024/fontes.2015.v2.9379>.

- SORÁ, Gustavo. 2015. "Etnografia de arquivos e sociologia reflexiva: contribuições para a história social da edição no Brasil e na América latina". *Revista de Fontes* 2 (3): 15-28. <https://doi.org/10.34024/fontes.2015.v2.9168>.
- TEBBEL, John. 1987. *Between Covers: the rise and transformation of American book publishing*. Nova Iorque e Oxford: Oxford University Press.
- THOMPSON, John B. 2010. *Merchants of Culture. The publishing business in the twenty-first century*. Cambridge e Malden, Mass.: Polity Press.
- TORTORELLI, Gianfranco. s.d. [1995]. "La rivalutazione e la riorganizzazione degli archivi editoriali in Italia". In *Fonti e Studi di Storia dell'Editoria*, dir. Gianfranco Tortorelli, 5-16. S.l. [Bolonha]: Edizioni Baesi.
- TORTORELLI, Gianfranco. 1998. "Gli editori e i loro archivi". In *Gli Archivi degli Editori: studi e prospettive di ricerca*, dir. Gianfranco Tortorelli, 7-19. Bolonha: Pàtron Editore.

“As bibliotecas sem muros”: a polissemia de um conceito e suas práticas

*Débora Dias**

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 38 (2019): 71-82. ISSN 0870-4546

DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.5474>

Resumo

Este artigo busca estabelecer conexões entre os diferentes usos do termo “biblioteca sem muros” em distintos territórios, temporalidades e intencionalidades. Neste percurso, as “bibliotecas sem muros” aparecem em coleções editoriais na França do século XVII, como também formando leitores nos pampas argentinos no século XIX ou voltadas às classes médias portuguesas do Oitocentos. Desse exercício em torno da ideia de “biblioteca sem muros”, quer seja como livro, quer seja como coleção, quer seja como prática, discutem-se alguns exemplos demonstrativos em que o “como se lê” e o “o que se lê” podem fundar ou alterar os próprios projetos de bibliotecas.

Palavras-chave: bibliotecas, coleções editoriais, leitores, bibliotecas virtuais, história da leitura.

Abstract

This article seeks to relate the different uses of the term “library without walls” in distinct territories, temporalities, and intentionalities, such as in editorial collections in 17th century France and in the shaping of readers in the 19th century Argentinian pampas or in the Portuguese middle-class of the 1800s. Based on this idea of “libraries without walls,” whether in the form of books, collections, or practices, some demonstrative examples are discussed in which “how to read” or “what to read” may establish or modify actual library projects.

Keywords: libraries, editorial collections, readers, virtual libraries, history of reading.

* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3216-4344>. E-mail: deboradm@gmail.com.

Pensando-a como “lugar”, reunião de livros e projeto, Christian Jacob afirma que “toda biblioteca dissimula uma concepção implícita de cultura, do saber e da memória, bem como da função que lhes cabe na sociedade de seu tempo” (Jacob 2000, 10), com a ressalva de que a subversão dessas regras, desses limites, bem como a invenção de novas ligações e lugares de saber sejam uma constante na história da cultura e da relação com a memória.

Dito isso, compreende-se que o desenvolvimento do conceito de bibliotecas esteja associado às dinâmicas contextuais e históricas que incluem também a materialidade dos suportes de informação: das placas de argila aos papiros, dos códices em pergaminhos aos incunábulos em papel de trapo, dos impressos em celulose às interfaces analógicas ou digitais. Frente a um conceito que se alargou, e cuja compreensão não pode dispensar a sua historicidade, interessa aqui levantar os diferentes significados do termo “bibliotecas sem muros” (ou, a depender da tradução, “bibliotecas sem paredes”), bem como seus usos e intencionalidades em distintos territórios e temporalidades. Especialmente a partir de casos iberoamericanos, discutem-se alguns exemplos demonstrativos em que o “como se lê” e o “o que se lê” podem fundar ou alterar os próprios projetos de bibliotecas.

As bibliotecas sem muros

A ideia de “depósito de livros” está na origem da palavra: a versão latinizada *Bibliotheca* origina-se do grego *Biblion*, que significa “livro”, e *Theke*, “depósito” ou “caixa”. Também usada como a “estante” onde estão os papiros, como interpretou Luciano Canfora no uso da palavra em textos da Antiguidade (Canfora 1989, 77). Nessa etimologia está a chave de outras aceções do termo que chega ao século XXI acumulando semânticas distintas: é um conjunto sistematizado de livros com determinados fins de utilidade pública ou particular e propósitos de formação intelectual nas diferentes áreas do conhecimento (Carlo 1971, 227), como também é a designação para um tipo de móvel, um *armarium*, ou para uma dependência (Faria e Pericão 2008, 147)¹ ou edifício destinado a abrigar coleções de livros e documentos, “devidamente ordenadas, para consulta pública ou particular”; é ainda sinônimo de “centro de recursos de informação e ideias” ou de ensino, assim como, em informática, é “um conjunto organizado de ficheiros que são colocados à disposição dos utilizadores” (Faria e Pericão 2008, 147-148).

¹ Como local de guarda e manuseio de material escrito, o conceito é registrado desde 3000 a.C, na Mesopotâmia. Com o inicial sentido de móvel de madeira provido de portas e prateleiras, adquire gradativamente referência topográfica, “até atingir o [sentido] de dependência, divisão com o sinônimo de *libraria*”, no século XIV (Faria e Pericão 2008, 147).

Para Sayão, tais perspectivas estariam superadas quando se trata de bibliotecas digitais (Sayão 2008-2009, 6-17)². O autor compartilha da definição de Paul Duguid de bibliotecas digitais como "ambiente distribuído que integra coleções, serviços e pessoas na sustentação do ciclo de vida completo de criação, disseminação, uso e preservação de dados, informação e conhecimento" (Duguid *apud* Sayão 2008-2009, 9).

Sem desenvolver essa discussão, para o caso aqui tratado, interessa assinalar que a definição de biblioteca digital inclui de modo recorrente o termo "biblioteca sem paredes" como sinônimo. A ideia é conhecida: a tecnologia digital seria capaz de ultrapassar os limites físicos de acumulação de títulos e acesso a obras, agregando potencialidades que construiriam a "biblioteca do futuro", pelo menos segundo concepções (reais ou imaginadas) vistas desde meados do século XX (Drabenstott e Burman 1994, 4). Nessa filiação, o *Dicionário do Livro* traz o termo "biblioteca sem paredes" com o único significado de "biblioteca electrónica, biblioteca virtual" (Faria e Pericão 2008, 156), o que não deixa de aludir à materialidade do suporte.

É de notar que a definição de "biblioteca sem paredes" chega ao século XXI com um propósito compartilhado desde as origens do termo, que remonta ao século XVI, em torno do mito da universalidade. Também aqui é a biblioteca como o lugar que comporta o sonho do Ocidente de reunir todo o conhecimento do mundo. Esta aspiração é vista em catálogos, mesmo antes de 1550, que se propunham a reunir todos os livros publicados, quer por um território, quer por toda humanidade, como foi o caso da *Bibliotheca Universalis* (Zurique, 1945), de Conrad Gesner (1516-1565). Chamado de "pai da bibliografia", Gesner inovou ao substituir a palavra *catálogo* por uma nova utilização de *bibliotheca*, "que liberta a palavra da sua definição material e atribui à biblioteca sem paredes, proposta pelo livro, o sinal do universal" (Chartier 1997, 109).

Para o caso português, importa referir a *Bibliotheca Lusitana* (Machado 1741-1759), a primeira grande bibliografia em língua portuguesa. Escrita por Diogo Barbosa Machado e impressa por António Isidoro da Fonseca, buscou reunir toda notícia dos autores portugueses e das obras que se compuseram até então. Foi predecessora de outras obras do gênero, incluindo aquela que seria uma referência sobre obras publicadas em Portugal até o fim do século XIX, o *Dicionário Bibliográfico Português*, iniciado por Inocêncio Francisco da Silva em 1858.

Por essa chave, chegamos ao significado da biblioteca como Livro. É a biblioteca como "uma compilação de várias obras do mesmo gênero, ou de autores que compilam tudo

² Ver ainda: Méndez Rodríguez, Eva Maria. "La Biblioteca Digital como concepto: realidad, utopía e índice de contemporaneidade". In Rodríguez Ortega, Nuria (coord.). *Teoría y literatura artística en la sociedad digital: construcción y aplicabilidad de colecciones textuales informatizadas*, 25-44. Gijón: Trea, 2009.

que pode ser dito acerca do mesmo tema” (Chartier 1997, 101), designação que Roger Chartier localiza desde o século XVII (caso do *Dictionnaire* de Furetière, de 1690). Assim, de um lugar (edifício, galeria, estante), biblioteca passa a também nomear um gênero editorial: é uma tipologia de livro ou coleção, significado que se mantém até os dias de hoje como uma “seleção, compilação de diversas obras da mesma natureza ou de autores que compilaram tudo quanto pode dizer-se acerca de um mesmo tema”, mas também coleção em vários volumes, “que reúne uma grande quantidade de obras já publicadas de um determinado gênero” (Faria e Pericão 2008, 148). Essas são também as “bibliotecas sem muros”, na expressão usada por Roger Chartier para referenciar os livros e as coleções e compilações dos séculos XVII e XVIII³ (Chartier 1997).

O sentido do termo assim usado é duplo, pois, sendo um livro, é também a coleção de que o livro dá conta. É uma coleção verdadeira nos critérios que a constituem, e imaginada porque impossível de reunir fisicamente.

Compartilhando dessa aceção, as coleções temáticas também se constituem como “bibliotecas sem paredes”, exemplo da Brasiliana, da Camoniana, da Machadiana, da Judaica, entre outras. Isto é, mantém-se sem muros como concepção ideal para o bibliófilo, que constrói virtualmente sua biblioteca, enquanto almeja e tenta transformá-la numa biblioteca física, cerrada em muros, à medida em que adquire os livros.

De todas essas definições de bibliotecas, dois sentidos imperam e não se excluem: a biblioteca como coleção e como ambiente (de informação, de cultura, de educação) e a biblioteca como projeto. E se a biblioteca é por vocação totalizadora, mesmo quando se especializa, pois está sob o imperativo de reunir, não tudo, mas o todo mutável daquilo que importa, sempre importará saber quem ou o que preside a esta organização, classificação e hierarquização do saber ou obra que ela visa guardar, e qual o destino dos conhecimentos que acumula.

A coleção como biblioteca

Assim também será em relação às coleções que formam “bibliotecas sem paredes” e que desempenham um papel significativo na revolução editorial no século XIX. É o momento em que surge a figura do editor contemporâneo, que pensa pequenas bibliotecas virtuais, com um plano editorial estruturado, com vistas a serem bibliotecas concretas, com livros produzidos que serão colecionáveis.

³ São exemplos citados pelo autor coleções como *Bibliothèque universelle et historique* (1686-1693), *Bibliothèques universelle et choisie* (1714-1727), *Bibliothèque universelle des dames* (1785-1797).

Com formato menor, redução de preço e modos característicos de apresentação dos volumes, Isabelle Olivero localiza na *Bibliothèque Charpentier* (1838) o prenúncio do desenvolvimento de coleções que chegam às modernas versões de bolso dos nossos dias (Olivero 1999). As estratégias implementadas pelas casas editoras e a seleção dos textos ou obras para entrar nas coleções acompanham o duplo objetivo: ampliar o número de leitores e, desse modo, garantir muitas vezes a existência da própria casa editora, e igualmente responder a uma demanda que depositava no livro a missão de educar, civilizar, universalizar (Carvalho e Toledo 2003).

Resguardadas as diferenças nos processos europeus e latino-americanos, pode-se afirmar que o livro se tornou objeto de consumo da sociedade oitocentista, além de veículo de circulação de ideias, comunicação e mensagem. A constituição de um mercado industrial do impresso, a concorrência entre editores, a emergência de novos leitores, os avanços nas técnicas de impressão (favorecendo edições em maior escala e com menores preços), o aumento do acesso das classes médias aos bens culturais, a necessária educação das classes laboriosas, a reorganização de meios e formas de educação e de cultura, a ampliação da alfabetização e liberalização legislativa da imprensa são elementos conjunturais, estruturais e inter-relacionados para a formação desse cenário também para a sociedade portuguesa (Ribeiro 1999, 188).

Livros diferentes passam a ser editados para categorias de leitores diferentes: mulheres, estudantes, religiosos, crianças, viajantes, comerciantes, profissionais. E passam também a ter usos distintos, transitando do mundo público ao privado, constituindo bibliotecas familiares, voltados para a organização da vida doméstica, para leituras compartilhadas ou momentos de lazer, incluindo decisivamente as mulheres nas tensões entre o livro proibido e o aconselhável (Vaquinhas 2010, 89). Esse alargamento do público leitor passava inevitavelmente por tornar mais barato o acesso à leitura.

Nesse sentido, edições voltadas para o entretenimento ou vulgarização do conhecimento científico proliferaram, e outros critérios passaram a vigorar nesse campo onde a competição entre livreiros e editores valorizava mais o conjunto do que a obra rara. Na afirmação de Jean-Yves Mollier, o século XIX foi o século dos dicionários e também das coleções e enciclopédias (Mollier 2008)⁴. Integram as novas estratégias editoriais, novas formas de organização, apresentação e até mesmo reprodução de textos acessíveis a um número maior de leitores.

⁴ Eliana Dutra amplia para a paisagem editorial oitocentista não restrita à França, relacionando mais diretamente ao caso do mercado editorial brasileiro (Dutra 2006, 300).

Os chamados “novos leitores”, em busca de instrução e fruição pela leitura, são o público a ser alcançado pelas coleções e estas não deixaram de explorar o prestígio que o uso do título “Biblioteca” já gozava no seio de camadas menos eruditas. O formato aparece como opção privilegiada para estabelecer vínculos e participar da formação de leitores, quer com a edição e organização de almanaques, quer com o lançamento de obras em fascículos por assinatura⁵, quer ainda com a edição de coleções de livros que perpassam décadas e tornam-se conhecidas de diferentes gerações. Estudos de Manuela Domingos apontam nesse sentido a partir da análise da *Biblioteca do Povo e das Escolas*, coleção da Casa Editora David Corraza em Lisboa (Domingos 1985), estudada ainda no seu amplo alcance pelo Brasil (Martins 2005), por exemplo.

Leitores e outros projetos de “bibliotecas sem muros”

Destaque-se um duplo movimento. Por um lado, dá-se a adesão de letrados reconhecidos, intelectuais e escritores, nos seus diferentes modos e perfis, a esses projetos de alargamento e formação do público leitor nas suas variantes literária e científica⁶. Para o século XIX português, citem-se nomes como os irmãos António e José Feliciano de Castilho, com a coleção *Livraria Clássica Portuguesa*, e Eça de Queiroz como organizador do *Almanaque Enciclopédico* para 1896 e 1897, entre muitos outros⁷. Compreende-se que tais projetos carregam a intenção de extrapolar da biblioteca do erudito o conhecimento classificado e selecionado, difundindo a ideia de “biblioteca sem muros” desenvolvida desde o século XVII.

São muitas as coleções e mesmo as empresas que usam a palavra “Biblioteca” nos seus nomes, umas vezes restringindo o seu âmbito, outras alargando-o. Temos, assim, entre outras, a Biblioteca Económica, a Biblioteca Romântica, a Biblioteca Histórica, a Biblioteca Horas de Recreio, a Biblioteca do Carroção, onde Camilo Castelo Branco chegou a

⁵ Para Portugal, exemplo precursor vocacionado para um público mais amplo, que procurou acasalar problemáticas mais eruditas com conhecimentos práticos, foi *O Panorama* (1837-1868), fundado por Alexandre Herculano com o sintomático subtítulo “jornal litterario e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis”. Cf. SILVA, João Lourival da Rocha Oliveira e. 2014. *O Panorama (1837-1844): Jornalismo e Ilustração em Portugal na Primeira Metade de Oitocentos*. Covilhã: Livros LabCom; CORREIA, Rita. 2012. “O Panorama”. In *Hemeroteca Digital*. [Em rede: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/Panorama.pdf>].

⁶ Segundo análise de Luís Miguel Bernardo, o forte movimento de divulgação científica contou com o esforço de cientistas e jornalistas em França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos desde as primeiras décadas do século XIX e intensificado a partir da segunda metade do Oitocentos (Bernardo, 2013).

⁷ Entre outros estudos, essa dimensão pode ser vista em Santos, 1985.

publicar⁸, a Biblioteca Franco-Lusa, a Biblioteca Lisbonense, a par da Biblioteca Clássica e da Biblioteca Universal, nominalmente mais ambiciosas. São bibliotecas virtuais nos projetos de editores, desejando que elas se tornassem bibliotecas físicas nas casas de cada um.

É nos próprios livros que fica explícita essa articulação. Com o evocativo título *Bibliotheca Universal Antiga e Moderna*, a coleção lançada pela Casa Editora David Corazzi, em 1888, anuncia em prefácio o empenho em conseguir chegar "às mãos de todos, constituindo em todas as famílias e em todas as corporações associativas uma encyclopedica consoladora". Isso porque "apenas um ou outro erudito" teria as condições para ler as obras-primas frutos da "intelligencia, do genio ou do saber" de autores afamados. Enquanto para uns é dispendioso reunir tantos volumes e formar uma biblioteca com as obras em original, para outros a barreira está na "impossível compreensão da enorme diversidade de línguas", referindo a ausência de traduções, ou ainda a falta de tempo para se ler tão "extensos e numerosissimos volumes de cada autor" (Prefácio 1888, 4).

A solução apresentada pela coleção *Bibliotheca Universal Antiga e Moderna* é publicar de cada autor "o mais selecto", "o indispensável a ser conhecido", combinando leitura abundante, formato portátil, "barateza inexcédível" e obras "menos volumosas e mais amenas". A seleção dos títulos tem em conta ainda "o gosto literário e a aptidão scientifica do escriptor que a dirige". Isso porque a coleção leva a chancela (e em alguns casos o trabalho de tradução) do escritor, crítico, jurista ou poeta que a organiza, responsável ainda por pequenas biografias dos autores selecionados. Exemplos são o poeta António Gomes Leal, o jurista e político Fernandes Costa, a escritora Mécia Mouzinho de Albuquerque (que assina Mência), para citar somente alguns.

Também justificado por preocupações educativas, no caso em relação à classe média e ao ensino secundário, nos finais da década de 1870, o historiador Oliveira Martins lançou o projeto de uma "Biblioteca das Ciências Sociais", de caráter não erudito e voltada a um público mais amplo. Mas, ao contrário de outros exemplos citados, não buscou fazer uma compilação de obras ou de autores, pois propunha-se escrever todos os livros dessa biblioteca enciclopédica. Na divulgação do plano de volumes, como na análise das obras finalmente publicadas, percebe-se que postulava uma ordenação epistêmica e uma ordem ideal de leitura do que iria publicar (Catroga 1996, 120).

Sabe-se que, em Portugal, sobretudo nos anos 1870 e 1880, estava na ordem do dia pensar o problema do conhecimento em termos de hierarquização das ciências. Auguste Comte foi o que maior impacto teve, quer pela difusão de seus preceitos, quer pelo fomento de polêmicas e divergências. E muito embora Oliveira Martins, que tinha como

⁸ Cf. Branco, Camilo Castelo. 1867. *Cousas leves e pesadas*. Porto: Casa de Luiz José d'Oliveira editor.

mestre Cournot, se definisse contra o positivismo e discordasse em muitos pontos da classificação comtiana das ciências, concordava com o preceito segundo o qual “todos os fenômenos observáveis eram passíveis de serem classificados num pequeno número de categorias naturais, dispostas numa série hierarquizada, em que o estudo de cada categoria se alicerçava no conhecimento das leis da categoria precedente, ao mesmo tempo em que passava a constituir a base para a ciência seguinte” (Catroga 1996, 120).

Nesse sentido, a Antropologia é indicada por Martins como “prólogo” da vasta obra de sua biblioteca, enquanto ciência social mais geral e menos complexa na sua taxonomia, muito embora a ordenação sugerida pelo autor não acompanhe a ordem cronológica de publicação dos títulos. Em sete anos, sob a epígrafe “Biblioteca de Ciências Sociais”, saíam os títulos: *O Helenismo e a Civilização Cristã* (1878), *História da Civilização Ibérica* (1879), *História de Portugal* (1879), *Elementos de Antropologia* (1880), *O Brasil e as Colônias Portuguesas* (1880), *Portugal Contemporâneo* (1881), *As Raças Humanas e as Civilizações Primitivas* (1881), *Da Natureza e Lugar das Ciências Sociais* (1881), *Sistema dos Mitos Religiosos* (1882), *Quadro das Instituições Primitivas* (1883), *O Regime das Riquezas* (1883), *Tábuas de Cronologia e Geografia Histórica* (1884), *História da República Romana* (1885). Vistos no conjunto, no entanto, pode-se captar o desenho de uma biblioteca enciclopédica em construção, que mobiliza livros, autores e leituras numa ordem formada por seu organizador e que não se encerra em si mesma.

Bibliotecas ambulantes

Na América Latina, a busca desse livro-biblioteca, que traria a chave do que se precisa para ler o mundo, é vista nas memórias de Domingo Faustino Sarmiento, como estudado por Graciela Batticuore. É o leitor que se formou a si mesmo numa casa sem bibliotecas, sem livros, numa província sem escolas e sem professores de prestígio. Ou, apresentando-se como um autodidata ao seu leitor, recordando com o “imaginário do desejo” (Batticuore 2016, 53-54). Assim, educou-se com os livros que buscava e rebuscava, entre amigos e conhecidos. Os “catecismos de Ackerman”, de onde aprendeu sobre história, geografia, política e ideias, “graças a mediação daqueles bons europeus que pensaram como educar os americanos” (Batticuore 2016, 53).

Mas, para o caso aqui em questão, importa realçar que, para se “contar” leitor, em busca desses livros que valiam por bibliotecas porque traziam o que seria fundamental, Sarmiento conta do leitor que quer ser, contando aquilo que valoriza, mesmo que parte de uma estratégia de reconhecimento. Para Batticuore, Sarmiento era o escritor em busca de sua entrada nas bibliotecas nacionais argentinas, em plena formação no período

romântico, como também nas bibliotecas europeias, alvo de qualquer americano dos séculos XIX, XX e XXI.

No rastro de Sarmiento e seus personagens, é longa a galeria de leitores, incluindo também escritores, que deambularam pelos pampas, indo e vindo de um lado a outro da fronteira. Para o caso argentino, Batticuore lista uma sequência de tipos: "los lenguaraces e intérpretes, los indios legos, alfabetizados, los viajeros y letrados que se internan tierra adentro munidos de libros y papeles, a veces incluso de una imprenta móvil" (Batticuore 2016, 58). Viajantes como Lucio Mansilla, escritor argentino do século XIX, que instala um escritório de campanha, com todos os recursos que possuía na cidade (incluindo dois escrivães), com o propósito de estender a divisa entre os territórios brancos e indígenas. E os exemplos dos índios leitores do século XIX amplia a galeria de leituras na fronteira, na vida real e na literatura. O próprio Mansilla surpreende a si e aos leitores do seu tempo em encontrar, na primeira parada terra adentro, o cacique Mariano Rosas, que não somente sabia ler e escrever, mas guardava um arquivo de jornais e recortes de jornais, fundamental para se proteger dos enganos e trapanças na hora de firmar tratados e alianças. Não se tratava de um caso excepcional, quando vários outros filhos de caciques eram enviados à cidade para se preparar melhor na defesa dos seus.

São imagens que remetem a bibliotecas em movimento, quer seja na escolha dos impressos e manuscritos que seriam fundamentais para as empreitadas e deslocamentos, incluindo compilações, periódicos, textos técnicos ou religiosos, literatura, dicionários, mapas, como também na produção de novos escritos, diários, cartas, relatórios, cartografias. Não se trata apenas da comunicação entre interior e capital, ou das produções administrativas e burocráticas. Mas de uma gama de possibilidades mais vasta e até extrema. Nessa galeria, já no século XX, pode-se incluir a paradoxal cena do guerrilheiro em marcha que não abdica dos livros: Che Guevara, em meio a selva boliviana, lendo no alto de uma árvore, carregando livros junto ao corpo, escondendo uma pequena biblioteca junto a víveres em uma gruta (Piglia 2014, 97).

Ao perguntar "o que é um leitor?", Ricardo Piglia não deixa de mirar também o outro, quem busca ler aquele que lê, nas suas intenções e concepções. "La pregunta – a veces irónica, a veces agresiva, a veces piadosas, pero siempre política – del que mira leer al que lee" (Piglia 2014, 28). Pergunta que também embute a questão de como os livros vão parar nas mãos daquele que os lê. Nessa diversidade de encontro com os textos, o autor chama a atenção para os livros encontrados, emprestados, roubados, herdados, saqueados, salvos do naufrágio, que se distanciam e se perdem na planície (Piglia 2014, 30). Podemos ainda perceber como esse panorama de circulação da cultura põe em causa dicotomias como letrados e iletrados, alfabetização e analfabetismo, erudito e popular. Ou ainda na

oposição civilização e barbárie, dualidade tão difundida pelos letrados latino-americanos, como o próprio Sarmiento. Para Batticuore, essa dicotomia resulta numa matriz de entrada na cultura argentina que a história da leitura e da autoria na América Latina pode ajudar a desmontar (Batticuore 2016, 63).

Considerações finais

Chegado a este ponto, retomamos dois dos sentidos da expressão “bibliotecas sem muros”, sem incluir nos nossos objetivos aquele associado às bibliotecas digitais que está presente no *Dicionário do Livro*. No primeiro, estão coleções editoriais ou livros que se propõem a condensar bibliotecas inteiras em um ou mais volumes, dissimulando a vocação totalizadora destas, no que seria uma seleção criteriosa daquilo que realmente importa, mas que também ultrapassam muros dado o alcance que pretenderam ou efetivamente conseguiram atingir. Em outro sentido, há de se pensar nas bibliotecas sem muros como bibliotecas em movimento, como aquelas descritas nos pampas sul-americanos, aparentes desertos humanos, distantes das formas letradas convencionadas; as bibliotecas de livros emprestados, roubados, saqueados, que são decifradas nos lugares improváveis; as bibliotecas que selecionam o imprescindível para se viver em períodos de ação, como nos livros reunidos em guerrilhas rurais, levados em expedições e nas campanhas, que incluem também uma produção de escritos próprios: cartas, diários, relatórios, desenhos, mapas. Daí que se indague sobre que outras propostas poderiam expandir esse conceito de “bibliotecas sem muros”, integrando outros sentidos criados a partir da multiplicidade de leitores e suas leituras do mundo.

Assim sendo, a distopia *Fahrenheit 451* (1953), de Ray Bradbury, levado ao cinema por François Truffaut, traz um outro modelo de bibliotecas sem paredes. Para resistir a um regime autoritário, que torna todos os livros ilegais e os condena à fogueira, cada um dos oposicionistas decora o conteúdo inteiro de uma obra, antes de esta ser destruída. De modo a garantir a preservação e a transmissão dos saberes, surgem os “homens-livro”, termo usado pelo autor. É sugestivo considerar que o conjunto desses homens e mulheres-livro também formaria novas bibliotecas sem paredes.

Num sentido inverso, há o chamado de preservação de “bibliotecas sem muros” sob o risco concreto de destruição de culturas ancestrais e orais. Por exemplo, os anciões de culturas tradicionais no Brasil – indígenas, ribeirinhos, quilombolas – são vistos como fontes de transmissão de ideias, da cultura, da história e da memória de um povo. Este pode ser um outro sentido de bibliotecas sem muros.

Bibliografia

- Academia das Ciências de Lisboa. 2001. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa/Editorial Verbo.
- BATTICUORE, Graciela. 2016. "Biblioteca y lectores argentinos: escenas fundantes". In *Escrita, edição e leitura na América Latina*. Organizado por Nelson Schapochnik e Gisele Martins Venâncio, 49-65. Niterói: PPGHistória-UFF.
- BERNARDO, Luís Miguel. 2013. *Cultura Científica em Portugal. Uma perspectiva histórica*. Porto: Universidade do Porto.
- CANFORA, Luciano. 1989. *The Vanished Library*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press.
- CARLO, Agustín Millares. 1971. *Introducción a la Historia del libro y de las bibliotecas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de, e Maria Rita de Almeida Toledo. 2003. "A coleção como estratégia editorial de difusão de modelos pedagógicos: o caso da Biblioteca de Educação, organizada por Lourenço Filho". In *Congresso Brasileiro de História da Educação*, 3, Curitiba. Anais... Curitiba: SBHE.
- CATROGA, Fernando. 1996. "História e ciências sociais em Oliveira Martins". In *História da História em Portugal sécs. XIX-XX*. Organizado por Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, 117-159. Lisboa: Círculo de Leitores.
- CHARTIER, Roger. 1997. *A ordem dos livros*. Tradução de Leonor Graça. Lisboa: Vega/Passagens.
- DARNTON, Robert. 1992. "História da Leitura". In Peter Burke (org.). *A escrita da história*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Unesp.
- DIAS, Débora. 2019. "A longa 'República das Letras' e o século dos intelectuais: notas para a história das bibliotecas no Ocidente". *Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información* 33 (81): 157-178.
- DOMINGOS, Manuela D. 1985. *Estudos de sociologia da cultura. Livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância.
- DUTRA, Eliana de Freitas. 2006. "A nação dos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira". In *Política, nação e edição*. Organizado por Jean-Yves Mollier e Eliana de Freitas Dutra, 299-314. São Paulo: Annablume.
- FARIA, Maria Isabel, e Maria da Graça Pericão. 2008. "Biblioteca". In *Dicionário do Livro. Da escrita ao livro electrónico*, 147-148. Coimbra: Almedina.
- JACOB, Christian. 2000. "Prefácio". In *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*, 9-17. Dirigido por Marc Baratin e Christian Jacob. Tradução de Marcela Mortara. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ.

- MACHADO, Diogo Barbosa. 1741-1759. *Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica na qual se comprehende a noticia dos Authores Portuguezes, e das Obras, que compuserão desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo presente: Offerecida à Augusta Magestade de D. João V nosso senhor* (4 vol). Lisboa: António Isidoro da Fonseca.
- MOLLIER, Jean-Yves. 2008. "Biblioteca de Babel: coleções, dicionários e enciclopédias". In *A leitura e seu público no mundo contemporâneo. Ensaios sobre História Cultural*, 129-138. Tradução de Elisa Nazarian. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- MOLLIER, Jean-Yves. 2010. *O dinheiro e as letras. História do Capitalismo Editorial*. Tradução de Katia Aily Franco de Camargo. São Paulo: Edusp.
- MOLLIER, Jean-Yves. 2008. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo. Ensaios sobre História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- OLIVERO, Isabelle. 1999. *L'invention de la collection*. Paris: Institut Mémoires de l'édition contemporaine /Maison des sciences de l'Homme.
- PIGLIA, Ricardo. 2014. *El último lector*. Barcelona: Penguin.
- Prefácio Geral da Bibliotheca Universal Antiga e Moderna. 1888. In *Viagem à roda do meu quarto*, 3-4. Escrito por Xavier de Maistre. Versão de Fernandes Costa. Bibliotheca Universal Antiga e Moderna 1.ª série. Lisboa: Casa Editora David Corazzi.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. 1999. *Livros e Leituras no século XIX*. Separata da Revista de História das Ideias, vol. 20. Coimbra: Faculdade de Letras.
- SAYÃO, Luis Fernando. 2008-2009. "Afinal, o que é biblioteca digital?". *Revista USP* 80 (dez-fev): 6-17. <http://www.usp.br/revistausp/80/SUMARIO-80.html>.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. 1985. "As penas de viver da pena (aspectos do mercado nacional do livro no século XIX)". *Revista Análise Social* 21 (86): 187-227.
- VAQUINHAS, Irene. 2010. "Perigos da leitura no Feminino. Dos livros proibidos aos aconselhamentos (séculos XIX e XX)". *Revista Ler História* 59: 83-99.
- VENÂNCIO, Giselle Martins. 2005. *Lisboa – Rio de Janeiro – Fortaleza: Os caminhos da coleção Biblioteca do Povo e das Escolas traçados por David Corazzi, Francisco Alves e Gualter Rodrigues*. Lisboa: Universidade NOVA de Lisboa.

Onde está o meu livreiro?*

Reflexões sobre livrarias e leitura pública

*Fátima Ribeiro de Medeiros***

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 38 (2019): 83-93. ISSN 0870-4546

DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.5479>

Resumo

Este artigo acolhe algumas ideias sobre o tema da promoção de leitura em livrarias, fruto de atividade mediadora e respetiva reflexão ao longo de quarenta e três anos. Procura-se colocar questões consideradas pertinentes: Qual o lugar da livraria em função de práticas e dinâmicas sociais realizadas por diferentes agentes? Como se situa a livraria na sua relação com esses agentes? Quais os princípios de mediação que podem ser considerados num espaço como a livraria? Entre agentes mediadores haverá lugar para tensões e confrontações ou para convergências e itinerários de entendimento? Qual o papel do livreiro? E o do leitor? Literatura dita popular e literatura dita literária ou científica são conceitos que se opõem, em termos de mediação de leitura? Diferentes práticas leiturais tornam o ato de leitura menos válido? Este artigo fornece pistas de interpretação e de sugestão face às questões colocadas.

Palavras-chave: livrarias, livreiros, leitores, mediação de leitura, leitura pública, comunidades de leitura.

Abstract

This paper probes into the theme of promoting reading in bookstores, resulting of a mediation activity that spanned forty-three years, and the reflection on such activity. It aims to raise relevant questions: What is the place of the bookstore amidst the practices and social dynamics of different agents? What is the relationship of the bookstore with these agents? What are the mediation principles that can be considered within a mediation space such as the bookstore? Is there room for tension and confrontation between mediators or otherwise for convergence and ways of understanding? What is the role of the bookseller? And what is

* Expressão retirada de um debate realizado há alguns anos em Lisboa sobre as questões da leitura em livraria.

** IELT, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2364-7128>. E-mail: fribeiriomedeiros@gmail.com.

the role of the reader? The so-called popular literature and the so-called literary or scientific literature are opposing concepts in terms of reading mediation? Do different reading practices make the reading act less valid? This paper aims at providing hermeneutical clues towards the interpretation of the questions raised.

Keywords: bookstores, booksellers, readers, reading mediation, public reading, reading communities.

*‘Ensinar a ler’ é uma ação iniciática. O verdadeiro ‘leitor’,
a pessoa que lê como ato de fruição dionisíaca da cultura,
é sempre e necessariamente um iniciado.*

Manuel Medeiros¹

*Entre o livro e a leitura estou eu, o livreiro.
O escritor publica a escrita, o editor publica o livro,
o livreiro ‘publica’ a leitura.*

Resendes Ventura²

É impossível pensar LIVRARIA sem pensar LIVRO e sem pensar LEITURA. Apesar de, para grande número de pessoas, esta relação não parecer nem evidente, nem determinante para o enquadramento da livraria no contexto cultural e social da leitura, vozes há que vêm já reconhecendo a importância do trabalho livreiro na leitura pública. Segundo Nuno Medeiros, os livreiros são “elementos ativos de participação e intervenção na oferta de leituras possíveis ao leitor”³ (Medeiros 2006a, 343). A livraria, enquanto ator social ligado ao livro, desempenha um “papel ativo e dinâmico” (Medeiros 2006a, 344), não apenas como “motor da edição” (Martins 2005, 229-243), mas igualmente e em larga medida no âmbito da difusão e promoção de leitura. Diversos agentes culturais, como bibliotecários, professores, editores, ilustradores, *designers* de edição, críticos literários, além de trabalhadores em coletividades, associações, espaços de ATL, lares e academias seniores, entre outros, trabalham com o propósito de promover a leitura. Qual é, então, o lugar da livraria em

¹ Manuel Medeiros, livreiro da Culsete entre 1973 e 2010. Apontamento inédito, manuscrito, sem data, encontrado junto a materiais da década de 1990.

² Ventura, 2009, 21.

³ Segundo este autor, “por leitura entende-se um conjunto de modalidades de apropriação e receção do livro na sua dupla componente, objeto físico reconhecível e metáfora do discurso físico e ordenado tornado público, a que estão ligadas certas práticas sociais, principalmente as que se associam às interpretações de sentidos do seu conteúdo e da sua forma”.

função de práticas e dinâmicas sociais perante esses diferentes agentes? Quais os princípios e as ações de mediação que podem ser concretizadas pela livraria? Como se situa a livraria na sua relação com esses agentes? Haverá espaço para tensões e confrontações ou para convergências e itinerários de entendimento?

Segundo “A leitura pública em Portugal”, manifesto publicado na década de 1980, que permitiu consolidar ideias e conceitos sobre leitura comunitária e respetiva promoção, deve entender-se por leitura pública “o estabelecimento de uma relação entre a criação e o público, com uma dupla finalidade: cultural – possibilitar o acesso de todas as camadas da população às fontes de conhecimento nas suas diversas formas –, e social – contribuir para a afirmação do indivíduo na comunidade –, conferindo-lhe a possibilidade de exercer plenamente o ato de escolher”⁴ (AAVV 1983, 11-14). Segundo esse manifesto, o desenvolvimento e implementação de atividades leiturais devia cobrir amplamente o universo do conhecimento e atingir toda a população, sem qualquer tipo de discriminação, já que era “condição indispensável para a participação democrática de cada indivíduo no desenvolvimento da sociedade” (AAVV 1983, 12). Em 1986, o despacho 23/86, de 11 de março, dava origem ao Programa de Leitura Pública. Há que reconhecer que existe um antes e um depois desse Programa, que pode assumir-se como marco decisivo da leitura pública em Portugal, apesar do papel da livraria nessa aproximação não ter sido considerado nem reconhecido⁵. Tal ostracismo a que foi votada levou o livreiro e poeta Resendes Ventura/Manuel Medeiros a escrever: “Se logo de início o esforço [pela promoção da leitura pública] tivesse assentado simultaneamente nas bibliotecas públicas, nas bibliotecas escolares e nas livrarias, quero crer que o salto, sem serem precisos muitos mais meios, teria sido muito maior” (Ventura 2009, 51). Esta lacuna no reconhecimento social da livraria e do livreiro enquanto espaço e agente de configuração da leitura (Leblanc 1998) tende a desqualificá-los e mesmo a suprimi-los enquanto instâncias essenciais de mediação.

Mediador e mediação são, pois, termos que já entraram no nosso socioleto, tanto como conceito quanto como prática. A mediação de leitura resulta da ação de alguém sobre a leitura do outro. É uma forma de relação social que tem em conta a noção de alteridade (Poissenot 2006, 92). Implementá-la é assumir uma ação cultural, é construir várias formas de comunicar a mensagem de um livro, é partilhar leituras, desenvolvendo processos

⁴ Este Manifesto resultou da reflexão feita a partir das ideias que foram surgindo no seminário “Animação de bibliotecas”, orientado pelo bibliotecário Jean Tablet (Gardanne, France) e promovido pelo Instituto Português do Livro, em colaboração com a BAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas), em Lisboa, de 31 de janeiro a 4 de fevereiro de 1983. Apesar da sua importância para todos os agentes empenhados na leitura, o manifesto foi apenas assinado por bibliotecários e pelos representantes da Junta Central das Casas do Povo.

⁵ Um programa de leitura pública foi, assim, reduzido a um programa de leitura em bibliotecas.

dinâmicos, podendo para tal formar comunidades de leitura, assumidas como espaços de agregação, aparecendo a livraria como um dos mais pertinentes. Recorrendo a Stanley Fish (1980), pode dizer-se que a leitura partilhada com agentes em espaços de mediação permite a construção de perspetivas alargadas de significados, levando à formação de comunidades de interpretação e ultrapassando, assim, a apropriação pessoal. Estas comunidades resultam de afinidades entre os leitores, entre estes e o mediador, e entre eles e um autor, ou um tema, um género, um estilo. O leitor é, assim, parte de uma rede de descodificação de contextos e sentidos, dentro de um esquema de práticas inscritas no quotidiano do promotor e dos leitores. Autores, livreiros, editores, distribuidores, tradutores, prefaciadores, educadores, bibliotecários, leitores, júris de prémios, podem ser agentes construtores de redes de mediação. A tertúlia, o café, a livraria, a biblioteca, a escola, a família, a revista, o jornal, ou a página *web* são instâncias sociais com carácter mediador. “Como atores ou lugares sociais, os agentes de mediação produzem e ecoam valores específicos, refletindo interesses e representando uma realidade” (Medeiros 2006b, 373). Uma comunidade de leitores fomenta a partilha, podendo agir sobre a leitura individual, permitindo-se alargar os seus significados e até os níveis de interpretação, num âmbito de influência agregadora. Implica a adesão a gostos e respetivo consumo, que podem pressupor o sentimento de pertença a determinada comunidade de leitores, ou a várias, e até ao afastamento de outras. Ajudando a refletir sobre o mundo e os seres humanos, as comunidades de interpretação partilhada podem, segundo Janice Radway (1984a; 1984b, 49-74), construir-se em torno de qualquer tipo de literaturas e em diferentes espaços que não os habitualmente sugeridos para tal.

Aos frequentadores de livrarias, aqueles que se aproximam das suas estantes e bancas, quer sejam ou não compradores de livros, como chamá-los senão leitores? Eles são diretamente interpelados pela ação do livreiro, essa rara profissão que, pela sua ação, rasga os seus horizontes leiturais, embarcando sem reservas na “viagem pelo desenvolvimento da leitura” (Ventura 2009, 19). O livreiro mediador sabe que aos livros não é possível pedir tudo, mas eles têm sempre mais para nos dar⁶. É, ele próprio, um leitor competente e não o “empacotador” (Ventura 2009, 237) de livros retirados de bancas e estantes, não se recusando, contudo, a fazê-lo sempre que tal é necessário. É alguém que escolheu trabalhar em livraria, um profissional muito empenhado em promover o livro e a leitura, que nunca esquece a sua função de agente cultural. Está sempre pronto a criar estratégias de sedução de leitores. É, além do guardião da livraria dita independente⁷, o depositário e pregoeiro

⁶ Fala-se aqui do Livreiro e não tanto do empregado de livraria, que, corporizando atribuições menos diferenciadas, tanto pode trabalhar neste como noutro qualquer espaço.

⁷ A expressão “livraria independente” designa todas as livrarias que não pertencem a grupos económicos, editoriais, livreiros ou institucionais, ou que a eles não se subordinam. É uma microempresa que

de um patrimônio que é de todos sem exceções. Enquanto agente mediador, trabalha no meio socioeconômico onde a sua livraria está implantada e face às características do contexto local. Os livros que promove contemplam escolhas e critérios que se prendem em larga medida com as suas crenças, os seus valores, a sua identidade e a sua posição no paradigma cultural, assumindo, em determinadas ocasiões, atitudes mediadoras de natureza claramente prescritiva que dificilmente poderão ser tomadas por outros agentes⁸. É um elo importantíssimo, direi mesmo decisivo, para os níveis de leitura de uma região, de um país. Sobre a importância da atividade mediadora, Sylvie Vassallo reconhece que, através da multiplicidade de ações de mediação, transparece a crescente importância da literatura no seu âmbito cultural; daí que o papel do mediador nunca seja neutro (Vassallo 2006, 7). Confirmada a sua capacidade de persistência e reinvenção, o livreiro empenha-se na construção de uma comunidade de leitores, colocando-se, enquanto mediador, ao lado de outros promotores de leitura pública, podendo construir com eles pontes e intercâmbios. Há, entretanto, que dizer que vários desses sectores têm continuado a manifestar alguma relutância em admitir para o livreiro o estatuto de leitor e mediador de leitura, já que apenas o encaram como vendedor.

A dupla finalidade da leitura, social⁹ e cultural¹⁰, incluindo esta a dimensão lúdica e recreativa, está sempre presente no pensamento e na ação do livreiro mediador, sendo uma das finalidades da livraria o saber despertar o interesse, a curiosidade e o desejo de ler no leitor, assegurando a universalidade e democratização do processo de acesso ao conhecimento e à informação. Assumindo o seu papel no circuito de promoção do livro, o livreiro constrói um itinerário de procedimentos e práticas, tendo em vista a sua viabilidade organizacional¹¹, enquanto agente promotor de leitura, consciente de que esse trabalho deve também ser encarado como âncora para a sobrevivência da livraria.

trabalha de forma independente, com tudo o que isso implica em termos de dificuldades acrescidas a vários níveis.

⁸ Há uma forma de mediação de leitura que parece acontecer com muito menos frequência noutro espaço de mediação de leitura do que na livraria, que se pode chamar mediação por interposta pessoa. Um exemplo: quando alguém aborda o livreiro e lhe pede que lhe recomende um livro, por hipótese, para uma amiga de 67 anos, advogada, que gosta muito de ler sobre expedições submarinas, pessoa que o livreiro não conhece e com quem nunca falou, este tem de fazer um trabalho de mediação que toca a sua experiência de vida, o seu conhecimento acerca das publicações abrangendo o tema em questão, a satisfação e aprovação do seu leitor e o horizonte de expectativas criado por este em relação a outrem.

⁹ Contribuindo para a afirmação do indivíduo na sociedade.

¹⁰ Possibilitando o acesso ao conhecimento a todas as camadas da população.

¹¹ Na questão da viabilidade organizacional da livraria, cabe a problemática comercial. A sobrevivência comercial da livraria tem de ser uma realidade. As atividades de mediação levadas a efeito devem

Uma livraria precisa de ser pensada como centro de convívio cultural, como oficina de leitura pronta a promover a leitura pública, através de uma oferta tão vasta quanto o seu espaço físico o possibilite. Fala-se aqui da livraria generalista, que deve ser, como aponta Nuno Medeiros, “detentora de uma capacidade de oferta segura e ampla em diversas áreas” (Medeiros 2006a, 359). Deseja-se que boa parte desse espaço seja destinada ao acolhimento e divulgação de editoras fora do *mainstream*, as que criam certas “subculturas do gosto” (Gans 1974; Medeiros 2006a, 349), levando-nos a afirmar que é nas livrarias independentes que se vive a verdadeira *bibliodiversidade*. Luísa Dacosta observa a este respeito que a livraria é o espaço “onde se encontram as marginalidades que verdadeiramente importam. Livrarias, o que são?” Interroga-se para logo se responder: “Espaços de liberdade, lugares de encontro” (Dacosta 2008, 27-28). Com outras pessoas, mas sobretudo com o livro, com a leitura. Há ainda que cultivar uma atenção especial em relação à literatura de receção infantil e juvenil, que deve assumir na livraria uma dimensão quer física, quer simbólica de grande relevância, já que é desde a infância que o indivíduo constrói o gosto pelo livro e pela leitura, tornando-se leitor. Uma criança que vive a paixão de ler tem boas hipóteses de vir a ser um adulto que não passará sem ler, com todas as implicações que esse facto terá no seu percurso de vida e no meio social em que irá mover-se. Daí que promover a leitura junto das crianças e dos jovens, facilitando o seu desenvolvimento e a sua socialização, ajudando à construção do conhecimento de si e do mundo, deva ser um dos principais desígnios do livreiro.

A leitura como atitude cultural, catalisadora de múltiplas aprendizagens, apoiada no chamado prazer de ler, aprofunda o papel simbólico do livro enquanto depositário de aspetos comunicacionais, informativos e culturais. Não é, pois, um fim, é um meio. É uma atividade a desenvolver todos os dias, autonomamente ou em colaboração. Insiste-se: a livraria é um espaço ideal para a sua realização. Se a leitura pública desafia a capacidade de intervenção do livreiro, conta, por outro lado, com o poder de criação do leitor, com o seu modo pessoal de ler, de construir leitura e, portanto, de construir pensamento. O leitor é um “consumidor dinâmico” e um “recriador” (Medeiros 2006a, 349) de leituras. Podendo ter maiores ou menores hábitos de leitura, precisa, amiúde, de ser seduzido e encaminhado pelo livreiro. Há ainda a considerar aqueles que compram uma ou duas vezes no ano, para cumprir rituais ou obrigações¹². Seduzi-los para a leitura (ou para a compra de livros para fruição própria) é simultaneamente um desafio fascinante e uma urgência. Um trabalho persistente ao longo do tempo dará frutos muito interessantes. Há

também contribuir para o sucesso e a estabilidade económica do espaço livreiro, lado a lado com o seu trabalho de aprofundamento leitoral.

¹² Como acontece em épocas e momentos como o Natal, a chamada época escolar, os aniversários.

que ter também em vista o leitor competente, que pode ser o especialista, o acadêmico, o erudito. Para ele há que construir formas diversas de abordagem.

Uma comunidade de leitura em livraria depara-se com vários níveis de literacia, com diversos tipos de leitores, com diferentes interesses leiturais, assumindo-se como espaço interpretativo que permite ao leitor construir o seu próprio sentido do que é lido, esperando do livreiro uma larga amplitude mediadora. Quanto ao leitor ávido de descobrir novas leituras, é preciso que tenha livre acesso a estantes, prateleiras, bancas, balcões, pilhas de livros, catálogos, não só para poder escolher e comprar, mas sobretudo para pesquisar e ler, para iniciar um diálogo com os livros. Um leitor amante de livros tem de os ter junto de si, no seu espaço íntimo, por isso os compra. Não conheço nenhum grande leitor que não compre livros. Para poder adormecer e acordar com livros, para os folhear e ler a qualquer momento. Isto independentemente de poder ser também um grande visitante de bibliotecas.

A livraria deve permitir-se ser o repositório de milhares de livros, que saltam dos depósitos das editoras, alguns com vários anos de publicação, os chamados fundos, e onde as novidades editoriais podem ter lugar de destaque, mas nunca de domínio. Precisa ainda de assumir-se como sala de leitura que efetivamente é. Apesar das alterações provocadas pelas novas formas de acesso à leitura, as livrarias continuam a ser um trunfo para os espaços urbanos onde ainda existem. Até porque nas grandes cadeias livreiras, nas superlivrarias, encontram-se muitos livros, mas não “este ou aquele livro” (Ventura 2009, 248). A eterna crise das livrarias, financeira e/ou de frequência, tem concentrado em si a atenção dos analistas, afastando-os das questões do livro e da leitura em espaço livreiro. Ao focarem-se num aspeto, ignoram o outro, provavelmente aquele que devia afinal colocar-lhes questões fundamentais. Isto, apesar de muitos estarem convictos de que a livraria tem sido entendida como o parente pobre e esquecido, quando não inteiramente ignorado, do mundo da leitura pública.

Há quem considere que a chamada literatura popular (ou de “massas”)¹³ veio alterar as expectativas dos leitores, modificando o seu sentido de experiência leitora em contraponto com a experiência assente em textos ditos literários¹⁴. Estas mudanças de apreciação entre o texto dito mais linear e o texto dito literário ou científico levam a que a leitura como atividade social apresente várias dimensões (Collins 2010, 62), devido à variedade de propostas, transformadas em múltiplas experiências de leitura, pelo que se nos

¹³ A relevante discussão conceptual entre literatura popular e literatura de massas não cabe no âmbito e no objetivo deste artigo.

¹⁴ Usa-se de empréstimo esta terminologia para ser mais fácil apresentar alguns pontos de vista, apesar de termos consciência de que são categorias de formulação complexa.

colocam várias questões: essas diferentes práticas leiturais tornam o ato de leitura menos válido? Literatura dita popular e literatura dita literária ou científica são conceitos que se opõem, em termos de leitura pública? É comum ouvirmos dizer que as formas de leitura que conhecemos como tradicionais estão a esgotar-se. Os livros digitais, os audiolivros, os sítios na *internet* e outras tecnologias em diversos suportes eletrônicos estão entre nós e tomam já conta de uma fatia expressiva da leitura pública. Esse facto sugere outras interrogações, algumas já não tão novas: será que esses meios vão acabar com a leitura a partir do suporte papel? Ou esta irá acomodar-se a uma posição de nicho? Ou os vários suportes leiturais vão permitir-se coexistir?

A livraria é um espaço promotor de leitura e de cultura que precisa de se reinventar, de ser mais aberto, mais convidativo, cada vez com maior capacidade de receber leitores, mesmo quando eles não pretendam comprar nada, apenas desejam passar algum tempo a cultivar o prazer de descobrir livros, surpreendendo-se com a leitura de algumas das suas páginas. Precisa de aprender a despertar o desejo do regresso. Enquanto desenvolve atividades de mediação para o seu público leitor, necessita, em simultâneo, de promover ações de sedução de novos públicos. As suas atividades devem ser de permanente reforço e convite, procurando despertar cada novo visitante para a leitura de prazer e de informação numa atitude construtora de um qualquer tipo de continuidade.

Apesar dos níveis de leitura estarem longe de ser o que todos pretendemos, a experiência diz-nos que atualmente se lê mais do que no início da década de 1970. A questão é que se lê através de diferentes suportes, sendo o livro impresso procurado por diferentes tipos de leitores, com opções de leitura variadas, em alguns casos pontualmente, continuando, no entanto, a ser um suporte com relevância, tanto ao nível da leitura de informação como da leitura lúdica e de prazer. Estas mudanças de paradigma têm sido relevantes tanto para a leitura como para o livro impresso, que precisou de esperar por outros meios de comunicação para se permitir ser escolhido, para se libertar de alguns atavismos. O aumento dos níveis de leitura¹⁵ é o fator que poderá permitir a continuidade e necessidade da existência do livreiro como agente mediador de leitura, mesmo perante e após todas as mudanças que têm acontecido e irão acontecer. Daí que junte a minha a outras vozes para afirmar que só a partir das questões da leitura se podem situar os problemas

¹⁵ Aumento que se tem verificado, registando-se nas últimas décadas uma evolução globalmente positiva, embora lenta e ainda distante dos índices relativos a práticas de leituras existentes noutras realidades nacionais, nomeadamente no seio de espaços como a União Europeia. Por outro lado, mesmo reconhecendo essa dinâmica de melhoria, as práticas de leitura e os índices a que elas se reportam correspondem a fenómenos complexos e frequentemente paradoxais, com alguns indicadores a manifestarem sentidos contraditórios (Neves 2015).

do livro e que apenas o entendimento de uns e dos outros poderá determinar uma dada conceção da livraria e a sua posição relativa no complexo universo da cultura e da civilização, ao lado de outros agentes. Formar públicos leitores em livraria passa por ler e dar a ler, recorrendo a diversas estratégias para o concretizar. Passa pelo desejo de conhecer e possuir determinado título. A criação de uma comunidade de leitores em espaço livreiro pressupõe a existência de vários aspetos em comum por parte dos sujeitos, do desejo de ler, pré-existente ou em construção, até à descoberta de novos interesses e, portanto, novas leituras, sendo essencial o trabalho de mediação do livreiro.

A circulação intrinsecamente comercial do livro precisa muito pouco da livraria dita independente para se manter. É assegurada por meios eletrónicos e postais, pelo hipermercado, pela superlivraria, ou através de diversos pontos de venda mais limitados, acomodando-se a espaços partilhados, por exemplo com selos ou gasolina. A livraria independente só faz sentido se se assumir como espaço de promoção e mediação de leitura. Quando esse papel se esvazia a livraria falha, malogrando-se todos os seus objetivos. O livreiro, enquanto leitor competente e empenhado mediador de leitura, sabe que precisa de assumir por inteiro o seu compromisso com a leitura. Sente que esse deve ser o seu desígnio. Gota de água em rio de muitos afluentes, o seu trabalho é, assim, parte integrante do esforço coletivo em prol da leitura pública.

Cada livreiro tem a sua abordagem pessoal, a sua forma de aproximar o livro do leitor, recorrendo à sua formação cultural, aos seus valores, aos seus interesses, aos seus objetivos, ao que pretende transmitir, ao que deseja atingir, definindo através desses fatores a sua intervenção social. Ao selecionar os livros que compra ou os que vai expor, está já a fazer trabalho de promoção, está a estabelecer uma linha de mediação. Ao valorizar determinado título para lhe dar um destaque especial na banca de novidades, encomendando, por exemplo, vinte exemplares, sendo que do título seguinte escolhe apenas dois, não deixando, contudo, de os expor lado a lado, está a utilizar o espaço físico da sua livraria em função das propostas de promoção de leitura que pretende fazer.

Livrarias: o seu trabalho dialoga diretamente com o trabalho de outros mediadores de leitura pública. Não se podem atingir altos níveis de leitura enquanto todas as instituições implicadas no processo de levar a ler não trabalharem em conjunto, “navegando no mesmo barco para o país da leitura”, como dizia o livreiro Manuel Medeiros. As relações entre livrarias independentes, que parecem ter finalmente compreendido que têm de contar umas com as outras¹⁶, e entre elas e as cadeias livreiras ou as superlivrarias,

¹⁶ Em junho de 2020, já depois da submissão deste artigo, foi fundada a RELI, Rede de Livrarias Independentes, uma associação cultural sem fins lucrativos aberta a todas as livrarias nacionais que procuram coordenar esforços para enfrentar a crise do mercado livreiro.

ultrapassam a simples dicotomia entre o mero comércio livreiro e a promoção do livro e da leitura. Há que descortinar o que a sociedade pede a umas e a outras. Só depois de bem definidos os papéis dos vários agentes de difusão, promoção e venda do livro se poderá perspetivar algum futuro de sobrevivência para todos.

Deixe-se cair preconceitos e aceite-se de uma vez por todas que a extensa e intensa presença do livro em diferentes espaços promove a leitura. Afinal, é esse ou não o nosso objetivo principal, o de aumentar a leitura e o número de leitores? Pode não ser a leitura que cada um de nós, individualmente, desejaria promover, em espaços que não escolheríamos, mas é leitura. Daí que, simultaneamente, precisemos de a tornar – de nos tornarmos – cada vez mais competente(s) e exigente(s). Continuo a defender que, de entre os espaços possíveis de venda do livro e de leitura partilhada, a livraria independente é aquele que pode fazê-lo com maior profundidade, com maior empenho, seguindo um programa previamente delineado, onde o livreiro culturalmente empenhado tem um papel decisivo. Sem ele, a livraria promotora de leitura dificilmente conseguirá sobreviver.

Bibliografia

- AAVV. 1983. "A leitura pública em Portugal". *Cadernos BAD* 1: 11-14.
- COLLINS, Jim. 2010. *Bring on the Books for Everybody: How literary culture became popular culture*. Durham/London: Duke University Press.
- DACOSTA, Luísa. 2008. *Um Olhar Naufragado – Diário II*. Porto: Asa.
- FISH, Stanley. 1980. *Is There a Text in This Class? The authority of interpretive communities*. Cambridge: Harvard University Press.
- GANS, Herbert J. 1974. *Popular Culture and High Culture*. New York: Basic Books.
- LEBLANC, Frédérique. 1998. *Libraire: un métier*. Paris: L'Harmattan.
- MARTINS, Jorge Manuel. 2005. *Profissões do Livro: Editores e gráficos, críticos e livreiros*. Lisboa: Verbo.
- MEDEIROS, Nuno. 2006a. "Editores e livreiros: que papéis de mediação para o livro?". In *Estudos de Sociologia da Leitura em Portugal no Século XX*, dir. Diogo Ramada Curto, 343-385. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MEDEIROS, Nuno. 2006b. "Nem Cila nem Caríbdis: Tópicos de reflexão social sobre a leitura". *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 18: 368-381.
- NEVES, José Soares. 2015. "Práticas de leitura em Portugal". In *O Livro, o Leitor e a Leitura Digital*, coord. Gustavo Cardoso, 113-149. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- POISSENOT, Claude. 2006. "Médiation, lecture et ordre social". In *Médiations, médiateurs, médias – Comment penser la médiation en littérature jeunesse?* Actes du colloque du Salon du Livre et de la Presse Jeunesse en Seine-Saint-Denis, 27 et 28 Avril 2006, 85-98. Montreuil: Centre de Promotion du Livre de Jeunesse en Seine-Saint-Denis.
- RADWAY, Janice. 1984a. *Reading the Romance: Women, patriarchy and popular literature*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- RADWAY, Janice. 1984b. "Interpretive communities and variable literacies: The functions of romance reading". *Daedalus. Journal of the American Academy of Arts and Sciences* 113: 49-73.
- VASSALLO, Sylvie. 2006. "La médiation en question". In *Médiations, médiateurs, médias – Comment penser la médiation en littérature jeunesse?* Actes du colloque du Salon du Livre et de la Presse Jeunesse en Seine-Saint-Denis, 27 et 28 Avril 2006, 7. Montreuil: Centre de Promotion du Livre de Jeunesse en Seine-Saint-Denis.
- VENTURA, Resendes. 2009. *Papel a Mais*. Lisboa: Esfera do Caos.

Projeto “Álbum de Família”

*Alexandre Freitas**, *Ângela Camolas*** e *Teresa Sampaio****

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 38 (2019): 95-104. ISSN 0870-4546

DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.5483>

Resumo

O Projeto “Álbum de Família”, desenvolvido pela Biblioteca, Arquivo e Museu da Câmara Municipal de Palmela, tem como objetivos divulgar e enriquecer a coleção de imagens antigas do município e compilar informação sobre as mesmas a partir da recolha de património imaterial, bem como contribuir para promover a identidade coletiva e a coesão social deste território. São dinamizados encontros com a comunidade onde, através da projeção de imagens, são registadas memórias que recriam momentos passados entre gerações a folhear álbuns de fotografias: a evocar recordações, a relatar acontecimentos, a reconhecer os retratados. O município, já antes com projetos neste âmbito, como as “Conversas de Poial” ou “Uma Imagem, Mil Memórias”, tem, no “Álbum de Família”, a colaboração entre serviços, numa aproximação à comunidade e mobilizando todos para um objetivo comum: a fixação das memórias, o arquivo dos testemunhos e o entrelaçar das histórias individuais na história coletiva, numa redescoberta da história da comunidade a múltiplas vozes.

Palavras-chave: memória, fotografia, comunidade, identidade coletiva local.

Abstract

The “Álbum de Família” Project, developed by the Library, Archive and Museum of the Municipality of Palmela, aims to highlight and enrich the collection of antique images of the Municipality and compile information, from the gathering of Intangible Cultural Heritage, as well as to contribute to promote the collective identity and social cohesion

* Câmara Municipal de Palmela.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2081-9569>. Email: afreitas@cm-palmela.pt

** Câmara Municipal de Palmela.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-7021-6278>. Email: acsousa@cm-palmela.pt

*** Câmara Municipal de Palmela.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3301-2115>. Email: tsampaio@cm-palmela.pt

of this territory. Encounters with the community are held and, through the projection of images, memories are registered, recreating the moments spent between relatives of different generations, flipping through photo albums, evoking memories, reporting events and recognizing those who are in the pictures. The Municipality had already some projects in this area such as: “Conversas de Poial” as well as “Uma Imagem, Mil Memórias”. The “Álbum de Família” project was brought about by the collaboration amongst services, approaching the community, mobilizing everyone towards a common goal, the retention of memories, the archiving of testimonies and the intertwining of individual stories in the collective history and the rediscovery of community history from multiple voices.

Keywords: memory, photography, community, local collective identity.

Preâmbulo

Arquivos, bibliotecas e museus são Instituições de Memória (Dempsey 2000) que têm como denominador comum das suas missões a preservação, o tratamento e a difusão da memória, do património e da cultura das sociedades onde estão inseridas. Neste contexto, os conteúdos informativos dos seus fundos documentais reportam-se a conteúdos comuns, e a sua pertença a cada um dos acervos dessas instituições é determinada, nem sempre sem polémica, pelas diferentes tipologias documentais.

Embora estes acervos tenham características próprias e sejam alvo de procedimentos específicos, o que têm em comum tem motivado desafios em torno da interoperabilidade dos seus sistemas de informação e a conceção de projetos em cooperação que sublinham o que o conteúdo informativo tem de semelhante e a sua-sobreposição face à desagregação imposta pela diferença tipológica.

Os conteúdos informativos comuns aos acervos do Arquivo, da Biblioteca e do Museu são o catalisador que, no “Álbum de Família”, envolve estes serviços da Câmara Municipal de Palmela no resgate, urgente¹, de fotografias analógicas anteriores ao ano 2000, que transportam consigo a memória e a história da comunidade.

¹ O Património Cultural Imaterial, assente nas memórias que cada pessoa carrega em si, está limitado ao tempo de cada um. Tem, por isso, uma natureza particularmente urgente.

Contexto

Considerando a identidade como um conjunto de elementos próprios, exclusivos e diferenciadores face aos outros, compreende-se o papel estruturante e imprescindível que a memória reclama na sua constituição.

A memória individual, composta por lembranças vividas pelo indivíduo na sua vida pessoal, contextualiza-se, apoia-se e confunde-se com lembranças impessoais, de grupo, pertencentes à memória coletiva (Halbwachs 1990, 53-54).

Estruturante da identidade pessoal, a memória individual é envolvida pela memória coletiva que, sendo partilhada por vários indivíduos, lhes imprime marcas identitárias comuns. A identidade coletiva, enraizada na memória coletiva onde cada um reconhece no outro características comuns, atua como agente agregador do conjunto constituído pelos indivíduos que a ela pertencem. É um elemento fundamental para a coesão social que permite a convergência de interesses, de necessidades e de pontos de vista que se consubstanciam na construção do bem comum.

Considerando, assim, a importância da memória coletiva para a vida de uma comunidade, percebe-se que o modo como este elemento lança raízes no passado, na história, ultrapassa o tempo vivido por cada um dos seus elementos. Neste sentido, o conteúdo da memória coletiva consubstancia-se em lembranças compartilhadas, não experienciadas individualmente, transmitidas intergeracionalmente por via oral, através de textos ou de imagens. Neste caso, há que realçar a fotografia percebida como elemento capaz de captar e difundir a imagem de um segmento da realidade de um modo credível (Felizardo e Samain 2007, 210). Este registo do passado não pode deixar de aproximar a fotografia da memória tal como esta, está sujeita a escolhas, manipulações, silêncios e a leituras diferenciadas (*Ibidem*). Mas, apesar disso, considerando que “no processo de rememoração da lembrança, da memória propriamente dita, nós nos valemos das imagens das coisas” (Felizardo e Samain 2007, 212), não podemos deixar de sublinhar a importância da fotografia nesse processo.

Por outro lado, com a massificação da fotografia, passa a ser permitido às famílias a construção de um repositório de memórias, de álbuns de família, de fragmentos visíveis do passado do grupo de pertença; o seu conhecimento é um elemento que integra a memória individual, partilhado com outros elementos do grupo, constituindo deste modo uma memória familiar integradora. “O álbum de família exprime a verdade da recordação social. Nada se parece menos com a busca artística do tempo perdido do que estas apresentações comentadas das fotografias de família, ritos de integração a que a família sujeita os seus novos membros. As imagens do passado dispostas em ordem cronológica,

‘ordem das estações’ da memória social, evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um factor de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações da sua unidade presente” (Pierre Bourdieu, cit. em Felizardo e Samain 2007, 213).

O lento folhear do álbum de família, ritmado por comentários que contextualizam as imagens, é uma passagem de testemunhos, de lembranças da memória coletiva que transmite um denominador comum ao modo como cada um dos membros do grupo apreende o mundo. Aqui sustentada, a identidade coletiva é um fator de integração e de mobilização dos vários elementos que a constituem. É também um elemento catalisador na concretização de objetivos ligados a interesses comuns que lançam raízes em valores partilhados.

Todavia, não obstante essa ubiquidade do coletivo em cada um dos indivíduos, a memória comum assenta na particularidade das estórias individuais e, por isso, é também a singularidade do percurso individual que queremos resgatar através deste projeto. Nesta perspetiva, o trabalho de recolha da memória oral vem abrir lugar ao indivíduo enquanto agente da história porque permite, por um lado, extrair parte das histórias individuais que contribuem para uma cronologia maior e, por outro, identificar e compreender o rumo dos acontecimentos a partir de vários pontos de vista. Falamos de um espaço de participação onde o anonimato é comutado por relatos na primeira pessoa, numa construção democrática da história e da memória coletiva. “Determinados objetos, lugares y manifestaciones, patrimoniales o no, se relacionan intensamente con la biografía de los individuos y con sus interacciones” (Prats 2005, 25).

Trata-se, no fundo, da descoberta dos caminhos individuais e da voz de cada um na construção da história da comunidade, num processo de valorização da pessoa. Recorremos ao pensamento de Prats para reivindicar este foco: “El principal camino para convertir al patrimonio local en un instrumento abierto y de futuro pasa básicamente, a mi entender, por dar prioridad absoluta al capital humano: las personas antes que las piedras” (Prats 2005, 28).

No caso específico deste projeto, é de sublinhar as conversas que se desenrolam ao redor de uma fotografia. À identificação dos nomes das pessoas e dos locais, sucede-se o contexto social mais amplo com a evocação de outras pessoas e acontecimentos, num folhear de memórias, muitas nunca antes evocadas publicamente. Estas memórias ditas reclamam também silêncios. O silêncio das fotografias não comentadas revela o que a comunidade não quer lembrar ou esqueceu. São estas estórias, dos ditos e dos não ditos, que queremos registar num cruzamento disciplinar que utiliza a fotografia como epígrafe.

Origem, características e objetivos

O município de Palmela reforça, com o “Álbum de Família”, a importância dada à relação com a comunidade e ao registo das suas histórias individuais e memórias, como contributos para a história coletiva do concelho. O Fundo Local da Biblioteca Municipal, que contém centenas de monografias e milhares de artigos disponíveis *online*; o Arquivo de Fontes Orais do Museu Municipal, criado em 2003 e contando atualmente com mais de uma centena de entrevistas; o ciclo das “Conversas de Poial”, iniciado em 2009, que recolheu memórias dos habitantes do centro histórico de Palmela, com o objetivo de melhor compreender o território para a definição de uma estratégia de ação plural e sustentável; e o Projeto “Uma Imagem, Mil Memórias”, iniciado em 2011 pelo Arquivo com o objetivo de recolher o património fotográfico do concelho para digitalização, conservação e divulgação das imagens cedidas por diversas entidades (municípios, freguesias, associações, etc.), que conta com cerca de seis mil imagens digitalizadas – são exemplos de trabalho já desenvolvido.

Na continuidade deste trabalho, o Projeto “Álbum de Família” surge em 2016 congregando a Biblioteca, o Arquivo e o Museu e, no caso da freguesia de Palmela, também o Gabinete de Recuperação do Centro Histórico.

O “Álbum de Família” caracteriza-se pela realização de sessões temáticas num local propício à reunião com a comunidade, onde são projetadas fotografias para que sejam comentadas pelos participantes, identificando locais, eventos e pessoas retratadas. Estas fotografias são ainda um pretexto para o relato de situações conexas, memórias e evocação de outros elementos da comunidade. A sua exposição pública permite quebrar silêncios que algumas imagens encerram, de corrigir e acrescentar memórias e abrir caminho à expressão e registo de diferentes interpretações que olhares diversos são passíveis de suscitar.

A seleção de fotografias para projeção tem como recurso as imagens pertencentes ao fundo do Arquivo Municipal e aquelas que vão sendo cedidas por particulares. Esta colaboração foi antecedida e acompanhada por um trabalho de sensibilização e mobilização junto da comunidade, de onde resultam o empréstimo de fotografias para digitalização, a recolha de testemunhos com elas relacionados, a participação nas sessões realizadas e uma aproximação maior entre a comunidade e a autarquia.

Destacamos como objetivos estruturantes do “Álbum de Família”, a divulgação e o aumento da coleção de imagens do município; a compilação de informação sobre as fotografias a partir da recolha do património imaterial associado; a promoção da identidade coletiva local e da coesão social do território; e a criação de momentos de encontro e de convívio entre os participantes e entre estes e a autarquia.

Inicialmente, pensado apenas para o centro histórico da vila de Palmela, onde a comunidade mais idosa integra frequentemente iniciativas ligadas à história local e à memória, havendo até grupos informais constituídos, cedo se percebeu que deveria contemplar as restantes freguesias do concelho.

Sessões do “Álbum de Família” nas freguesias do concelho

Em 2016, entre maio e julho, foram realizadas quatro sessões na freguesia de Palmela (**Fig. 1**). Os temas foram *Festas e Comemorações*, *Crianças*, *Trabalho* e *Anos 80/90 do século XX*. As três primeiras sessões decorreram na Biblioteca Municipal, e a última no terraço do Mercado Municipal. Foram recolhidas 297 fotografias de 11 munícipes e as sessões tiveram 70 participantes.



1 Primeira sessão do “Álbum de Família” na freguesia de Palmela: projeção de imagens e intervenção do público.

Imagem: Câmara Municipal de Palmela.

No ano seguinte, na Biblioteca Municipal em Pinhal Novo, foram realizadas quatro sessões, que decorreram entre fevereiro e abril. Os temas foram *Caminhos-de-ferro*, *Origens*, *Ofícios* e *Movimento Associativo*. Foram recolhidas 285 fotografias (a que acresce o espólio digital da Junta de Freguesia) cedidas por 15 munícipes e as sessões tiveram cerca de 50 participantes.

Em Pinhal Novo procurou-se também seguir outras abordagens que passaram pela participação de interlocutores junto à comunidade e pela realização no Mercado Municipal, em dois sábados consecutivos, de sessões de divulgação e digitalização (**Fig. 2**) – foram digitalizadas apenas quatro fotografias; todavia, sublinha-se a riqueza do contacto com a população e a curiosidade desta em relação ao Projeto.



2 Sessão do “Álbum de Família” na freguesia de Pinhal Novo: projeção de imagens e intervenção do público.
Imagem: Câmara Municipal de Palmela.

Em 2018 estivemos em Quinta do Anjo. Foram realizadas quatro sessões, que decorreram entre abril e julho (**Fig. 3**). Os temas foram *Quinta do Anjo de Outros Tempos*, *Ofícios*, *Festas* e *Movimento Associativo e Música*. Foram recolhidas 1669 fotografias cedidas por 16 municípios e as sessões tiveram cerca de 160 participantes.

Em Quinta do Anjo contamos com a colaboração do movimento associativo na cedência de instalações e apoio logístico, tendo as sessões decorrido na Sociedade de Instrução Musical. No que diz respeito à recolha de fotografias, tivemos a colaboração da investigadora Cecília Matos, que desenvolve há já algum tempo trabalho ao nível de história local.



3 Sessão do “Álbum de Família” na freguesia de Quinta do Anjo: projeção de imagens e intervenção do público.
Imagem: Câmara Municipal de Palmela.

Finalmente, em 2019, estivemos na quarta freguesia do concelho de Palmela, a União de Freguesias de Poceirão e Marateca. Realizámos quatro sessões no mês de maio. Devido à dimensão e às características desta freguesia, duas sessões foram realizadas em Poceirão (uma na Junta de Freguesia e outra no Centro Cultural de Poceirão) e duas em Águas de Moura, no espaço multiusos da Junta de Freguesia (**Fig. 4 e 5**). As fotos exibidas não se subordinaram a um tema específico. Na recolha de fotografias contámos com a colaboração da Junta de Freguesia na cedência de instalações e apoio logístico, de vários interlocutores locais particulares e de duas IPSS. Foram digitalizadas 413 fotografias cedidas por 15 munícipes e as sessões contaram com cerca de 60 participantes.



4 Sessão do “Álbum de Família” na freguesia de Poceirão e Marateca: projeção de imagens e intervenção do público. Imagem: Câmara Municipal de Palmela.



5 Sessão do “Álbum de Família” na freguesia de Poceirão e Marateca: projeção de imagens e intervenção do público. Imagem: Câmara Municipal de Palmela.

Conclusão

O projeto “Álbum de Família” tem mobilizado a população das diferentes freguesias do município. Afigura-se-nos que esta relação próxima da comunidade com o projeto assenta, sobretudo, nos momentos de encontro que permitem, em comunhão, revisitar o passado e as pessoas que dele fizeram parte. Estes encontros dão também lugar à valorização do papel de cada um no trajeto coletivo, pois a sua presença e dos seus familiares, nas fotografias projetadas publicamente, são prova inequívoca desta pertença ao lugar. Estas sessões, ao exporem as fotografias a outros olhares, também possibilitam a compreensão da subjetividade dos testemunhos que acompanham as fotografias no momento da sua recolha.

Dada a extensão geográfica do concelho, as memórias relatadas e retratadas podem ser muito díspares: a vida do dia-a-dia, a escola, as bandas de música, os teatros, as festas e romarias, mas também o trabalho em duras condições, a violência, a perda, a dor... o que nos permite abarcar as várias dimensões do coletivo.

Embora não exclua nenhuma faixa etária, a população idosa cedo se assumiu como o segmento principal do público do projeto. Durante as sessões, a centralidade é dada às suas vidas e ao modo como veem e leem o mundo. Este movimento centrípeto ocorre principalmente em dois momentos: primeiro, quando o “Álbum de Família” resgata as imagens e as memórias a elas associadas e, posteriormente, quando estes elementos tratados se assumem como fontes capazes de resgatar memórias silenciadas ou desconhecidas, possibilitando a construção de um discurso historiográfico inclusivo. Ambos os momentos, o primeiro vivenciado e o segundo intuído, são fatores que contribuem para a auto-estima desta população.

É neste cenário, onde a memória e a identidade coletivas são elementos estruturantes da coesão social, que colocamos o nosso “Álbum de Família”.

Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. 2016. “Bibliotecas, Arquivos e Museus: Convergências”. *Revista Conhecimento em Ação* 1 (1) (janeiro/junho): 162-185. <https://revistas.ufjr.br/index.php/rca/article/view/2737/2807>.
- CONNERTON, Paul. 1999. *Como as sociedades se recordam*. Oeiras: Celta.
- DEMPSEY, Lorcan. 2000. “Scientific, industrial, and cultural heritage, a shared approach: a research framework for digital libraries, museums and archives”. *Ariadne: Web Magazine for Information Professionals* 22 (janeiro). <http://www.ariadne.ac.uk/issue/22/dempsey/>.

FELIZARDO, Adair, e Etienne Samain. 2007. "A fotografia como objecto e recurso da memória". *Discursos Fotográficos* 3 (3): 205-220. <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/1500>.

HALBWACHS, Maurice. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice.

PRATS, Llorenç. 2005. "Concepto y gestión del patrimonio local". *Cuadernos de Antropología Social: Cultura y Patrimonio. Perspectivas contemporáneas en la investigación y la gestión* 21 (julho): 17-35. <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/4464>.

Alfabetización crítica y lectura digital

Margarita Pérez Pulido*

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 38 (2019): 105-121. ISSN 0870-4546

DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.5499>

Resumo

Com base num trabalho teórico de compilação de fontes bibliográficas e descrição dos exemplos mais significativos, apresenta-se uma análise do conceito de literacia crítica no contexto mais amplo da literacia e da aprendizagem ao longo da vida. A literacia crítica é analisada especificamente como um elemento importante da literacia no ambiente digital em que a sociedade actual opera e como uma responsabilidade das bibliotecas. O conceito de literacia e do seu significado tem vindo a mudar nos últimos anos, verificando-se que a diversidade de termos utilizados para designar uma mesma actividade tem variado ao longo do tempo, em função da evolução das novas tecnologias. Os conceitos de pensamento crítico e leitura crítica são apresentados como componentes fundamentais da literacia crítica num ambiente digital, nos quais todos os tipos de organizações e instituições devem concentrar os seus esforços, conforme os exemplos que aparecem neste texto.

Palavras-chave: Literacia digital, literacia da informação, literacia em novos media, literacia crítica, bibliotecas.

Abstract

Based on a theoretical work of compilation of bibliographic sources and description of the most significant examples, an analysis of the concept of critical literacy is presented in the broader context of literacy and lifelong learning. Critical literacy is analysed specifically as an important element of literacy in the digital environment in which today's society operates and as a responsibility of libraries. There has been an evolution in the concept of literacy and its meaning in recent years, in which the diversity of terms used to designate the same activity has varied over time, depending on the evolution of new technologies. The concepts of critical thinking and critical reading are presented as fundamental components of critical literacy in

* Facultad de Ciencias de la Documentación y la Comunicación, Universidad de Extremadura, Badajoz, España.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2831-6341>. E-mail: marperez@unex.es.

a digital environment, in which all types of organizations and institutions must focus their efforts, according to the examples that appear in this text.

Keywords: Digital literacy, information literacy, new media literacy, critical literacy, libraries.

1. Introducción

El objetivo de este trabajo es analizar los conceptos de alfabetización crítica y lectura crítica en el contexto del término *Lifelong Learning* o Aprendizaje a lo largo de la vida, uno de los puntos principales de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) que contiene la Agenda 2030 de la ONU. El acceso a la información se ha convertido en uno de los 17 nuevos ODS a nivel global. En el documento de IFLA denominado “Las bibliotecas y la implementación de la Agenda 2030 de la ONU” (IFLA 2015) se parte del concepto de alfabetización universal para asegurar el acceso público a la información como parte en concreto del ODS 4.

Este término de *Lifelong Learning* o Aprendizaje a lo Largo de la Vida, aparece ya mencionado en la Declaración de Hamburgo de 1997, por la que UNESCO e IFLA se unen en la creencia de que las bibliotecas, además de museos y otras organizaciones, deben adoptar un papel esencial para el aprendizaje a fin de crear ciudadanos modernos. Con respecto a las bibliotecas, en el año 2000 surge un proyecto que culmina en 2003 con la creación de una sección de IFLA para la Alfabetización (IFLA 2004). La definición de alfabetización de IFLA-UNESCO que aparece en este documento, se refiere al aprendizaje en diferentes entornos, en diversos temas y centrado en la enseñanza de la búsqueda de información y otras cuestiones relacionadas con la inclusión social. El Memorándum de Lisboa (2000) ya especifica para el ámbito europeo cuáles son los aprendizajes que se unen a la búsqueda de información como parte del término denominado alfabetización: el aprendizaje de lenguas, de nuevas tecnologías, habilidades sociales y emprendimiento. Para ello, se deben organizar redes de cooperación con diversas instituciones, en las que las bibliotecas ocupan un papel determinante en la utilización de espacios, gestión de la colección, protección de la herencia cultural, y búsqueda de información para la participación democrática. En 2010 se crea un sitio llamado “InfolitGlobal”, con la participación de IFLA/UNESCO, en donde se establecen por primera vez políticas internacionales y se crean contenidos de aprendizaje (Pasadas 2010). Como consecuencia de esta necesidad de impulsar el aprendizaje a lo largo de la vida, se irán creando alianzas entre instituciones, en las que la biblioteca continuará teniendo un papel importante y se verá inmersa en políticas, normas y acciones tanto a nivel local, como nacional e internacional.

De esta forma, por medio de un trabajo teórico basado en la recopilación de fuentes bibliográficas y descripción de ejemplos más significativos, nos proponemos analizar, en primer lugar, el contexto de la alfabetización en la actualidad, en una evolución del concepto y su significado a lo largo de los últimos años, en que la diversidad de términos utilizados para mencionar la misma actividad ha variado con el tiempo en función de la evolución del uso de las nuevas tecnologías en la educación y en la información en general. De esta manera, llegamos hasta el concepto de alfabetización crítica, y en consecuencia, lectura crítica, como un fenómeno imprescindible hoy día en nuestra sociedad, y como una característica global e indispensable del entorno digital.

2. Contexto de la alfabetización en la actualidad

Para definir el contexto de la Alfabetización en la actualidad debemos hacer referencia al término de *Lifelong Learning* o Aprendizaje a lo largo de la vida, como ya hemos mencionado anteriormente. La UNESCO es una organización activa en este sentido. En 2016 crea el “Instituto UNESCO para el *Lifelong Learning*” (UNESCO 2016), en el que las bibliotecas están muy presentes, ya que contempla la colaboración de las mismas en iniciativas nacionales y regionales, que parten de otras instituciones que poseen las ciudades relacionadas con la educación fundamentalmente. En este sentido, se plantea como necesaria la colaboración de las bibliotecas en iniciativas nacionales y regionales, en la atención especial a nuevos públicos como los niños, la familia en la lectura en común, los jóvenes y adultos en el trabajo y otras necesidades cotidianas, haciendo especial énfasis en la inclusión de grupos vulnerables. Otra circunstancia nueva es la insistencia en la recogida de datos para la planificación y la evaluación.

El Movimiento *Learning Cities* cuyo origen se encuentra igualmente en la UNESCO a partir de 2015 (UNESCO 2015), tiene como objetivo fundamental la creación de ciudades sostenibles en el aprendizaje de los ciudadanos (*Smart Cities*) a partir de la creación de una estructura coordinada de todas las partes interesadas en una ciudad concreta, estableciendo planes de acción a nivel local. A su vez, se crea la Red Mundial de las *Learning Cities* (GNLC) en donde se visibilizan proyectos llevados a cabo para una futura cooperación conjunta entre ciudades.

De la consideración del concepto de *Lifelong Learning* o Aprendizaje a lo largo de la Vida podemos mencionar las estrategias que se están llevando a cabo en nuestro país (España). El Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, a través de la Subdirección General de Aprendizaje a lo Largo de la Vida, ha creado el “Plan Estratégico de Aprendizaje a lo Largo de la Vida” (2014) que incluye los objetivos que hemos mencionado de la UNESCO. Así,

establece prioridad en grupos de interés como los jóvenes y ancianos, resalta la importancia de la recolección de datos y las técnicas de evaluación con indicadores para la medida de resultados, el desarrollo de competencias para conseguir una ciudadanía activa, y el desarrollo personal de todos los que forman parte de la sociedad en general. En el caso español, debemos resaltar, además, la publicación de la Ley Orgánica 3/2018, 5 diciembre, de Protección de Datos Personales y Garantía de los Derechos Digitales (2018), en cuyo Título X, se hace referencia, por primera vez, a la alfabetización como un derecho digital.

Por otra parte, las Comunidades Autónomas también han establecido sus planes de acción sobre alfabetización como parte importante del concepto de aprendizaje a lo largo de la vida. La Comunidad Autónoma de Andalucía creó el “Plan ALBA” (2011) para establecer una política de alfabetización digital en la Región, implantando la Certificación de competencias informáticas y de la información, y el Programa “Andalucía Compromiso Digital” (ACD) para los refugiados. Otro ejemplo es la Comunidad Autónoma del País Vasco, que publicó la Ley 1/2013 de aprendizaje permanente (2013), en la que se menciona el aprendizaje a lo largo de la vida como un derecho de la ciudadanía vasca, en su triple tipología de aprendizaje (formal, no formal e informal). Esta ley hace énfasis en cuestiones como el acceso al trabajo, la integración social y la preparación para el envejecimiento activo de las personas adultas. Es interesante también destacar de esta ley la consideración de los llamados “Servicios de información y orientación”, entre los que menciona a las bibliotecas como instituciones de cooperación con otras para conseguir estos objetivos.

Otros instrumentos muy interesantes para el desarrollo del concepto de Alfabetización son los estudios de prospectiva que elaboran los diferentes organismos a nivel nacional y global como estrategia fundamental para el futuro. De este modo, en España podemos hablar del informe titulado “Prospectiva 2020” (GRUPO 2013) cuyo punto 8 relaciona la educación, aprendizaje y habilidad con la misión de la biblioteca y su aplicación práctica, sugiriendo acciones para llevar a cabo procesos de diversos tipos de alfabetización, a la vez que considera el aprendizaje como un servicio más de la biblioteca. El Aprendizaje a lo largo de la vida como estrategia fundamental para el futuro también lo encontramos en el informe de prospectiva de la IFLA (2013) en el que su apartado “ambiente tecnológico” menciona, como elementos clave de futuro, la educación global y móvil. Este punto consiste en la disponibilidad de recursos educativos en línea y los *Massive Open Online Courses* (MOOCs), la preservación de contenidos locales, patrimonio cultural y digital, el acceso igualitario a la información y lucha contra la censura en internet, el respeto a los derechos de propiedad intelectual, la figura del bibliotecario como intermediario (soporte, co-estudio, tutor), y el crecimiento de la participación de los ciudadanos en el universo digital.

Otros trabajos de este tipo ayudan a definir el concepto de aprendizaje a lo largo de la vida en general y de alfabetización en concreto. Es el caso del estudio de la Federación Española de Sociedades de Archivística, Biblioteconomía, Documentación y Museística (FESABID), elaborado por su Grupo de Trabajo de Identidad y Posicionamiento Profesional, sobre el perfil del consumidor de información en España (FESABID2014) respecto a las tendencias en consumo de información global y la relación de los profesionales con el sector de la información. En este estudio aparecen los puntos principales que caracterizan en general a este consumidor español de información independientemente del segmento de edad o laboral al que pertenezca:

- Son usuarios intensivos en redes sociales;
- Hacen blogs sobre todo para su proyección personal;
- Se mantienen conectados a datos y publicaciones online para su trabajo;
- Usan las redes sociales para conexiones con amigos;
- Son adictos a las redes sociales para mantenerse informados;
- Su uso es inmediato, visual, simple, y gratuito;
- Conceden gran relevancia a las opiniones de los demás;
- Se entremezclan la vida personal y profesional en la conexión a internet;
- Se superan las barreras de inseguridad.

Estas características resultan muy valiosas para conocer qué tipo de alfabetización se debe priorizar y, en general, qué acciones previsibles deben llevarse a cabo por parte de las diferentes instituciones, como ya hemos mencionado anteriormente y, en definitiva, para encontrar una definición de alfabetización más amplia y actual acorde con las características sociales e informacionales de los ciudadanos para una sociedad democrática.

2.1. Caos terminológico: del concepto de Multiliteracy al de New Media Literacy

Haciendo una evolución en el tiempo podemos considerar varios conceptos y términos relacionados con el aprendizaje a lo largo de la vida y a la alfabetización en general. De este modo, podemos partir de la definición que establece Cristóbal Pasadas (2010) de Multialfabetización (*Multiliteracy*), como el conjunto de todas las alfabetizaciones en cualquier situación de la vida diaria y a cualquier edad de una persona. Según este autor, la definición incorpora, para cualquier acción, cualquier tipo de soporte y lenguaje, y la

persona aprende según su personalidad y contexto, aplicando un modelo en el que se encuentran presentes cinco enfoques: representacional, educacional, social, organizacional, intertextual e ideológico. Esta multialfabetización comprende la alfabetización informacional, digital, básica, mediática, jurídica, tecnológica, multicultural, emocional sobre cualquier asunto o materia, en un aprendizaje autónomo de acuerdo a un nivel y exigencia, donde la biblioteca actúa como vínculo entre el aprendizaje y la persona, y cuya finalidad es fundamentalmente crear ciudadanos libres y críticos. Por su parte, Sánchez-García y Yubero (2015) establecen una nueva tipología de alfabetizaciones: informacional, en la búsqueda de información, digital en el uso de nuevos recursos y tecnologías, y mediática en las nuevas formas de participar y comunicar en la red. Sturges y Gastiner (2012) establecen otra tipología de alfabetizaciones interesante en su evolución, acorde con las necesidades de la nueva sociedad: mediática, o la interpretación de la información recibida por los medios de comunicación; informática, o la formación en usos de programas informáticos y aplicaciones del ordenador; digital, para el uso de la tecnología digital y los móviles; alfabetización web o la interpretación del contenido en la web. A esta tipología añaden, la alfabetización cívica, o la interpretación de mensajes y propaganda ideológica y política; y la alfabetización crítica, o la adquisición de capacidad crítica para entender el contenido, contexto e ideología de una determinada noticia, texto o idea. Para esto, proponen un nuevo término “alfabetización informacional crítica”.

Llegados a este punto, queremos detenernos en los conceptos de alfabetización mediática e informacional, y en el de *New Media Literacy*, por considerar que están relacionados con más intensidad con lo que vamos denominar alfabetización crítica.

Gutiérrez y Tyner (2012) se refieren a la alfabetización mediática o digital como aquella que se dedica a la educación en los medios, lo audiovisual, lo digital, lo multimodal. Para estos autores, la alfabetización mediática supone la capacidad de obtener una comprensión y crítica de la naturaleza de los medios de comunicación de masas, y el objetivo es capacitar para un uso crítico de las nuevas tecnologías. Reconocen la existencia de una confusión terminológica, como ya hemos visto en otros autores, e identifican dos campos convergentes o tendencias que son las alfabetizaciones mediática e informacional. Aún así, establecen alguna diferencia entre ambas, por la que la alfabetización digital está más relacionada con la tecnología y la alfabetización mediática con la presencia de los medios en nuestra sociedad. Consideran la alfabetización crítica una característica fundamental de ambas alfabetizaciones. En opinión de estos autores, la alfabetización del siglo XXI se caracteriza por ser mediática, digital, multimodal, crítica y funcional.

Respecto al concepto de este tipo de alfabetizaciones mediática e informacional, encontramos dos posturas interesantes. La primera de ellas, se refiere a la “postura integradora”

de la UNESCO (Gutiérrez y Tyner 2012), que comprende nuevas dimensiones de la alfabetización: la mediática, o la importancia de los medios de comunicación; la digital, o el manejo de la información digitalizada; y la multimodal, o la habilidad para combinar imagen, texto, sonido. La característica resultante de esta unión nos lleva a lo que se ha denominado “pensamiento crítico”. Por otra parte, la propuesta de la OCDE (García Moreno y Hernández-Pérez 2010) habla de tres dimensiones: la dimensión de la información, la fuente y el producto; la dimensión de la comunicación, colaboración e interacción virtual; y finalmente, la dimensión ética e impacto social, o la implicación social, económica, cultural, que nos conduce igualmente al pensamiento crítico. En Europa, la llamada “Carta Europea para la Alfabetización Mediática” (2005) surge, por parte de las organizaciones adheridas, para apoyar el establecimiento de la información mediática en todo el continente, respaldar una definición específica, comprometerse a tomar medidas para su desarrollo y crear redes europeas de trabajo.

Finalmente, debemos tomar en consideración el concepto de *New Media Literacy* que aparece bien definido por Borges y Marzal (2017). Estos autores se refieren a este término como la unión de alfabetización informacional, el conocimiento y uso de fuentes de información por una persona pero sin ser productora; la alfabetización digital o mediática, por la cual una persona crea, distribuye contenidos y los comunica; y el consumo y producción de información generada en medios sociales.

En consecuencia, según estos autores, se necesitan nuevas competencias de aprendizaje:

- Capacidad crítica sobre el contenido de los medios de comunicación de masas;
- Interacción entre las personas;
- Comunidades virtuales de aprendizaje;
- Lectura colaborativa;
- Capacidad de participar interactivamente y críticamente en ambientes mediáticos;
- Enlazar los valores éticos y sociales con la construcción crítica de contenidos.

Así pues, el objetivo de la alfabetización informacional, continuando con la explicación de Borges y Marzal (2017), es la competencia crítica, es decir, crear un consumidor crítico en la comprensión de tipos y formatos de información, el ejercicio del análisis crítico en estos diferentes tipos y formatos de información, y la evaluación de información digital, sin ser necesaria la creación de contenidos. Sin embargo, la alfabetización digital crea un ciudadano crítico en los contenidos que consume y en su comunicación, con competencias en comunicación, creación de contenidos, y relaciones con otras personas. Y en este contexto surge una serie de competencias que los autores denominan “nueva lectura”, es

decir, una lectura colaborativa, que crea conocimiento asociativo relacionado con espacios digitales, y un aprendizaje descentralizado en la creación de las llamadas comunidades digitales de aprendizaje como espacios abiertos para el aprendizaje. Este nuevo concepto de alfabetización le da a la persona la capacidad de participar en ambientes mediáticos de manera crítica y en la creación de contenidos, donde los valores sociales y éticos están siempre presentes.

3. Alfabetización crítica y lectura crítica

Los conceptos y términos analizados anteriormente nos llevan a una nueva alfabetización denominada “Alfabetización crítica”. Según Serrano de Moreno y Madrid de Forero (2007), este término se considera una característica de la alfabetización mediática y digital que consiste básicamente en la capacidad de desempeñar funciones sociales como miembro de una comunidad en el contexto de una determinada cultura. Igualmente, ayuda a comprender la realidad, cuestionar los valores dominantes, descubrir intenciones e ideologías en diversos productos culturales, y conseguir la capacidad del compromiso crítico con textos y tecnologías para la interpretación social de la realidad.

Así, los componentes de la alfabetización crítica, de acuerdo con Kendall y McDougall (2012), nos dirigen hacia la capacidad de descifrar el código de los textos, participar en la comprensión de significados; usar textos en variados contextos culturales y sociales; y a analizar críticamente los textos, con una cualidad extremadamente importante, en su opinión, que es el énfasis en la idea de que los textos no son ideología neutral sino que representan las ideas del autor. De acuerdo a estos autores, por tanto, un proyecto de alfabetización crítica abarcaría, además del aspecto tecnológico, el texto o textos elegidos y su análisis con unos parámetros de seguimiento: la forma en que el texto y persona conectan, la influencia en la identidad del individuo fuera y dentro de la red, el análisis del lenguaje, y la atribución de significado al texto y a la persona misma.

En la línea que acabamos de explicar, destacan proyectos europeos sobre educación crítica, como el llamado “Educaunet” sobre educación para los riesgos asociados a internet para jóvenes de 8 a 18 años, llevado a cabo durante la década del 2000, en el que participó Portugal junto a otros 6 países europeos, en concreto, desde la Universidad del Algarve (Reia-Baptista 2006). Este proyecto consistió en elaborar un kit de materiales pedagógicos para investigar sobre los hábitos de los jóvenes en este nuevo contexto. Uno de estos países participantes, Bélgica, ha seguido desarrollando interesantes proyectos, como el llevado a cabo por la Universidad de Lovaina (Fastrez, Thibault, Bilhl y T’Kint 2019), para países de lengua francófona, sobre la capacidad de los jóvenes para acceder a

los medios, comprender y evaluar críticamente los contenidos y crear mensajes en varios contextos. Igualmente, de otro de los países participantes en este tipo de proyectos europeos, Francia, podemos obtener ejemplos interesantes. En el sitio web del Ministère de l'Éducation Nationale et de la Jeunesse, llamado "Éduscol" (2019), puede encontrarse una selección de sitios especializados de cuestiones de interés educativo en diferentes medios, sobre aspectos legales y actitud responsable y cívica, o sobre herramientas y uso de internet. Además, se encuentra todo tipo de informes, por ejemplo, sobre los beneficios de la lectura digital para familias vulnerables en lugares de crisis, realizado en 2019, o el informe de la UNESCO sobre lectura en la era *mobile* de 2010, entre otros. En este país se habla de un neologismo "Illectronisme" (Desjardins, 2000) para referirse a la falta de conocimiento sobre el uso de los recursos electrónicos, su práctica y el contenido y verificación de la información. Relacionado con este segundo punto, destaca igualmente el informe sobre las *Fake News* y la alfabetización crítica realizado por la Commission on *Fake News and the Teaching of Critical Literacy in Schools*, en el Reino Unido (Fake 2018). Partiendo de una definición de alfabetización digital, se explica el papel de la alfabetización crítica y cómo deben desarrollarse herramientas para que los niños sean capaces de identificar las *fake news* y su impacto en la sociedad.

Las organizaciones no lucrativas también cumplen un papel importante respecto a este concepto de alfabetización crítica. ONDULA (2019) tiene como objetivo principal promover el pensamiento crítico, creativo y ético de la cultura digital en familias y en la infancia y juventud. Para ello, desarrolla diversos materiales y publicaciones, entre las que destacan una "Guía de alfabetización digital crítica", que anima a acercarse a la cultura digital de una forma muy comprensible y pedagógicamente muy buena, y un manual sobre "Educación Digital Crítica" que recoge un método educativo para poner en práctica los temas desarrollados en esta guía.

Finalmente, partiendo de este nuevo tipo de alfabetización denominada Crítica, podemos definir el concepto de "Lectura Crítica". Según Serrano de Moreno y Madrid de Forero (2007), una persona que lee, desde una perspectiva crítica, debe llegar al sentido profundo del texto y sus ideas, no aceptando las ideas sin discutir, sino con reflexión; prestando atención a las palabras y los enunciados; cuestionando imprecisiones u opiniones contrarias; identificando los diferentes puntos de vista; contrastando con otras alternativas accediendo para ello a otras informaciones; eligiendo las ideas que están de acuerdo con sus ideas y valores; conociendo y manejando el lenguaje para esto; y encontrando el modo de participar en sociedad. Por tanto, para estos autores, la alfabetización crítica consiste en descifrar el código de los textos, participar en la comprensión de los significados, usar textos en diferentes contextos culturales y sociales y analizar críticamente

transformando su significado, teniendo en cuenta que los textos siempre representan puntos de vista particulares.

Son varios autores los que contribuyen a clarificar este concepto. Raffino (2019) parte del concepto de lectura crítica para ofrecer una serie de ejemplos simples y claros para su entendimiento. Sánchez (2017) se refiere a la importancia de la lectura y su comprensión como punto de partida para el desarrollo del pensamiento crítico, y proporciona herramientas para que el lector lo consiga. Alvarado-Miquilena (2012) establece una diferencia entre lectura crítica y pensamiento crítico. Esta autora define lo primero como la búsqueda de la relectura de textos o mensajes individuales para identificar categorías de discusión, mientras que en el segundo caso, se trata de aprender a pensar de manera autónoma en la creencia de que son las estrategias de interpretación las que apuntan al pensamiento crítico.

Igualmente, podemos citar ejemplos de tipos de lectura crítica en diversos ámbitos o contextos. De este modo, Fainhola (2003, 2006) dedica varios de sus artículos a definir la lectura crítica en internet y establecer diferentes propuestas de lectura y evaluación de recursos para ello. Delgado (2018) diseña un programa de lectura crítica en internet para jóvenes con discapacidad intelectual. Díaz Portillo (2008) elabora una guía práctica de lectura crítica de artículos científicos originales en ciencias de la salud a partir de la evaluación de las diferentes partes del texto. Ebevidencia.com (2019) crea un club de lectura crítica colaborativa para profesionales de la enfermería. Salamanca y Sánchez (2013), elaboran un elenco de preguntas para la lectura crítica de los métodos cualitativos de investigación, o Méndez, Arbeláez, Espinar, Gómez y Serra (2014) establecen un estado de la cuestión sobre la lectura crítica en la educación superior.

4. La responsabilidad de los bibliotecarios sobre la alfabetización crítica

La Declaración IFLA sobre alfabetización digital, del 18 de agosto de 2017 (IFLA 2017), se refiere a la alfabetización mediática e informativa como un todo, siguiendo el concepto integrador de la UNESCO que ya hemos mencionado con anterioridad. Este documento define la alfabetización digital como la capacidad de aprovechar las herramientas digitales, el uso de la tecnología y funcionamiento de internet, con sobrados conocimientos éticos y legales. Por este motivo, se requieren habilidades de alfabetización mediática e informacional y, en consecuencia, crítica, en un proceso de aprendizaje permanente para corregir, sobre todo, la disminución de la confianza en internet, por ejemplo, en el aumento de las noticias falsas o los comportamientos antisociales en la red. IFLA insiste en

el compromiso institucional y ético de las bibliotecas para ayudar a los usuarios a acceder a información fiable y auténtica. Considera que debe existir un servicio obligatorio en las bibliotecas para esto y que los gobiernos deben promoverlo como un derecho y asegurar el aprendizaje desde las bibliotecas. Por otra parte, esta Declaración se opone a la censura o bloqueo de contenidos en línea de manera discriminatoria, comprometiéndose con la libertad de expresión.

La alfabetización crítica, como resultado de las alfabetizaciones mediática y digital, se considera esencial para alcanzar los objetivos de la Agenda 2030 de la ONU. La Declaración de IFLA sobre las noticias falsas (IFLA2018), como así aparece en el documento, insta a los gobiernos a no aprovechar la situación para restringir información con la excusa de las noticias falsas y limitar la libertad de expresión de forma injustificada, pero también a invertir en programas de alfabetización informacional y mediática con el componente crítico, apoyar la investigación sobre estas cuestiones y trabajar en colaboración para fomentar el valor de la información digital. Desde el punto de vista de la acción, IFLA propone dar a conocer todos aquellos ejemplos que se dan en bibliotecas de todo el mundo sobre estos aspectos y ella misma está diseñando materiales para ayudar a su comprensión y aportar soluciones, como es el caso de la infografía titulada “Real Solutions to Fake News: How Libraries Help” (IFLA2017). Merece la pena destacar el manual que publica UNESCO (2019) sobre este asunto y el texto sobre el papel de las bibliotecas en un mundo de noticias falsas (Alonso-Arévalo y Martín 2019). Igualmente, el trabajo de Courtney (2017) sobre la colaboración entre periodistas y bibliotecarios en instituciones de educación superior en Irlanda en la era de las *fake news*.

Además del apoyo de IFLA, son muchos los ejemplos de otras organizaciones que colaboran para la cooperación con las bibliotecas en los diversos tipos de alfabetización. Worldreader (2019) es una organización sin ánimo de lucro (ONL) comprometidos con la lectura global y especialmente con 4 de los ODS de la Agenda 2030: el 4 (educación de calidad), 5 (igualdad de género), 10 (reducir la desigualdad), y 16 (paz, justicia e instituciones fuertes). Desarrolla un programa de lectura en bibliotecas que consiste en proporcionar a las bibliotecas públicas y comunitarias productos de lectura digital según las necesidades potenciales de los lectores, centrándose en contenidos locales y en la formación de los bibliotecarios para la gestión de proyectos de lectura digital. La Fundación Germán Sánchez Ruipérez, tiene una larga tradición en España de investigación en lectura y bibliotecas. En su proyecto “Territorio Ebook” (2019) analiza el impacto del trabajo bibliotecario en la comprensión y motivación de la lectura en internet en lectores digitales de diferentes segmentos de edad, y la experimentación de modelos de club de lectores híbridos.

Otros proyectos de colaboración entre instituciones merecen ser destacados. El proyecto “Plataforma Nubeteca” (2019) surge de la colaboración de La Fundación Germán Sánchez Ruipérez, la Diputación de Badajoz y empresas como ODILO en el marco de *Interreg* Europa(España-Portugal). Consiste en un proyecto de plataforma para lectura colaborativa en el impulso del libro digital y la formación y motivación de lectores “nubetecos”. El papel de las bibliotecas públicas es precisamente mantener estos Clubes Nubetecos de lectura digital en bibliotecas. Otros proyectos llevados a cabo en bibliotecas públicas resultan igualmente interesantes. La Biblioteca Pública de Cuenca (2019) en España, organiza los talleres llamados “Familias Conectadas”, en los que participan padres, hijos y educadores con el objetivo de favorecer el buen uso de las tecnologías y encontrar soluciones fáciles a problemas concretos. El proyecto “Eliburutegia” (Pulgar 2015), es una apuesta del Gobierno Vasco de España por el mundo del libro digital y las bibliotecas. Consiste en un servicio de lectura que ofrecen las bibliotecas de la Red de Lectura Pública de Euskadi a través de una plataforma de contenidos digitales de uso en varios dispositivos. La participación de las bibliotecas escolares la encontramos en Extremadura a través de su Plan de Educación Digital de Extremadura y el proyecto “Innovated” (2014) para centros educativos sostenidos con fondos públicos, por el que “Librarium”, una biblioteca digital está disponible en estos centros para desarrollar programas innovadores de lectura y uso de nuevas tecnologías.

5. Conclusiones

Como conclusiones a este trabajo, podemos decir que el pensamiento crítico es un elemento esencial que debe formar parte, en la actualidad, de los proyectos, planes y políticas de los diferentes gobiernos e instituciones a nivel local, regional, nacional e internacional, ya que se encuentra relacionado con el aprendizaje a lo largo de la vida (*lifelong learning*) y constituye un componente esencial de todos los tipos de alfabetizaciones que abarca este concepto, en especial, de la alfabetización crítica, tal y como hemos dado a conocer por las diferentes organizaciones implicadas y los diferentes estudios y ejemplos propuestos.

La alfabetización crítica se encuentra presente en toda esta tipología de alfabetizaciones, que han ido surgiendo como consecuencia de la evolución de la sociedad, pero muestra un interés relevante en las alfabetizaciones mediática y digital, al estar implicados los medios sociales. La lectura crítica, como objeto de la alfabetización crítica, cobra especial importancia en este contexto, debido a las especiales características que toma esta en el entorno digital.

Finalmente, no se cuestiona la importancia de las bibliotecas en la promoción de la alfabetización en general y en la alfabetización crítica en particular. La responsabilidad de los bibliotecarios se manifiesta en los documentos de IFLA, en su lucha por el acceso a una información veraz y fiable, contra la censura y a favor de la libertad de expresión, componentes éticos fundamentales en ejemplos como el de las “noticias falsas”. Esta responsabilidad se hace patente en la importancia de los proyectos de colaboración de las bibliotecas con diferentes organizaciones e instituciones que en la actualidad se están llevando a cabo para contribuir, en general, a la adaptación a la cultura digital y, en particular, a la alfabetización y aprendizaje a lo largo de la vida.

Bibliografía

- ALONSO-ARÉVALO, Julio, y Sonia Martín Castilla. 2019. “El papel de las bibliotecas en un mundo de noticias falsas”. *DesiderataLab*. <https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/139437/Noticias%20Falsas.%20DESIDERATA.pdf?jsessionid=F6D0B9BF6A6EC2A660B875162D171ABA?sequence=1>.
- ALVARADO-MIQUILENA, Morella C. 2012. “Lectura crítica de medios: una propuesta metodológica”. *Comunicar* 20 (39): 101-108. <https://www.revistacomunicar.com/index.php?contenido=detalles&numero=39&articulo=39-2012-12>.
- Biblioteca Pública de Cuenca. 2019. *Familias conectadas*. <http://reddebibliotecas.jccm.es/intra-bibl/index.php/actualidad/actividades-culturales/item/6522-talleres-familias-conectadas-en-la-bpe-de-cuenca>.
- BORGES, Jussara, y Miguel Ángel Marzal García-Quismondo. 2017. “Competencias en información y en comunicación: desarrollo conceptual a partir de la New Media Literacy”. *Revista Interamericana De Bibliotecología* 40 (1) (enero-abril): 35-43. https://www.researchgate.net/publication/318694259_Competencias_en_informacion_y_en_comunicacion_desarrollo_conceptual_a_partir_de_la_New_Media_Literacy.
- Carta europea para la alfabetización mediática*. 2005. <http://www.Euromedialiteracy.eu>.
- Comisión de las Comunidades Europeas. 2000. *Memorándum sobre el aprendizaje permanente*. <https://uil.unesco.org/i/doc/lifelong-learning/policies/european-communities-a-memorandum-on-lifelong-learning.pdf>.
- COURTNEY, Isabelle. 2017. *In a era of fake news information literacy has a role top lay in journalism education in Ireland: an exploratory study of journalism and media faculties and the interactions with their academic libraries*. Dublin: MSc, Information and Library Management Dublin Business School. https://esource.dbs.ie/bitstream/handle/10788/3303/msc_courtney_i_2017.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

- DELGADO HERRERA, Pedro, Vicenta Ávila Clemente, Inmaculada Fajardo Bravo y Ladislao Salmerón González. 2018. "Un programa de formación en lectura crítica en internet para jóvenes con discapacidad intelectual". *Revista Española de Discapacidad*, 6 (II): 229-245. https://www.cedd.net/redis/index.php/redis/article/view/514/pdf_127.
- DESJARDINS, Jérémie. 2000. "Les bibliothèques contre l'Illectronisme". *Bulletin des Bibliothèques de France*. <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-2000-04-0120-006>.
- DÍAZ PORTILLO, Jacobo. 2008. *Guía práctica de lectura crítica de artículos científicos originales en Ciencias de la Salud*. Instituto Nacional de Gestión Sanitaria, 2008. https://www.sepeap.org/wp-content/uploads/2015/06/Guia_practica_de_lectura.pdf.
- EBEVIDENCIA. 2019. *Club de lectura crítica colaborativa*. Ebevidencia.com. <https://ebevidencia.com/club-de-lectura-critica-colaborativa>.
- Éduscol: *éducation aux médias et à l'internet*. 2019. Ministère de l'Education Nationale et de la jeunesse. https://eduscol.education.fr/numerique/dossier/competences/education-aux-medias/@@document_whole.
- ESPAÑA. 2018. *Ley Orgánica 3/2018 de 5 de diciembre de Protección de Datos Personales y Garantía de los Derechos Digitales*. BOE, n.294, 6 del 12. <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2018-16673&p=20181206&tn=2>.
- FAINHOLA, Beatriz. 2003. "Lectura crítica en internet". *Lectura y vida*. http://www.lecturayvida.fahce.unlp.edu.ar/numeros/a26n2/26_02_Fainholc.pdf.
- FAINHOLA, Beatriz. 2006. "La lectura crítica en internet: evaluación y aplicación de sus recursos". *Comunicar* 26: 155-162. <http://rabida.uhu.es/dspace/bitstream/handle/10272/1274/b1528024x.pdf?sequence=1>.
- Fake news and Critical Literacy: the final report of the Commission on Fake News and the Teaching of Critical Literacy in Schools*. 2018. London: National Literacy Trust. 2018. <https://literacytrust.org.uk/research-services/research-reports/fake-news-and-critical-literacy-final-report/>.
- FASTREZ, Pierre, Philippette Thibault, Julia Bihl y Alice T'kint. 2018. *The Media Literacy of Adolescents (13-15 years old): Information search and multimedia creation (2018-2022)*. <https://uclouvain.be/en/research-institutes/ilc/grems/recherches.html>.
- FESABID. Grupo de Trabajo de Identidad y Posicionamiento profesional sobre el perfil del consumidor en España. 2014. *Tendencias y oportunidades en el consumo de información en la era digital*. <http://www.fesabid.org/sites/default/files/images/fesabid/IlibreFesabid021117.pdf>.
- GARCÍA-MORENO, María Antonia, y Tony Hernández-Pérez. 2010. "Los retos de la alfabetización informacional en las bibliotecas: guía para supervisar la brecha entre nativos e inmigrantes digitales". *Prisma.com* 13. https://eprints.ucm.es/12139/1/retos_alfin_biblioteca.pdf.

- Grupo Estratégico para el estudio de prospectiva sobre la biblioteca en el nuevo entorno informacional y social. 2013. *Prospectiva 2020: las diez áreas que más van a cambiar en nuestras bibliotecas en los próximos años*. Madrid: Consejo de Cooperación Bibliotecaria. <http://travesia.mcu.es/portalnb/jspui/handle/10421/7460>.
- GUTIÉRREZ, Alfonso, y Kathleen Tyner. 2012. Educación para los medios, alfabetización mediática y competencia digital. *Comunicar* 19 (38): 31-39. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15823083005>.
- IFLA. 2004. *The role of libraries in lifelong learning. Final report of the IFLA project under the Section for Public Libraries*. <http://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/lifelong-learning-report-2004.pdf>.
- IFLA. 2013. *¿Surcando las olas o atrapados en la marea? Navegando en el entorno en evolución de la información. Percepciones del Trend Report*. https://trends.ifla.org/files/trends/assets/ifla-trend-report_spanish.pdf.
- IFLA. 2015. *Las bibliotecas y la implementación de la Agenda 2030 de la ONU: programa de acción para el desarrollo a través de las bibliotecas*. IFLA/ALP. <http://www.ifla.org/ES/libraries-development>.
- IFLA. 2017. *Declaración de IFLA sobre Alfabetización Digital*. <https://www.ifla.org/publications/node/11586>.
- IFLA. 2017. *Real solutions to Fake news: How Libraries Help*, 2017. <https://www.ifla.org/FR/node/11584>.
- IFLA. 2018. *Declaración de IFLA sobre noticias falsas*. <https://www.ifla.org/files/assets/faife/statements/ifla-statement-on-fake-news-es.pdf>.
- Innovated: Plan de Educación Digital de Extremadura*. 2014. Extremadura: Consejería de Educación y Empleo. <http://bibliotecasescolares.educarex.es/innovated/>.
- KENDALL, Alex, y Julian Mcdougall. 2012. Alfabetización mediática crítica en la postmodernidad. *Comunicar* 19 (38): 21-29. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15823083004>.
- MÉNDEZ, Juan Camilo, Diana Cristina Arbeláez, Carolina Espinar, Jair Arturo Gómez y Camilo Serra. 2014. "La lectura crítica en la educación superior: un estado de la cuestión". *Revista Virtual Universidad Católica del Norte* 41 (febrero-abril): 4-18. <http://revistavirtual.ucn.edu.co/index.php/RevistaUCN/article/view/461/983>.
- Ondula. *La tecnología es para las personas*. 2019. <https://ondula.org/>.
- PAÍS VASCO. 2013. *Ley 1/2013, de 10 de octubre, de Aprendizaje a lo Largo de la Vida*. Boletín Oficial del País Vasco. 199.
- PASADAS, Cristóbal. 2010. "Multialfabetización, aprendizaje a lo largo de toda la vida y bibliotecas". *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios* 98-99 (enero-junio): 11-38.

- Plan Alba*. Junta de Andalucía. 2011. http://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/Plan_ALBA_29_09_11_0.pdf.
- Plan Estratégico de Aprendizaje a lo Largo de la Vida 2014-2020*. 2014. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. Subdirección General del Aprendizaje a lo Largo de la Vida. <https://sede.educacion.gob.es/publiventa/plan-estrategico-de-aprendizaje-a-lo-largo-de-la-vida/ensenanza/20676>.
- Plataforma Nubeteca: proyecto biblioteca digital*. 2019. Diputación de Badajoz. <https://www.dip-badajoz.es/cultura/ceex/index.php?cont=nubeteca>.
- PULGAR, Francisca. 2015. *eLiburutegia: la apuesta del gobierno vasco por el mundo del libro digital*. Novagob. <https://red.novagob.org/eliburutegia-la-apuesta-del-gobierno-vasco-por-el-mundo-del-libro-digital/>.
- RAFFINO, María Estela. 2019. *Concepto de lectura crítica*. <https://concepto.de/lectura-critica/>.
- REIA-BAPTISTA, Vítor. 2007. "Hacia una alfabetización en medios: ejemplos en contextos de habla portuguesa". *Comunicar* 28: 25-31.
- SALAMANCA CASTRO, Ana Belén, y Sara Sánchez Castro. 2013. "Lectura crítica de estudios cualitativos (II): preguntas para la lectura crítica". *NURE investigación* 66 (septiembre-octubre). <http://www.nureinvestigacion.es/OJS/index.php/nure/article/view/649/638>.
- SÁNCHEZ PRADO, Germán. 2017. "La importancia de la lectura en el desarrollo del pensamiento crítico". *Blog Vicens Vives*. <https://blog.vicensvives.com/la-importancia-de-la-lectura-en-el-desarrollo-del-pensamiento-critico/>.
- SÁNCHEZ-GARCÍA, Sandra, y Santiago Yubero. 2015. "Función social de las bibliotecas públicas: nuevo espacio de inserción social". *El Profesional de la Información* 24 (2) (mayo-abril): 103-111.
- SERRANO DE MORENO, Stella, y Alix Madrid de Forero. 2007. Competencias en lectura crítica. Una propuesta para la reflexión y la práctica. *Acción Pedagógica* 16 (enero-diciembre): 58-68.
- STURGES, Paul, y Almuth Gastiner. 2012. "La alfabetización informacional como derecho humano". *Anales de Documentación* 15 (1). <https://doi.org/10.6018/analesdoc.15.1.147651>. <http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/147651>.
- Territorio E-Book: investigación sobre lectura digital*. 2019. Fundación Germán Sánchez Ruipérez. <https://cds.fundaciongsr.org/portfolio-items/territorio-ebook/>.
- UNESCO. Instituto para el Aprendizaje a lo Largo de la Vida. 2015. *Directrices para la creación de ciudades del aprendizaje: red mundial de Ciudades del Aprendizaje de la UNESCO*, UIL/ME/H/6.
- UNESCO. Instituto para el Aprendizaje a lo Largo de la Vida. 2016. *Notas sobre política n.6 del UIL: aportes de las bibliotecas para contribuir a las iniciativas nacionales de alfabetización*. UIL/PI/H/38.

UNESCO. 2019. *Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368647?fbclid=IwAR1ltj8iF00MPv69hOx4WVviYAHzMUIp8VoYIT0Mepi_TYL_utbV5xlgnnEk.

WORLDREADER. 2019. *Why Reading*. <https://www.worldreader.org/why-reading/>.

Vária

O espírito da Expedição Langsdorff, diplomacia científica e a identidade cultural brasileira*

R. P. Alencar** | P. R. de Macedo-Soares***

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 38 (2019): 125-155. ISSN 0870-4546

DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.5511>

Resumo

Este artigo recorda os principais aspectos e motivações da Expedição Langsdorff, missão de reconhecimento do interior do Brasil iniciada em 1821, composta pelo cônsul russo barão Langsdorff, o pintor alemão Moritz Rugendas, Aimé-Adrien Taunay, Nicolas-Antoine Taunay, o polígrafo Hercules Florence e o especialista em mapas Néster G. Rubtsov. Busca diferenças entre esta expedição e iniciativas outras, a título de exemplo, as dos bandeirantes e jesuítas, bem como a expedição indigenista de Rondon, e propõe o aprofundamento das investigações. Apresenta atributos resgatados pela poesia brasileira contemporânea e elementos constitutivos da identidade cultural brasileira presentes na Expedição Langsdorff, os quais os autores sugerem ser relevantes para pesquisadores do tema e para a inserção do Brasil no contexto internacional político, diplomático e econômico nos tempos hodiernos.

Palavras-chave: Expedição Langsdorff, História do Brasil, expedições científicas do século XIX.

Abstract

This article reminds the main aspects and motivation of the Langsdorff Expedition, a scientific exploratory mission inward the Brazilian territory carried out in 1821 by the Russian Consul Baron Langsdorff, the German painter Moritz Rugendas, the French painters Aimé-Adrien Taunay and Nicolas-Antoine Taunay, the polygraph Hercules Florence, and the map specialist Néster G. Rubtsov. It analyses why this Expedition differs from previous initiatives, such as the Pioneers in São Paulo and the Jesuits, or such as the indigenist expedition of Marshal Rondon,

* Este artigo reflete ideias e iniciativas de seus autores, e não necessariamente posições oficiais do Governo brasileiro. Este trabalho busca estar em consonância com os valores e princípios da Política Externa Brasileira relacionados ao diálogo, à dignidade humana, ao desenvolvimento e aos direitos fundamentais do indivíduo.

** Ministério das Relações Exteriores, Brasil.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6643-0877>. E-mail: contato.anapaulaarendt@gmail.com.

*** Investigador, Brasil.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9998-3323>. E-mail: prdemacedo-soares@outlook.pt.

for instance. It presents its attributes recently recovered by contemporary Brazilian poetry and in the cultural scene, and argue one could find many constitutive elements of the Brazilian cultural identity in its registers, suggesting they may be relevant for further research, and for the international position of Brazil in politics, diplomacy and economic relations at the present time.

Keywords: Langsdorff Expedition, Brazilian History, scientific expeditions of the 19th Century.

A vida era tão breve
que poucos aceitavam
correr um risco leve
para somar-lhe algo.
O cônsul Langsdorff
cumpru ordem do czar
para o mistério do Brasil
subtrair em expedição.

“Langsdorff quis fazer
a viagem mais incisiva
de quantas somarão
as artes e as ciências.
A expedição subtraiu
do diplomata russo
mais do que rublos
e gravuras: a razão.

“Brasil: pudera desafiar
o tempo com uma espada
de luz, tivesse o gume afiado
que enfrentasse a morte
em sucessão infinita
de horas difíceis, soubera
criar o mundo em seis
dias, como um deus.

Sena 2007, 22-23.

Dos versos do poeta e diplomata Davino Ribeiro de Sena, captamos a inspiração de uma comitiva célebre do século XIX, a qual compôs a famigerada Expedição Langsdorff, uma grande missão de reconhecimento do interior do Brasil. É interessante notar que esse evento talvez tenha tido enorme peso na formulação da identidade brasileira, o que nos leva a indagar, neste artigo, sobre como seu uso no tempo presente, para se referir a uma identidade constituída historicamente, pode servir de importante referencial cultural.

Neste texto, contudo, preferimos não abordar o tema sob a discussão presente na ampla bibliografia internacional disponível sobre o tema da identidade nacional brasileira, ao menos não sob a perspectiva sociológica tradicional. Há críticas recentes no Brasil sobre as explicações essencialmente conteudísticas, as quais aspiram constituir um marco teórico, sem contudo valer-se do rigor epistemológico correspondente para alcançar um teor conclusivo. Assim procedemos com vistas a prevenir o uso fetichista do conceito e seus hiatos causais (Gusmão 2012, 196-215). De fato, relacionar de um modo causal observações sobre a Expedição Langsdorff com o processo de formação da identidade brasileira implicaria observar com maior precisão como a expedição teria se inserido nas matrizes étnicas, nas manifestações de cultura recorrentes, na rotina sociocultural que conforma o processo de urbanização, assimilação e segregação no cadinho que engendra a cultura brasileira, sempre dinâmica e diversa, conforme assinalada por Darcy Ribeiro (Ribeiro 1995), o que não é o propósito deste artigo.

Optamos, portanto, por observar os aspectos da Expedição Langsdorff pela dimensão sugerida por Max Weber, sob o que talvez possa soar de início pretensiosa: a denominação de “espírito”, “um complexo de elementos associados na realidade histórica”, unida em um todo conceptual do ponto de vista de um significado cultural. “Assim, o conceito final e definitivo não pode figurar no início da investigação, mas deve surgir ao seu término” (Weber 1989, 28). Também Hannah Arendt ressalta que dedicar-se a pensar a atividade do “espírito” se contrapõe justamente aos “códigos de expressão e de conduta convencionais e padronizados” que “têm todos a função reconhecida de nos proteger da realidade, isto é, da interpelação apresentada à nossa atenção pensante por todos os acontecimentos e factos em virtude da sua existência” (Arendt 2011, 14).

Buscamos encontrar, portanto, certos aspectos no decorrer dos registros e da análise da constituição de uma expedição específica, com vistas a identificar os aspectos que sobressaem durante a busca de descobertas sobre o território brasileiro; e pensar sobre os seus efeitos para constituir o que teria hoje significado cultural, para determinar, sob o que compreendemos ter obtido repercussão de pesquisa, o que contribuiu como uma referência para a construção de uma imagem do Brasil, dentro de um circuito identitário de uma estrutura política de grande complexidade, em permanente renovação. O problema

de enxergar historicamente e de trazer outras expedições para destacar a importância desse “espírito” de desbravamento (que inevitavelmente, ao ser concebido, define também a ideia de amplitude de um território) foi conduzido sem adentrar em uma perspectiva sociológica comparada; ao menos não da maneira da escola americana, na qual habitualmente se distingue o conceito geral de ação, sistema social e sociedade (Parsons 1969). Esse problema aparente se dissipa na relevância do próprio processo de reflexão sobre o tema, pois “o pensar aniquila as distâncias tanto temporais como espaciais. Posso antecipar o futuro, pensar nele como se já fosse presente, e posso recordar o passado como se ele não tivesse desaparecido. [...] não só as distâncias mas também o tempo e o espaço são abolidos no processo de pensar” (Arendt 2011, 98).

Nesse marco histórico de referência, analisamos então a sua conformação e o seu significado cultural, primeiramente em seu tempo; o significado que veio a ter posteriormente, por meio da segunda descoberta dos arquivos da Expedição Langsdorff, de maneira inusitada. Trazemos ao leitor referências visuais dos elementos que foram destacados recentemente por iniciativa de um importante centro cultural, antes de pressupor como o tema pode se relacionar com a formação histórica de uma identidade brasileira. Por fim, o artigo reflete sobre os significados e qualidades do Brasil trazidos à tona pela Expedição Langsdorff, os quais poderiam vir a servir como instrumento de referência para desenvolver, nas relações internacionais, a postura e identidade brasileira, bem como inspirar novas incursões culturais em um território real, simbólico ou de memória. E afinal, busca-se neste artigo registrar como comprometimento cultural uma transmissão de saber social, o qual poderá ser assumido por pesquisadores que venham a se dedicar a aprofundar e desenvolver o tema.

Na verdade, como bem assinala a acadêmica portuguesa Fernanda Cravidão nos seus conhecidos estudos que vem desenvolvendo há alguns anos sobre a obra do notável romancista português Ferreira de Castro, os geógrafos franceses do século XIX, que durante suas expedições foram também ensejando contos, poesias e crônicas, estavam já naquela época produzindo eles próprios a valorização de um espaço pela cultura, tornando o lugar um centro de análise do ser humano; com base na experiência vivida dos geógrafos se poderia decantar o entendimento sobre a paisagem, de maneira a melhor compreender as relações complexas que se estabelecem entre a população e o território, sendo ampla a vertente da geografia cultural que se dedica a explicar espaços desbravados e ficcionados pela literatura e pela arte. Compreender a formação de um “território da memória” em que a nacionalidade brasileira é construída pela diversidade e exuberância da natureza seria um alvo para teses posteriores. Algumas linhas de pesquisa específicas incluem, no Brasil, de praxe, material de uso literário em que essa memória foi construída.

Por exemplo, pode ser constatada a inclusão de obras literárias em um belo estudo de história potamográfica baseada em *O Guarani*, de José de Alencar, *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu, e *Relatos monçoeiros*, de Affonso Taunay (Oliveira 2007).

O que buscamos analisar, portanto, tem a ver com a construção de territórios reais, memoriais e simbólicos por meio do percurso artístico de uma expedição historicamente relacionada e impulsionada, de certo modo, pela presença da Missão Artística Francesa, a qual desembarcou no Brasil em 1816, para introduzir na nova capital do Rio de Janeiro o estudo das Belas Artes e das Belas Letras, liderada por Lebreton, em decorrência da transferência da Corte portuguesa para o Brasil.

A Expedição Langsdorff contudo aproveitou esse ímpeto civilizatório e artístico para canalizar um novo “espírito” científico de desbravamento, o qual se materializava nas expedições científicas de navios que à época estavam na moda, congregando grandes personalidades de seu tempo. Compuseram a empreitada que se iniciou em 1821: o próprio cônsul russo, barão Georg Heinrich von Langsdorff (1774-1852) (**Fig. 1**); Moritz Rugendas (1802-1958), pintor alemão; Aimé-Adrien Taunay, filho de um membro da Missão Artística Francesa de 1816; Nicolas-Antoine Taunay, irmão do 2.º barão de Taunay, o qual viria a se tornar professor de D. Pedro II durante a infância – esses eram os nomes de maior destaque. Compunham também a comitiva Hercules Florence (1804-1879), polígrafo que viria a se tornar pioneiro da fotografia franco-brasileira, e um especialista em mapas, Néster G. Rubtsov. Os artistas produziram obras que se tornaram lendas do repertório artístico brasileiro e até hoje nos transmitiram as cores de um Brasil virgem, diverso e abundante, observado na pureza de sua essência nativa, em cores similares às que encontramos nas obras de Debret (1768-1848), seu contemporâneo. Que elementos dessa expedição se revestiram de especial significado cultural, nas coleções e obras a seu respeito? Que aspectos poderiam servir de instrumento para as relações diplomáticas e culturais e ser particularmente ressaltados como repositório de conhecimento histórico, no contínuo processo de construção da identidade brasileira?

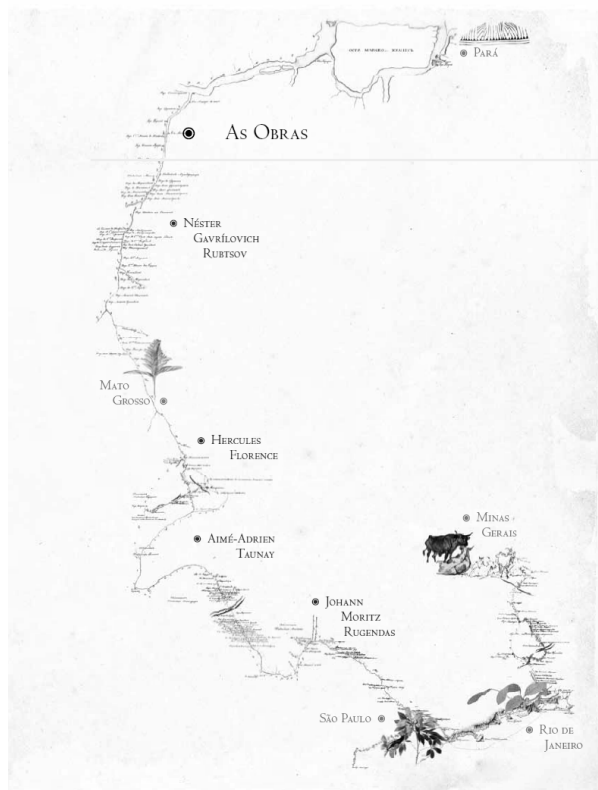


1 Barão Georg Heinrich von Langsdorff.

Fonte: *Expedição Langsdorff* [catálogo de exposição], p. 47. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2010.
Url: <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf>.

Os percursos e percalços da Expedição

Antes de cogitar a respeito das possíveis respostas, é preciso compreender melhor o objeto do estudo. A comitiva que congregou a missão científica recebeu apoio do czar Alexandre I, iniciando seu trajeto na Fazenda Mandioca, no Rio de Janeiro, e encerrando seu percurso em Belém, no Pará, tendo durado oito anos (**Fig. 2**). A expedição perfez mais de 2000 registros entre mapas, aquarelas, retratos, anotações e registros botânicos, tornando-se talvez a expedição científica mais importante daquele século. Os trabalhos de Rugendas, publicados sob o título *Viagem Pitoresca pelo Brasil*, tiveram boa recepção na Europa, pois foram elogiados pelo naturalista Alexander von Humboldt e comprados na década de 1840 pelo rei Maximiliano II da Baviera. Foram antes exibidos na Exposição Geral de Belas Artes em 1845, somados aos trabalhos de Debret, quando se abriu o evento à participação de artistas não vinculados à Escola de Belas-Artes a convite dos Taunay.



2 Itinerário da Expedição Langsdorff. Fonte: *Expedição Langsdorff* [catálogo de exposição], p. 55. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2010. Url: <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf>.

Obteve também destaque nacional do Brasil, o conjunto dos registros da Expedição Langsdorff enviados à Rússia e redescobertos em 1930 nos arquivos em um porão do Jardim Botânico de São Petersburgo, tendo sido expostos por ocasião da comemoração dos 100 anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1938; mais recentemente, em 2010, seus principais achados foram consolidados em uma exposição financiada pelo Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), a qual se instalou em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A expedição foi tema de diversos programas televisivos, séries naturalistas e até mesmo tema de escola de samba, durante a década de 1990, tendo se popularizado ao lado das grandes viagens de naturalistas do século XIX. O trabalho do CCBB tem funcionado como um excelente repositório desse material para pesquisadores e cumpriu com o dever de disponibilizar, em língua portuguesa, os aspectos mais relevantes para o desenvolvimento da historiografia, com visual inspirativo para o desenvolvimento de novos trabalhos literários, artísticos e de pesquisas futuras sobre o tema.

Conforme o sítio eletrônico e registros da família Engler no Brasil¹ (Engler 2019), em viagem pela província de São Paulo, em 1825, Langsdorff havia iniciado a organização de uma segunda expedição, em sequência à primeira:

Em Itu, conheceu Carlos Engler; que lhe sugeriu realizar a viagem pelo rio Tietê, até Cuiabá, informação esta confirmada por Hércules Florence, em seu diário. Ainda indicou algumas pessoas com as quais deveria manter contato, como Francisco Álvares de Machado e Vasconcellos, que muito o auxiliou nos preparativos. A expedição iniciou-se em 1826, partindo de Porto Feliz para o Mato Grosso. Durante todo o trajeto, a equipe enfrentou inúmeras adversidades, culminando com a perda da memória de seu líder, Langsdorff, em decorrência de inúmeras doenças tropicais. A expedição encerrou-se em Belém, no Pará, em 1829, de onde seus participantes voltaram ao Rio de Janeiro.

E nos conta ainda que “Langsdorff retornou ‘gravemente enfermo’ à Alemanha em abril de 1830, falecendo em 1852 em Freiburg, Breisgau (Becher 1990)”.

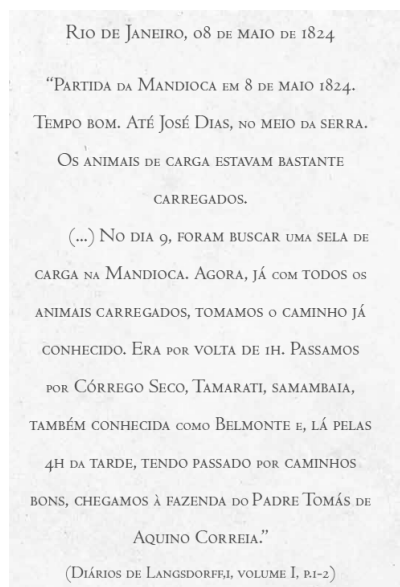
Toda a Expedição foi registrada sistematicamente nos *Diários de Langsdorff* (**Fig. 3, 4, 5 e 6**). Até então, as informações sobre a Expedição tinham como base o diário publicado por Hercules Florence². Conforme Luvizotto (2007), os diários do barão de Langsdorff são compostos de 26 cadernos de diferentes formatos e tamanhos, abrangendo 1388 páginas; e, tendo em vista terem sido escritos originalmente em caligrafia de alemão gótico, as transcrições e preparação dos textos dos diários de Langsdorff se devem ao

¹ Veja-se <http://cybellef.tripod.com/Engler/cengler/langsdorff.htm>.

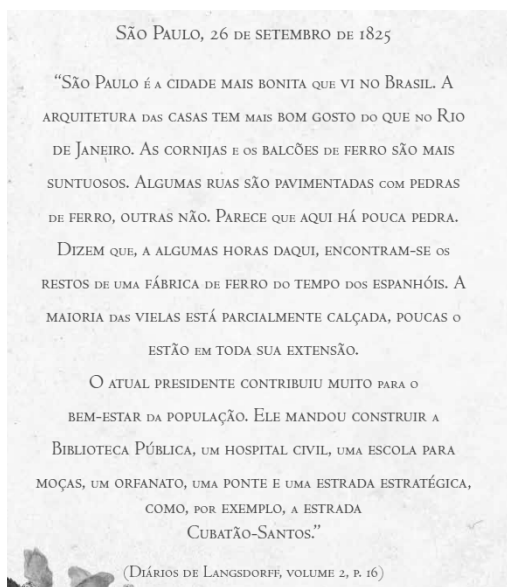
² Veja-se <https://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=15213&cat=Artigos&vinda=S>.

árduo trabalho do filólogo V. A. Egerov, de Noema Sprintsin, Maria Krutikova e Dimitrij E. Berthels. Após anos de trabalho, foram organizados e publicados em três volumes, pela FIOCRUZ, com o apoio de diversas empresas; estão disponíveis atualmente no portal SciELO Livros³ (Engler 2019).

Em 1990 foi criada a Associação Internacional de Estudos Langsdorff (AIEL), com a finalidade de trazer para o Brasil uma cópia da documentação da expedição, atualmente disponível para consulta na Casa de Oswaldo Cruz, da FIOCRUZ, no Rio de Janeiro, RJ, e no Centro de Memória da Unicamp (CMU), em Campinas, São Paulo.



3 Trecho do *Diário de Langsdorff*. Fonte: *Expedição Langsdorff* [catálogo de exposição], p. 56. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2010. Url: <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf>.



4 Trecho do *Diário de Langsdorff*. Fonte: *Expedição Langsdorff* [catálogo de exposição], p. 92. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2010. Url: <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf>.

³ Cf. <https://doi.org/10.7476/9788575412442> (Vol. 1); <https://doi.org/10.7476/9788575412459> (Vol. 2); <https://doi.org/10.7476/9788575412466> (Vol. 3).

A atualidade permanente do tema para o Brasil

Para compreender o interesse brasileiro na Expedição Langsdorff, seria importante recordar o contexto no qual surgiu o mito do intelectual-viajante na cultura luso-brasileira, à época da monarquia. José Bonifácio, por exemplo, mentor de Pedro II, iniciou sua carreira após concluir seus estudos em Coimbra, participando de um grupo que percorreu centros especializados na Europa durante dez anos para auxiliar o desenvolvimento de armas e indústrias no Reino. A missão para se debruçar sobre estudos da Geologia teria sido ideia do duque de Lafões, fundador da Academia Real de Ciências de Lisboa, a qual naquele tempo buscava aumentar seu prestígio no restante da Europa (Del Priore 2019, 5). Como nos recorda Mary del Priore:

As informações que temos sobre os 10 anos passados longe de Lisboa refletem o retrato dos ‘brasilianos’ em terras europeias: ‘gente lá de baixo’, diziam de nós os franceses. ‘Escuros e mascadores de fumo’, diziam os ingleses. ‘Selvagens de cores diferentes’, remataria Buffon, enquanto as viagens de François Coreal e R. P. Lafiteau que mencionavam o Brasil desapreciam, se comparados às leituras sobre o Oriente ou os Estados Unidos da América. (Priore 2019, 6)

A ideia de contra-arrestar um consenso negativo sobre a identidade brasileira parecia estar expressa e implícita na autorização desse tipo de missões e no interesse próprio do intelectual-viajante, ao conceber suas experiências de formação sob o ideal de se tornar alguém dentre os “homens de letras”, com vistas a construir biografias históricas relevantes; e, posteriormente, nas missões artísticas, também podemos encontrar esse mesmo espírito, pois a qualidade dos registros e o enfoque artístico romântico também visavam elogiar o que encontravam, contribuindo para reverter uma imagem negativa que se instalava com facilidade perante o vácuo ou diante da falta de informação sobre a vasta e diversa realidade territorial do Brasil. Essas viagens, para todos efeitos, não deixavam de produzir resultados e deter aspectos de uma espécie de diplomacia científica.

Da missão científica e acadêmica da comitiva da qual participou José Bonifácio, poderia-se concluir sobre a intransponibilidade de certas dificuldades em estabelecer diálogos com algumas Academias estrangeiras, talvez pelo obstáculo linguístico, mas não sem conquistas: observe-se que o périplo de Bonifácio por uma grande variedade de países incluiu resultados relevantes, passando por Paris, onde teve aula com grandes filósofos e testemunhou a Revolução Francesa; por Jena e Weimar, onde conviveu fraternalmente com Goethe e Schiller; por Tirol, Salzburgo, Caríntia, Londres, Áustria, Noruega e Dinamarca, onde pôde elaborar uma visão própria e crítica sobre essas civilizações. Na

Suécia, já dispondo de maior bagagem intelectual e proficiência em francês, encontrou condições apropriadas para suas atividades, tendo descoberto doze minerais de relevância durante sua estadia. “O contato com outros cientistas era, nas palavras de Bonifácio [...] oportunidade para adquirir ‘talento na narração e nos detalhes importantes’” (Priore 2019, 12). Esse espírito explorador incluindo elementos de desenvolvimento intelectual e de biografia histórica viria a marcar também a atividade de diplomacia científica do próprio Imperador D. Pedro II, numa tentativa exitosa de aumentar a relevância e destaque do Brasil e do aporte das contribuições científicas e acadêmicas lusófonas na comunidade internacional.

A expedição de Langsdorff rumo ao interior do Brasil perfazia contudo o caminho contrário: ao invés de se projetar em um percurso previamente trilhado por grandes e prestigiadas celebridades científicas, o grupo de artistas encontraria novos elementos naturais interiores dentro do próprio Brasil, em um contexto no qual as viagens de naturalistas pela América do Sul despertavam a curiosidade por um território desconhecido, dado a entrever aos cientistas que faziam escala no Rio de Janeiro. Também traz à tona uma discussão atual sobre identidade e sobre a vastidão que o território brasileiro ainda ocupa no imaginário nacional e internacional, na poesia, na arte e na literatura brasileira, temas que nos fazem refletir sobre o valor da descoberta e as tensões que ainda existem entre a civilização ocidental e uma imagem depreciada das populações tradicionais da floresta, inatingidas pela tecnologia e a ciência. Assim como as missões científicas, a missão artística buscava elementos para aportar prestígio com seus registros.

Esse contraste de contatos e as contradições que deles surgem – de um lado, de mapeamento e exploração de recursos desde uma perspectiva externa e, de outro lado, de preservação desse universo pelo qual transitaram os bandeirantes, sertanejos e expedicionários, diante dos quais também se encontrava um sentimento de alteridade – seguem muito presentes nas agendas de cúpulas internacionais sob a forma de distintos discursos. Um olhar histórico sobre a missão nos permite focalizar e fixar hoje elementos no discurso de crescimento econômico necessário, para que o Brasil possa constar entre as grandes potências, diante do G-20, um ideal de grandeza econômica; e também enseja um olhar centrado sobre a preservação de riquezas, hoje transcrito no jargão de sustentabilidade e proteção de florestas, ambientalista, traduzido no consenso internacional de costume, no discurso multilateral e institucionalista favorável às exigências de permanecer no Acordo de Paris. Sob outras denominações e conceitos, o interesse brasileiro segue hoje sendo anunciado sob o signo da vertigem do abismo que se ergue entre essas duas abordagens, a de finalidade utilitária, econômico-comercial, e a de identidade, de preservação da soberania.

MINAS GERAIS, 01 DE AGOSTO DE 1824

"ENCONTRO-ME AGORA NA NOVA CAPITAL DE MINAS, A CIDADE IMPERIAL DE OURO PRETO, ONDE ESTÃO O PRESIDENTE, OS TRIBUNAIS E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS E TRÊS REGIMENTOS DE SOLDADOS. ANTIGAMENTE O LUGAR CHAMAVA-SE VILA RICA - COMARCA DE OURO PRETO.

O LUGAR DEVE SEU NOME, SURGIMENTO E EXISTÊNCIA À ABUNDÂNCIA EM OURO, QUE É ENCONTRADO ATÉ OS DIAS DE HOJE. (...)

OS ARREDORES DA CIDADE APRESENTAM UM QUADRO ASSUSTADOR DE DEVASTAÇÃO DO SOLO. OS CAMPOS ÁRIDOS, DESPROVIDOS DE TODO TIPO DE ÁRVORES E ARBUSTOS, COBERTOS DE MONTES DE CASCALHOS, DÃO AO CONJUNTO UM ASPECTO TRISTE, AMENIZADO AQUI E ALI POR UMA PEQUENA CABANA, CAPELA, OU CASINHA BRANCA."

(DIÁRIOS DE LANGSDORFF, VOLUME 1, P. 124)

5 Trecho do *Diário de Langsdorff*. Fonte: *Expedição Langsdorff* [catálogo de exposição], p. 72. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2010. Url: <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf>.

MATO GROSSO, 10 DE DEZEMBRO DE 1826

"ESTAMOS NO PANTANAL, ONDE, A CADA ANO, O RIO CAVA UM NOVO LEITO. O GUIA, QUE NÃO CONHECIA O ATUAL LEITO DO RIO, SEGUIU NA FRENTE NUMA CANOA PEQUENA (...).

TIVEMOS QUE MONTE ACAMPAMENTO MAIS Cedo, PORQUE, SEGUNDO O GUIA, SERIA DIFÍCIL ENCONTRAR OUTRO LUGAR MAIS APROPRIADO NO PANTANAL. ONTEM, CONHECEMOS O REINO DOS MOSQUITOS, PARA NOSSA INFELICIDADE. (...) O CALOR É OPRESSIVO, SÓ PODEMOS USAR ROUPAS LEVES, E ELAS NÃO BASTAM PARA PROTEGER O CORPO CONTRA AS PICADAS."

(DIÁRIOS DE LANGSDORFF, VOLUME 3, P. 21/22)

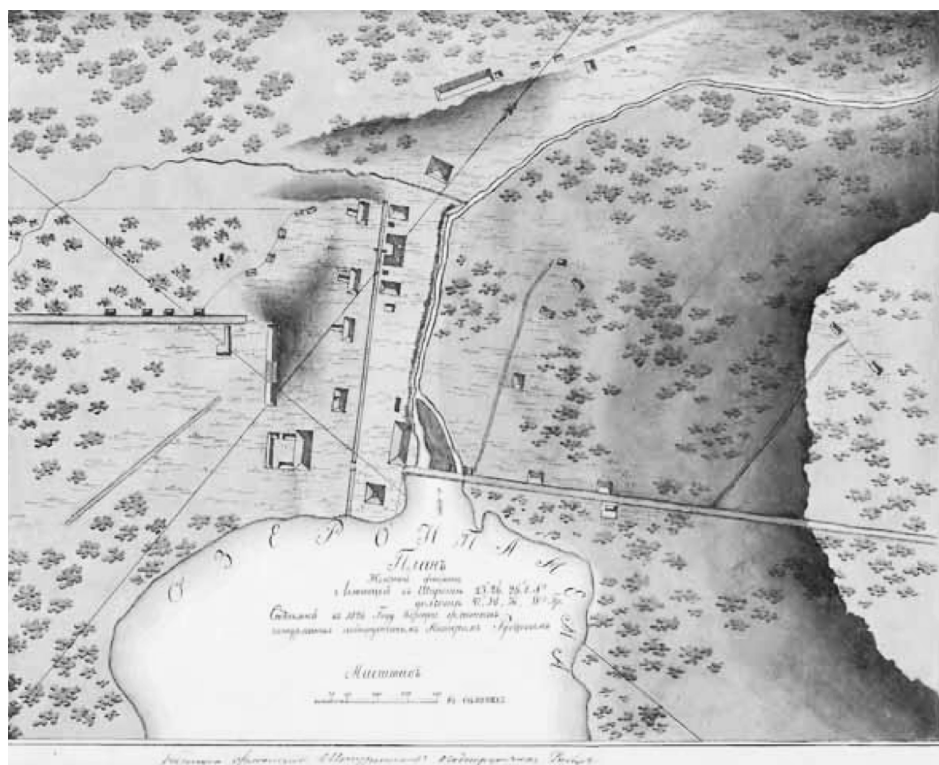
6 Trecho do *Diário de Langsdorff*. Fonte: *Expedição Langsdorff* [catálogo de exposição], p. 116. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2010. Url: <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf>.

Essas iniciativas também traziam em seu bojo aspectos que se configuravam elementos constitutivos de uma identidade que ainda se encontrava em formação, com a qual o Brasil pretendia se apresentar ao mundo após a Independência, conformando sentimentos e uma visão nacional dos quais o País ainda hoje se vale para construir suas referências: uma terra de riquezas ilimitadas, devidamente registrada em suas ciências e artes, em obras nada inferiores aos trabalhos que eram desenvolvidos pela vanguarda acadêmica europeia. A imagem do Brasil que se buscava transmitir por meio dos registros da expedição extrapolava o conteúdo dos registros em si sobre a fauna, flora e recursos mineralógicos, pois a exposição das obras, juntamente com os demais trabalhos prévios da Missão Artística Francesa, acarretava ao Brasil demonstrar-se uma nação com capacidade de identificar seus potenciais, suas particularidades e suas diferenças, desbravar terras e sobrepor uma narrativa nova ao discurso inicial português sobre a terra de papagaios, de uma novidade exótica misteriosa; e também se contrapunha à realidade posterior, de mera colônia fornecedora de matérias-primas, ignorada pelas iniciativas europeias no campo das ciências e das artes.

Komissarov (1994), ao analisar os registros do lado russo e discorrer em um excelente artigo sobre o contexto no qual a Rússia passava por reformas radicais, quando no início do século XIX buscava aumentar o intercâmbio cultural com artistas franceses e alemães, recorda também outras expectativas que a Expedição Langsdorff viria a atender: dispor de mapas sobre recursos naturais (**Fig. 7**), que para o Império Russo eram estratégicos, e, ao mesmo tempo, estreitar com o continente americano relações diplomáticas e comerciais:

Em 1807, Aleksandr I assinou com Napoleão o Pacto de Tilsit e uniu-se ao bloqueio continental da Inglaterra. Interromperam-se então as tradicionais ligações econômicas russo-inglesas, de grande importância para a Rússia; cessou a exportação para a Inglaterra de cereais e ferro russos, e a importação dos produtos tropicais efetuada pelos ingleses. Nestas condições a Rússia tentou ativar o comércio com os países da Ásia, com os Estados Unidos, com as repúblicas da América do Sul, então em guerra com a Espanha, e, é claro, também com o Brasil, onde estava estabelecida desde 1808 a corte dos Bragança. Um partidário do desenvolvimento do comércio com o Brasil era o conde Nikolai Rumiantsev, que ocupava, desde 1809, o posto de Chanceler do Império. Com o começo da guerra de 1812, São Petersburgo e Rio de Janeiro eram participantes do mesmo campo estratégico-militar, o anti-napoleônico. Para a capital brasileira foi enviado como Ministro Plenipotenciário Fedor Pahlen, e estabelecido o Consulado Geral, que Langsdorff assumiu em 1813. (Komissarov 1994, XIV)

Com a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve em dezembro de 1815, na corte já não se falava sobre o regresso da Família Real à Europa, de modo que Langsdorff resolveu estabelecer-se no Rio de Janeiro, comprando a Fazenda da Mandioca em 1816, hoje no município de Magé – RJ. Acabou por substituir o embaixador russo novamente no período de 1817 a 1819, pois, por falta de experiência diplomática, Balk-Polev se indis pôs com o conde da Barca, apoiou abertamente a posição pró-espanhola na contenda entre Rio de Janeiro e Madri, ligada com a Banda Oriental, e teria violado grosseiramente a etiqueta numa audiência com D. João VI. O embaixador russo foi acusado de desacato e, junto com seu conselheiro, abandonou o Rio de Janeiro.



7 Mapa de Rubtsov (planta de uma fábrica de ferro). Fonte: *Expedição Langsdorff* [catálogo de exposição], p. 234. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2010. Url: <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf>.

Familiarizado com os brasileiros e suas aspirações à época, conforme Komissarov, Langsdorff compreendia perfeitamente que os dias do regime colonial no Brasil estavam contados: “Me parece que já está muito próximo o tempo em que o Brasil se separará para sempre da Metrópole – escrevia ele para São Petersburgo no mês de julho. – Dá-se conta demais da sua grandeza e os seus habitantes nunca mais consentirão ser governados pelas ideias exaltadas das Cortes portuguesas”.

Com o início da década de 1820, Langsdorff se aproveitou da necessidade de apoio político da Corte, tendo em vista que a Rússia ainda não reconhecia o Império do Brasil, para insistir na autorização de que sua comitiva de cientistas e artistas pudesse realizar o trajeto pensado:

O Rio de Janeiro desejava contatos políticos com São Petersburgo, que, no entanto, mantinha-se na sua antiga posição. Criou-se assim uma situação favorável, em que Langsdorff interessava muito ao governo brasileiro. Em 1824, ele considerou finalmente ser possível empreender a viagem ao interior do país e recebeu o apoio necessário do Imperador brasileiro. Mas naquele tempo a situação financeira e política no Brasil restringia a escolha do itinerário. Não havia dinheiro para a investigação da Amazônia. Na fronteira Sul não cessavam conflitos militares com os uruguaios. As províncias do Nordeste estavam em oposição ao Governo. Langsdorff escolheu então a Província de Minas Gerais. (Komissarov, 1994: XVIII)

O longo período da expedição, de oito anos, também pode ser compreendido à luz da indefinição das relações diplomáticas russo-brasileiras, pois, após recomendar que o Império Russo admitisse o pacto luso-brasileiro e reconhecesse o Império do Brasil, à semelhança de Portugal, Inglaterra e França, e após fornecer uma carta de recomendação a um representante brasileiro para que se estabelecesse em solo russo:

Langsdorff recebeu uma severa reprimenda por sua carta de recomendação, e Souza Dias nunca chegou a São Petersburgo. O Imperador russo desejava conservar no Brasil o Consulado-Geral, até certo momento, longe do governo de Pedro I. Naquela situação, o melhor, para evitar os problemas, seria continuar a Expedição. Dessa forma os recursos para as suas despesas foram triplicados, passando de 10 para 30 mil rublos por ano. (Komissarov 1994, XIX)

Durante sua estadia na Fazenda Mandioca, além de ter estabelecido colonos alemães, os diários do barão de Langsdorff também trazem registros de visitantes ilustres: os primeiros descobridores da Antártida, Mikhail Lazarev e Fabian Bellingshausen, líderes da frota

rusa e Fedor Litke, mais tarde presidente da Academia de Ciências de São Petersburgo e um dos fundadores da Sociedade Geográfica Russa:

Langsdorff recebeu o conhecido astrônomo Ivan Simonov, o célebre físico Emilii Lenz, futuro reitor da Universidade de São Petersburgo, Kirill Khlebnikov, a quem chamavam 'Cronista da América Russa', e outros participantes, instruídos e ávidos de conhecimentos, membros das viagens de circunavegação: os oficiais da frota Aleksei e Andrei Lazarev, Pavel Novosilskii, Semen Janovskii, o médico Petr Ogievski, o tradutor Akhiles Shahd'skii, o literato dezembrista Dmitrii Zavalishin. Todos eles buscavam conhecer o Brasil por intermédio e com a ajuda de Langsdorff, aproveitando as suas explicações, ouvindo os seus relatos, examinando as coleções dos objetos naturais recolhidos por ele. De regresso à Rússia, muitos de seus visitantes publicaram as suas impressões sobre o visto. Surgiu toda uma 'literatura marítima', que deve a Langsdorff a riqueza cativante das páginas dedicadas ao Brasil. Graças a ele o Brasil tornou-se muito mais compreensível e próximo para os russos. (Komissarov 1994, XX)

O Brasil parecia ter trazido vantagem inequívoca para o melhoramento das relações diplomáticas com a Rússia ao autorizar a expedição proposta pela comitiva do cônsul Langsdorff, ainda que por meio de um Consulado-Geral, optando por manter um relacionamento em bons termos com o diplomata russo. Nas negociações diplomáticas pesou em maior medida a pressão da Inglaterra para que o Império Russo não opusesse resistência ao reconhecimento do estatuto internacional do Brasil, o que finalmente ocorreu em 1828. Langsdorff então estabeleceu vice-consulados e ofereceu registros que apontavam uma expectativa positiva quanto às possibilidades futuras de comércio, o que se torna claro pelos mapas guardados pelo governo russo da época.

Das expedições mais conhecidas e de suas finalidades diversas

Em que se diferenciou a Expedição Langsdorff das demais, as antigas, como as dos bandeirantes e jesuítas, e as modernas e posteriores? O intuito e natureza da expedição russa traduzia o espírito de uma exploração colonial?

As missões de expedição mais conhecidas para mapear e explorar o interior do Brasil sem dúvida encontravam, antes de mais nada, uma justificativa econômica, pois sua explicação precípua de financiamento também consistia na busca de ouro, metais, pedras preciosas e recursos naturais que pudessem custeá-las financeiramente. Mas, em um tempo em que a produtividade agrícola ainda não havia sido concebida, notamos pelos registros dos mapas da Expedição Langsdorff que seus integrantes também pareciam sinalizar

respostas quanto ao potencial agrícola das terras brasileiras, aclamadas por Pero Vaz de Caminha, num tom otimista, como “terra em que, em se plantando, tudo dá”. Isso podemos deduzir pelos registros de área verde e de distintas escalas e aquarelas para atribuir e identificar a exuberância da selva, pela disponibilidade de mão-de-obra sinalizada na representatividade das aquarelas e pela simpatia dos retratos do conde de Azambuja (**Fig. 8**) e do conde de Bobadella (**Fig. 9**), então 1.º vice-rei do Brasil. Ao que tudo indica, o barão de Langsdorff, sendo o cônsul russo, bem aproveitava a justificativa de sua missão para abrir portas e ganhar simpatias com que pudesse intensificar e facilitar as relações diplomáticas entre os dois países.



8 Conde de Azambuja. Aquarela. Aimé-Adrien Taunay, 1827. Fonte: *Expedição Langsdorff* [catálogo de exposição], p. 155. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2010. Url: <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf>.



9 Conde de Bobadella. Aquarela. Aimé-Adrien Taunay, 1827. Fonte: *Expedição Langsdorff* [catálogo de exposição], p. 154. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2010. Url: <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf>.

Na época dos bandeirantes era certamente no ouro, e não no outro, que se encontrava a melhor justificativa para pedir o direito de cobrar taxas sobre as passagens de rios no caminho para as minas goianas, feitas por Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera. Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera) Filho (1672-1740), explorador e sertanista bandeirante português, fez a oferta ao rei D. João V de Portugal, que foi por ele

aceita quando a expedição foi organizada. Em 1722, partiu de São Paulo com a intenção de percorrer novamente os sertões que visitara quarenta anos antes com o pai; durante quase três anos, explorou os sertões goianos em busca da lendária Serra dos Martírios e encontrou ouro no Rio Vermelho.

Cora Coralina, muito posteriormente, descreveu também na literatura a chegada do segundo Anhanguera a Goiás, em sua obra *O tesouro da Casa Velha da Ponte*:

Mesmo na frente da casa velha, do lado de lá do rio, há mais de duzentos anos, caminhando para trezentos, tomou chegada a Bandeira dos 'Polistas'. Porto da Lapa foi chamado o lugar onde desembarcou no dia 26 de julho de 1728 a gente do Anhanguera. Desembarcou e logo trataram todos de levantar a igreja da Lapa em honra e glória da Nossa Senhora dos Caminheiros que, depois de passadas e erradas sem conta pelo grosso do sertão, os trazia, afinal, no roteiro certo da tribo Goiás. (Coralina 2001, 41)

Mas não se poderia dizer que o legado de mitos e lendas criadas e repercutidas junto aos índios sobre pai e filho bandeirantes pudesse equivaler ao esforço técnico muito mais avançado da comitiva da qual se fez acompanhar o cônsul russo, nem que se buscasse de modo algum incluir intuítos outros que pudessem relegar o interesse exploratório do território colonial a um segundo plano.

Poderia se pensar, por outro lado, que as missões jesuíticas, muito anteriores ao desbravamento pelos bandeirantes, poderiam estar mais imbuídas do mesmo espírito desbravador e civilizacional de Langsdorff, embora menos dirigido por assuntos consulares, comerciais e diplomáticos. Por oportuno, observe-se que os escritos do Padre Manuel da Nóbrega, chegado a Salvador em 1549, conformam a obra literária produzida no Brasil e talvez se aproximem de um repertório com registro literário, embora não artístico nem científico à altura. Em suas cartas, encontram-se os primeiros registros sobre o povo brasileiro, ainda que sob o ponto de vista de um catequizador. Contribuiu para o estudo dos costumes da sociedade tupinambá, em suas cartas do Brasil ao Padre Simão Rodrigues, provincial em Portugal, e ao Padre Pedro Domenech, em Lisboa.

O Padre Anchieta, considerado o primeiro gramático, dramaturgo e poeta brasileiro, talvez tenha deixado registros de maior valor artístico, tendo chegado a Salvador em 13 de Julho de 1553 e produzido o primeiro dicionário de tupi. Recordem-se também os "40 mártires", quando em 1570 o jesuíta português Inácio de Azevedo e trinta e oito companheiros, trinta portugueses e oito espanhóis, rumando ao Brasil em uma expedição, foram assassinados nos mares das Ilhas Canárias por corsários comandados pelo protestante calvinista francês Jacques Soria; aos 39 mártires se somaria no dia seguinte o irmão jesuíta

Simão Costa. Quando recebeu a notícia do martírio dos coirmãos, o Padre Pero Dias, que se encontrava na Ilha da Madeira, escreveu uma carta, que se tornaria famosa, na qual chamava de “o ditoso sucesso” o martírio dos quarenta missionários e desejava para si a mesma sorte — o que obteve no ano seguinte, partindo em missão para o Brasil com outros missionários jesuítas (**Fig. 10**).

Novamente à passagem pelas Canárias, a 13 de setembro de 1571, a nau em que estavam foi atacada por uma armada de corsários, quatro naus francesas e uma inglesa, comandados por Capdeville; tal como no sucedera com os do ano anterior, mais missionários foram martirizados, por ser católicos, restando apenas o martírio como registro de valor religioso do espírito desbravador com que o Brasil atraía viajantes.

Não parece, portanto, estranho à realidade do século XIX que expedições e missões de caráter religioso e desbravador, mas que tinham como subproduto trabalhos artísticos, fossem financiadas por governos ou pela Igreja, tendo em vista a necessidade de conhecer os limites do território até então desconhecido e realizar um inventário dos recursos naturais, mapeando também os recursos territoriais disponíveis. Mais tarde, também Marechal Rondon (1865-1958) iria dar prosseguimento a esse “espírito” desbravador que observamos na Expedição Langsdorff.

Nisto convém recordar que, na obra *Instinto Supremo*, o notável autor luso Ferreira de Castro consolidou em um romance a narrativa da missão de pacificação dos índios parintins, na selva amazônica, por um grupo de discípulos do general Cândido Rondon, no início dos anos 20 do século XX. José Maria Ferreira de Castro, português notável, foi um jornalista e escritor que emigrou para o Brasil aos doze anos; chegou a Belém em 1911 para trabalhar em uma plantação de borracha, o que lhe serviu de inspiração para o seu primeiro livro, *Criminoso por Ambição*, publicado em 1916, e, após retornar a Portugal em 1919, para a sua obra mais famosa, *A Selva*, publicado em 1930 e filmado em 2002. O seu livro *A volta ao mundo*, no qual compilou histórias de viagens no cenário da II Guerra Mundial, foi também celebrado nos círculos de alta cultura; o autor foi indicado ao Nobel de Literatura, e



10 Martírio do Padre Pero Dias e 11 companheiros. Gravura de Melchior Kuhlse, Martirologo de Mathias Tanner. Biblioteca Nacional de Portugal. Url: <https://bit.ly/33WJ1X6>. Domínio público. Fonte: Wikimedia Commons.

necessariamente divulgado em Hollywood. Em seu livro *Instinto supremo*, o famoso lema de Rondon orientava então a ação dos homens enviados pelo Serviço de Proteção aos Índios e era transmitido aos trabalhadores por eles recrutados: “Morrer se necessário for; matar, nunca!”. O etnólogo Curt Nimuendajú, um alemão naturalizado brasileiro, é no romance a personagem que assume maior relevância, servindo de porta-voz de Ferreira Castro, que constrói uma narrativa na defesa da civilização indígena, que viria posteriormente a produzir efeitos concretos no estabelecimento da Funai e do Estatuto do Índio no Brasil.

A análise valiosa de Ferreira de Castro contribuiu para a formação do imaginário sobre a paisagem amazônica nos ambientes internacionais de alta cultura, e também dentro do próprio Brasil, ao identificar o lado precário da economia extrativista. É um tema que mereceria uma análise à parte, tendo em vista a disposição dos objetivos da Primeira Experiência de Planejamento Público na Amazônia (SPVEA), pela lei 1804 de 6/1/1953, a qual criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Kon 1999, 269-306). É difícil ignorar que a concepção do desenvolvimento dessa região levou em conta a realidade que se construiu culturalmente a respeito desse espaço, bem como os resultados e registros das incursões territoriais.

Por que a Expedição Langsdorff foi única?

Embora não seja este o objeto fundamental de análise deste artigo, podemos considerar que, do ponto de vista técnico, a expedição de Rondon poderá ter contribuído em maior medida que a Expedição Langsdorff para o inventário de recursos e mapeamento territorial presente, ao ter levado em consideração não apenas o registro topográfico, mas também o etnográfico, além de ter acrescentado detalhes pitorescos e incluído aspectos de prestígio político com a visita de Theodor Roosevelt à Amazônia; todavia, essa nova visão expedicionária sobre o território brasileiro manteve essencialmente o “espírito” que primeiramente identificamos na Expedição Langsdorff: assinalar a grande amplitude e os vastos limites de possibilidades, de modo a valorizar riquezas naturais, energéticas e minerais. Contudo a expedição de Rondon não refletiria, ao menos não do mesmo modo, o cerne do que consistia a essência da Expedição Langsdorff, aliando a arte do registro à finalidade político-diplomática desde a sua concepção. Se bem que é verdade que contribuiu para um maior conhecimento da região que restava desbravar (a Amazônia) e ganhou propósito diplomático com a companhia do Presidente norte-americano (o que também permitiu inserir essa região no discurso, na auto-imagem e na concepção do território nacional brasileiro a ser administrado e defendido), não veio a ter um desdobramento imediato sobre a estética e sobre o imaginário nacional, dentro da estrutura política interna; ao menos não de forma

tão completa com a qual a Corte brasileira difundiria seus resultados, ou da maneira com que outros países europeus viriam a conceber e discernir a identidade brasileira dos seus vizinhos latino-americanos, associando a imagem do Brasil a uma paisagem rica de recursos naturais valiosos, natural e exuberante, tropical e exótica.

O poeta e diplomata Davino Ribeiro de Sena (**Fig. 11**), que baseou seus registros poéticos sobre o hiato que se desnudava entre o pensamento luso, o pincel francês e a selva brasileira, nos versos em epígrafe, e também nas estrofes a seguir, talvez tenha captado melhor uma explicação para a construção do cenário no qual os artistas pretendiam transitar, para deixar ao Brasil e à Europa o legado de suas obras românticas, as contribuições de seus trabalhos científicos:

Mandioca vivia o auge
a nuvem da prosperidade:
visitantes cientistas
casa de dois andares
moradias e depósito
moinho de roda d'água
doces plantações de café
milho, batata e mandioca.

Quem visitasse a fazenda
dissiparia as nuvens
aprenderia coisas
quase vivas, tal o arado.
A fazenda era lida
em São Salvador, Goiás
e Ouro Preto; era relida
em Moscou e São Petersburgo.

É preciso dizer, orgulhosamente,
que a fazenda tinha coleção
zoológica, jardim botânico
e coleção mineralógica.
O 'quartel-general
das pessoas dignas'
foi visitado por Saint-Hilaire



11 Reprodução da capa do livro do poeta e diplomata Davino Ribeiro de Sena sobre a Expedição Langsdorff. Fonte: Sena, Davino Ribeiro de. 2007. *Expedição*. Rio de Janeiro: 7Letras.

e Spix; sobre ele
escreveram o historiador
inglês, Henderson,
e o literato francês, Dennis.
Na fazenda se esboçou
a expedição mais decisiva
de quantas pesquisaram o rio
e a mata, o Brasil e a vida.

Sena 2007, 24-25.

A importância de sair de redomas do pensamento sociológico para alcançar toda a potência da experimentação, permitindo que paisagens intocadas sejam incorporadas irreversivelmente pelo viajante em sua vivência e personalidade, segue sendo um assunto enigmático e de atração incontornável de artistas e cientistas interessados pelo Brasil, do qual a Expedição Langsdorff, ao captar o que se lhe apresentava de intangível, na missão que se propunha a ofertar relatórios, parece ser ainda o melhor registro de aventura a ser revivida: uma fonte inesgotável de uma retórica nacional geográfica e de identidade histórico-visual de nosso País. É, de longe, a iniciativa romântica, mas também pragmática, do barão alemão tornado cônsul russo, que soube incorporar a cultura brasileira que nos chega até hoje nos anais artísticos, científicos e históricos de sua época, conservando a necessidade de prestígio pela qual o Brasil sempre se pautou ao buscar elaborar a sua imagem internacional.

Considerações sobre a expedição de Langsdorff e sua importância para a formação da identidade cultural do Brasil contemporâneo

A imagem brasileira amparada nessas referências históricas e artísticas, que bem conjugaram um espírito de desbravamento, confere elementos identitários ao longo de um percurso, demarcando diferenças topográficas e etnográficas para encontrar valores de diversidade e exuberância pelos contrastes da fauna, da flora e dos povos que se fazem presentes no território.

Quando pensamos em como projetar essa imagem externamente, há contudo, na cultura e na história brasileiras, um paradoxo curioso: do ponto de vista político e comercial, o Brasil foi, durante a maior parte do tempo, um país fechado; ainda hoje o peso externo em sua economia, por exemplo, não alcança 40 % (Bacen 2009), estrutura econômica intencionalmente pensada, a qual por vezes protege o seu território contra o impacto de crises internacionais. Por outro lado, culturalmente, o povo brasileiro é bastante aberto ao novo

e sempre recepcionou bem os que aqui chegaram, tomando de empréstimo características e hábitos dos recém-chegados e incorporando-os aos seus costumes. Naturalmente isso parece resultar da formação colonial transmitida pela própria organização dos portugueses, muito mais abertos ao estrangeiro e ao novo que os povos dos demais países europeus. O período formador da identidade brasileira enquanto cultura independente de Portugal – embora indelevelmente a ele ligada – coincide precisamente com o período do início do século XIX, quando, conforme as palavras do barão de Langsdorff já citadas por Komissarov, os brasileiros deram-se conta de sua dimensão e grandeza. Na mesma época em que, por questões políticas, comerciais e culturais, o governo, primeiro colonial, depois real e então imperial, esforça-se para mostrar o Brasil ao mundo e reforçar sua identidade, o brasileiro também passa a se perceber como um povo e a estabelecer uma relação de pertencimento mais profunda com a própria terra calcada nesse significado de amplitude, diversidade, exuberância. O ufanismo cristalizado posteriormente no hino nacional, com frequentes referências à natureza, e também por algumas décadas presente no discurso político, sempre relacionou tamanho e pujança do território, disponibilidade de recursos e riqueza; e foi, aliás, elemento relevante de governabilidade, durante a fase do regime militar brasileiro, de 1964 a 1986.

Há contudo um aspecto sociológico que conviria salientar para demarcar o que diferenciou a Expedição Langsdorff de outras iniciativas expedicionárias semelhantes organizadas pelo governo colonial ou, posteriormente, pelo governo republicano: a concepção de modalidades de organização da vida e da identidade baseada, não apenas em um recrutamento pelo laço familiar ou pelo nascimento em um território, entre aqueles que já são membros de um sistema de governo e de uma estrutura política, dentro dos limites impostos por leis promulgadas, onde se encontra uma sociedade cooperativa que pressupõe a existência de famílias, bairros, cidades, igrejas e seitas, etc. (Shils 1970, 332-335); mas também em um efeito de modernização da construção da identidade territorial, que passa a incluir um pensamento nacional organizado pela criação de uma cultura própria, assente na história, na geografia e no empreendimento científico, que resulta de manifestações culturais artísticas, e não necessariamente do vínculo familiar e de pertencimento ao lugar. Considerando o enorme peso que esses sistemas de identificação simbólica tinham no Brasil colônia e talvez ainda tenham, essa é talvez a razão pela qual os resultados da Expedição Langsdorff ainda sejam atuais e tenham enorme significado cultural para o Brasil. Daí a relevância do “espírito” desbravador, científico e artístico para a modernização simbólica da identidade brasileira, de valores ideais ou transcendentais, sobre a origem e destino do país.

Atualmente o Brasil passa por uma situação semelhante, que é o desejo de mostrar-se ao mundo de um modo novamente modernizado, desta vez transpondo a imagem de

uma terra de abundância para um lugar em que, de maneira análoga ao que se propunha a Expedição Langsdorff, se consubstancia por um patamar tecnológico relativamente maior que o anterior; planta-se e colhe-se, mas a abundância natural é reforçada pela tecnologia na agricultura e pelo progresso. Também de modo análogo, considerando que a Expedição Langsdorff nasce não apenas do interesse científico, mas também de uma iniciativa diplomática do cônsul russo, ao considerarmos hoje o espaço diplomático do grupo econômico dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), temos um paralelo interessante para pensar a relação do Brasil com outros países e a projeção da sua imagem nacional como país emergente, como país do futuro, nas palavras ainda ressonantes de Stefan Zweig; pois as mentalidades estampadas por meio do pitoresco talvez sejam marcadas por maior fascínio, tanto maior seja a diferença cultural, persistente a despeito dos efeitos da globalização, quando defrontamos a sociedade brasileira com a configuração das sociedades euro-asiáticas; e, em menor medida, com as sociedades africanas, tendo em vista que no Brasil a cultura afro-brasileira passou por recente restauração e valorização.

Há muitas teses no Brasil sobre a vocação de liderança e de exercício de um papel internacional na qualidade de “Grande Potência”, e esse pensamento se faz presente também por referências implícitas nos meios de comunicação, por expectativas de espaço e de voz no cenário internacional, sobretudo quando a diplomacia brasileira exerce as suas tarefas. Mas o que é mais indispensável para conjecturar sobre os possíveis usos do material artístico e científico da Expedição Langsdorff, parece-nos, seria compreender desde um ponto de vista técnico a importância do prestígio e a que o prestígio se presta nas relações internacionais. Conforme Weber,

O poder das estruturas políticas tem uma dinâmica interna específica. À base desse poder, os membros podem pretender um ‘prestígio’ especial, e suas pretensões podem influir na conduta externa das estruturas de poder. A experiência nos ensina que as pretensões de prestígio estiveram sempre presentes na origem das guerras. [...] O prestígio do poder, como tal, significa na prática a glória do poder sobre outras comunidades; significa a expansão do poder, embora nem sempre pela incorporação ou sujeição. [...] Finalmente, em virtude de uma inevitável ‘dinâmica de poder’, sempre que surgem pretensões de prestígio – e isso resulta normalmente de um agudo perigo político para a paz – elas desafiam e exigem a competição de outros possíveis portadores de prestígio. A história da última década, especialmente as relações entre a Alemanha e a França, mostra o efeito destacado desse elemento irracional em todas as relações exteriores políticas. O sentimento de prestígio pode fortalecer a crença ardente na existência real do nosso próprio poderio, pois tal crença é

importante para a confiança positiva em caso de conflito. [...]. Hoje em dia, é comum referirmo-nos às comunidades que parecem ser portadoras do prestígio de poder como as 'Grandes Potências'. (Weber 1982, 187-189)

Embora Weber se referisse sobretudo a um primado econômico, e em especial aos recursos decorrentes das bases econômicas lançadas pela busca de prestígio, é interessante notar que essa dinâmica desempenha um papel importante nas atitudes de burocratas e oficiais, hoje os expoentes naturais e primários desse desejo de prestígio que permeia as iniciativas de Estado; pois a própria estrutura do Estado se conforma para obter um primado nas iniciativas e temas em que negocia, nos quais é orientada para buscar resultados favoráveis para o interesse nacional. Nessa dinâmica as pretensões de um país não são necessariamente orientadas para a expansão, mas é nesse contexto que a identidade ganha um significado cultural relevante; isso porque, quando se reveste de prestígio, atende às expectativas de uma estrutura política de fortalecer a crença na existência de um poderio, sem o qual as iniciativas políticas e econômicas não prosperam.

No tempo presente esse poderio já não se desdobra sobre um sentimento de confiança em caso de conflito da mesma maneira que nas sociedades e configurações políticas de que nos fala Weber, pois o Brasil, em sua vizinhança, não se orienta pelo conflito nem está habituado a conceber a possibilidade de guerra, sendo as fricções com vizinhos resolvidas desde há muito pelo primado do Direito Internacional, herdado da cultura lusa, sustentado pela sua tradicional diplomacia. O mesmo raciocínio, contudo, não parece se aplicar a outras nações, as quais ainda se encontram imersas dentro de uma realidade competitiva por um domínio político de considerações geoestratégicas; e a dinâmica do prestígio para se relacionar com países de pretensões expansivas requer uma capacidade aprofundada de reter aspectos identitários e linguísticos que confirmam poder discursivo. Os desafios da lusofonia, por exemplo, denotam o estabelecimento de um valor cultural associado a uma preponderância e influência em diversos territórios por meio da solidariedade linguística, possível graças a uma identificação mútua entre países, originados em uma história conjunta, e também uma história de interesses de prestígio partilhados.

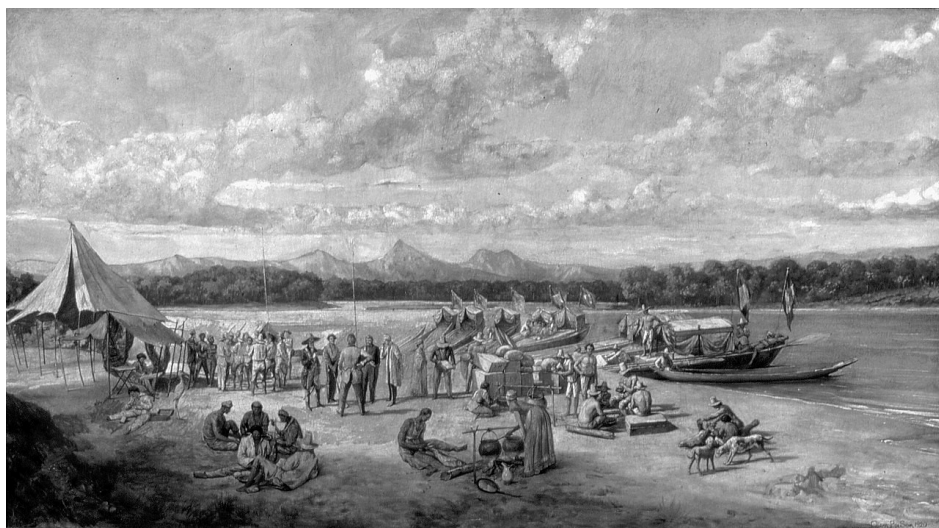
A Rússia é um dos atores que participam dessa configuração política internacional na qualidade de Grande Potência, e suas pretensões de prestígio se interseccionam necessariamente com as de outros países, como o Brasil. Essa mensagem cultural sobre a identidade brasileira, fundamentada na amplitude territorial, na diversidade biológica e na abundância de recursos naturais, energéticos e minerais, tal como era concebida à época de Langsdorff, agora se movimenta em um cenário político muito diferente, há pouco tempo marcado pela superação do antagonismo que o Ocidente dirigia à marca

ideológica comunista. Também nesses últimos duzentos anos, poucos países passaram por tão grandes mudanças, estando o Brasil em condição comparativa muito superior àquela na qual se encontrava do início do século XIX, neste momento inserido entre as dez maiores economias do mundo. A composição migratória e a construção de pequenas cidades no Brasil, inserindo no território culturas do Leste europeu, também parecem convidar a identificar potenciais parcerias culturais de interesse mútuo nessa referência histórica da Expedição Langsdorff, porque se tratou de uma experiência fundamentada na contrapartida de reciprocidade. E a imensa carga simbólica de uma identidade exótica, que se almeja dominar, convida também a enxergar as vantagens de buscar nas relações internacionais culturais um espaço histórico previamente construído, ao invés de regatear junto à comunidade internacional por reconhecimento, como penhor para o estabelecimento de novas iniciativas. Afinal, a autonomia identitária nacional como fruto da descoberta científica, e não da configuração cultural por determinação externa, favorece alcançar uma imagem sociopolítica interna estável, pré-condição necessária para ensejar, por sua vez, a estabilidade das trocas comerciais e culturais que acompanham a intensificação de um relacionamento diplomático satisfatório; pois não se pode tomar para si a identidade do outro, ou se atribuir a um país uma identidade que não lhe pertença, sem causar uma profunda indignação ou uma permanente desconfiança.

Quanto à China, já uma potência de primeira grandeza em diversos aspectos, a posição em que o estabelecimento dos BRICS coloca o Brasil parece extremamente útil para o desenvolvimento de uma identidade nacional brasileira que, desde as décadas mais recentes, vem se delineando sobre a pujança de recursos naturais e a riqueza da biodiversidade, elementos pronunciados nos registros da Expedição Langsdorff. A atuação dos demais parceiros do grupo, Índia e África do Sul, na qualidade de potências emergentes em ascensão – ainda que em estágios e condições objetivas bastante diferentes –, também parece fortalecer um espaço favorável a que o Brasil coordene e encontre novas oportunidades de se afirmar como potência soberana e independente, na qualidade tão almejada de novo integrante da OCDE e do “Primeiro Mundo”, no jargão arcano, por meio do estabelecimento de relações em pé de igualdade entre esses três países, tendo em conta a autonomia cultural (haja vista que esses países apresentam aspirações semelhantes).

O estudo da Expedição Langsdorff, portanto, se tomado como uma referência, é, não apenas extremamente valioso do ponto de vista histórico-cultural, mas também útil desde as perspectivas política e diplomática, pois a tradição formada nas missões artísticas e científicas do passado, com vistas a transparecer um nível de desenvolvimento compatível com a cultura europeia, pode servir de guia inicial para a construção da imagem

internacional contemporânea do Brasil, ao menos em um território de memória, menos sujeito às oscilações de humores da opinião pública. Em parte essa percepção de que o resultado artístico da Expedição Langsdorff poderia contribuir para sedimentar uma identidade nacional consta muito sutilmente no retrato posteriormente encomendado por Afonso Taunay (Cadeira 01 da Academia Brasileira de Letras), quando substituiu, na encomenda ao artista Oscar Pereira da Silva, a bandeira russa pela bandeira brasileira, na retratação histórica (**Fig. 12**). Essa construção do passado como um patrimônio próprio ainda hoje se faz presente na intenção de unificar vocações da ciência natural com o elemento tecnológico. Neste momento, contudo, não mais retratando o Brasil como mero receptor de exploradores e pesquisadores estrangeiros, mas como produtor artístico e cultural autônomo e fornecedor de subsídios a pesquisadores renomados. Nesse pretexto artístico, o Brasil bem poderia aproveitar melhor o contexto em que se insere, reforçando as diferenças que unem os BRICS, onde se encontra mais bem nivelado, como um espaço ideal para projetar a identidade que deseja construir, do que inevitavelmente se agregaria valor, também, ao patrimônio cultural e linguístico lusófono; tendo em vista que o passado no qual a Expedição Langsdorff se transcorre e produz seus resultados é um lugar histórico que pertence tanto ao Brasil quanto a Portugal.



12 Reprodução da pintura “9º Encontro de Monções no Sertão”, de Oscar Pereira da Silva, encomendada por Afonso d’Escagnolle Taunay, então diretor do Museu Paulista, concluída em 1920. Pertence ao Fundo Museu Paulista sob o número de inventário 1-19212-0000-0000. Imagem: José Rosael/Hélio Nobre/Museu Paulista da USP.

Destarte, esses elementos de vivacidade, conformados por um impulso científico autêntico de descoberta que, sabemos, fundamenta a identidade brasileira não são instrumentos novos de uso potencial para as Relações Internacionais e a História; pelo contrário, constam como arquivos há muito e ocasionalmente são valorizados na arte e na literatura, embora as referências que possam derivar desse “espírito” cognoscente, de impulso inovador para avançar registros e técnicas de registros, de maneira a produzir uma expressão cultural que fascine pela diferença, sejam mais raras.

Talvez particularmente curioso tenha sido o destino trágico de quem, mesmo tendo sido acolhido, buscou mapear, definir e incorporar intelectualmente o novo território em que transitava. Os percalços da Expedição Langsdorff dão notas de um esforço autêntico de encontrar as fronteiras espaciais, mas também de transpor limites ao abarcar e mergulhar na vastidão de identidades e na diversidade de lugares existentes no Brasil, como foram os casos de Langsdorff, com a perda de sua memória em alguma paragem erna, ou mesmo do afogamento do pintor Taunay no rio Guaporé, pelas violentas ondas, onde supunha ser possível nadar. O mesmo talvez pudesse se aferir de Stefan Zweig, não analisado, pois naturalmente moderno demais para ser parte da referida expedição em apreço, mas retro-mencionado, o qual se suicidou pouco depois de redatar a tese sobre o Brasil ser o país do futuro.

Transitar entre espaços desconhecidos sem deles se tornar parte, sujeito às enfermidades tropicais, ou sem estar ancorado nas crenças ou instruções de instituições de origem, conforme exige o pensamento livre e a iniciativa científica, parece ter sido uma tarefa de difícil execução nesses casos. Disso se poderia retornar com outra perspectiva e visão sobre a experiência exitosa de Ferreira de Castro em sobreviver à selva, à luz dessa onerosidade de consultar práticas locais, de transitar entre amplos espaços vazios nos quais se pode perder referências com muita facilidade, raciocínio mesmo válido para um cientista nativo e familiarizado com a cultura luso-brasileira. Poder-se-ia também rever o imenso valor do esforço do marechal Rondon, se bem amparado por instituições e iniciativa do Estado. O potencial impacto psicológico desse impulso epistemológico de compreender o Brasil vivenciando sua realidade concretamente, ou desde uma perspectiva da mentalidade ocidental, com motivação de grande apetite intelectual, diante da vastidão de terras e diversidade de lugares a ser apreendidos por quem se abandona a essa tarefa, *in extremis*, ou a ponto de chegar perto do limite do esgotamento de saúde física e mental e do fim de si próprio, seria um problema ainda a solucionar por futuros pesquisadores, mas um problema não menos interessante.

A visita ao material da Expedição Langsdorff tampouco deixa de despertar a curiosidade sobre como as expedições no Brasil serviram como desbravamento prévio para

os caminhos que foram pisados por seus posteriores e como essa ocupação territorial necessitou ser precedida pela definição prévia dos espaços em um domínio cultural, dos juízos, das impressões e das descobertas registradas; sem estas, as autoridades não estariam amparadas formalmente a projetar novas iniciativas e incursões territoriais do Estado, ou mesmo da Igreja. Resulta também a questão comparativa, sobre o modo como outras civilizações, nos continentes norte-americano, asiático e africano, enfrentaram o desconhecimento para fundamentar a construção de vias e para expandir o povoamento em aglomerados urbanos; e se também nesses territórios vastos se construíram grandes nomes como referências históricas nesse território de memória, por meio do desbravamento do interior do território real e de expedições científicas.

A Expedição Langsdorff poderia servir, ainda, como referência para novos estudos e para a construção de uma identidade nas disciplinas dedicadas a pensar as relações internacionais, em iniciativas que pautassem a ação diplomática no tempo presente; como também poderia inspirar novas “missões” de caráter exploratório, científico e artístico, as quais se aproveitassem de seus pressupostos, ensejadas por um “espírito” similar de desenvolver novos elementos de identidade e discursos autônomos. Isso também serviria aos dignitários do interesse de Estado, permitindo-lhes transpor uma imagem do Brasil que portam, ao se relacionarem nas esferas da política e da economia, com vistas a culminar em um encontro de interesses equivalentes às convergências de outrora. Já sem vistas à divulgação da existência do Brasil, hoje país bem conhecido no mundo, essas missões seriam voltadas para a redescoberta da pujança e exuberância, para o reforço de elementos identitários autônomos que reforçassem a credibilidade internacional do país, hoje bastante enfocada em um protagonismo como abastecedor agrícola de um quarto do planeta.

Considerando, entretanto, o ativismo brasileiro nas várias esferas temáticas que conformam o contexto das relações multilaterais, a continuidade de providenciar elementos que reforcem e modernizam uma identidade brasileira de escopo nacional, ou mesmo calcada na riqueza de regionalismos, seria fundamental para consagrar, na visão dos demais países, a impressão de que o Brasil permanece um parceiro confiável e atrativo na diplomacia e nos negócios, pois a dinamização dessa esfera de prestígio depende da contínua renovação de significados culturais próprios.

É neste intuito de pensar, ao invés de circunscrever, de suscitar, ao invés de definir, de dialogar, ao invés de estabelecer, de divulgar o que visivelmente é de boa qualidade, ao invés de enaltecer o que precisa de elogios, que buscamos portanto conjecturar sobre os usos possíveis desse material histórico colhido na Expedição Langsdorff, hoje não apenas em repositórios do CCBB, mas também disseminado em materiais artísticos e literários,

para construir novos elos, pontes e contextos culturais nos quais se desenvolva a identidade brasileira; uma história conjunta indissociável do que foi construído, autorizado e promovido pela corte portuguesa, porque contribuía também para aumentar o seu prestígio. O elã científico e de história natural, aliado a um propósito diplomático observável no “espírito” de descoberta e de desbravamento suscitado pela Expedição Langsdorff, talvez mais do que nas outras expedições que marcaram a história do Brasil, parece, em suma, constituir uma referência importante para lidar com o que muitos vêm apontando como um momento de crise, com vistas a favorecer a continuidade da construção de estruturas identitárias, e a promover a estabilidade dos diferenciais que expressam e conformam a complexa matriz da cultura brasileira.

Referências bibliográficas

- ARENDT, Hannah. 2011. *A vida do espírito. Volume I – Pensar*. Lisboa: Editorial Minerva.
- BECHER, Hans. 1990. *Barão Georg Heinrich von Langsdorff: pesquisas de um cientista alemão no século XIX*. São Paulo/Brasília: Edições Diá/UnB.
- Boletim do Banco Central do Brasil. Volume 45*. 2009. Brasília: Banco Central do Brasil/ Departamento Econômico (Depec).
- CORALINA, Cora. 2001. *O tesouro da Casa Velha da Ponte*. 11.^a ed. São Paulo: Globo.
- ENGLER, Carlos. 2019. Sítio eletrônico da Família Engler. Disponível em: <http://cybellef.tripod.com/Engler/cengler/langsdorff.htm>. Acessado em 24/09/2019.
- DEL PRIORE, Mary. 2019. “Desconstruindo José Bonifácio: novo olhar sobre sua biografia”. *Carta Mensal* 65 (771): 04-36.
- Expedição Langsdorff* [catálogo de exposição]. 2010. Brasília: Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB).
- FERREIRA DE CASTRO, José Maria. 2005. *O Instinto Supremo*. Lisboa: Guimarães Editora.
- GUSMÃO, Luís. 2012. *O fetichismo do conceito: limites do conhecimento teórico na investigação social*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- FLORENCE, Hercules. 1977. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: pelas províncias brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão Pará (1825-1829)*. Tradução de Francisco Álvares Machado e Vasconcellos Florence. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand.
- KOMISSAROV, Boris. 1994. *Expedição Langsdorff: acervo e fontes históricas*. São Paulo: Editora da UNESP.
- KON, Anita, org. 1999. *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- LEITE, Serafim. 1965. *Novas páginas da história do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

- LUVIZOTTO, Rodrigo. 2007. "O diário de Langsdorff: o éthos do cientista viajante". Dissertação de Mestrado em Letras, Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, Marcela Marrafon de. 2007. *Paquequer, São Francisco e Tietê: as imagens dos rios e a construção da nacionalidade*. Dissertação de Mestrado em História, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- RIBEIRO, Darcy. 1995. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PARSONS, Talcott. 1969. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia Ltda.
- SENA, Davino Ribeiro de. 2007. *Expedição*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- SHILS, Edward. 1970. "Sociedade e sociedades: o ponto de vista macrosociológico". In *A sociologia americana: perspectivas/problemas/métodos*, org. Talcott Parsons, 332-349. São Paulo: Editora Cultrix.
- SILVA, Danuzio Gil Bernardino, org. 1997. *Os diários de Langsdorff*. Campinas/Rio de Janeiro: Associação Internacional de Estudos Langsdorff/Editora FIOCRUZ, 3 vols. <https://doi.org/10.7476/978857541244>, <https://doi.org/10.7476/9788575412459>, <https://doi.org/10.7476/9788575412466>.
- WEBER, Max. 1989. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli & Cia Ltda.
- WEBER, Max. 1982. "O prestígio e o poder das 'Grandes Potências'". In Weber, Max. *Ensaio de Sociologia*, 187-190. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

**Dossiê | Bibliotecas públicas, políticas culturais e leitura
pública: prospetiva, tensões e dinâmicas sociais**

La proximidad y lo digital en la lectura pública: en
El Fondo, una biblioteca de la ciudad
Paula Sequeiros

Literatura ao Vivo. O caso dos livros-objeto e a
ativação do conceito de *design* literário
Cláudia Sousa Pereira

Um ecossistema desfavorável à perpetuação documental.
Aniquilação, fragmentação, diluição e opacidade na constituição e
patrimonialização dos acervos: o caso dos editores e livreiros
Nuno Medeiros

“As bibliotecas sem muros”: a polissemia de um conceito e suas práticas
Débora Dias

Onde está o meu livreiro? Reflexões sobre livrarias e leitura pública
Fátima Ribeiro de Medeiros

Projeto “Álbum de Família”
Alexandre Freitas, Ângela Camolas e Teresa Sampaio

Alfabetización crítica y lectura digital
Margarita Pérez Pulido

Vária

O espírito da Expedição Langsdorff, diplomacia científica e a identidade
cultural brasileira
R. P. Alencar e P. R. de Macedo-Soares